

LETTERS
TO THE
EUROPEANS



CARTAS
A@S
EUROPE@S

EUROPE@S
A@S
CARTAS





Support/ Apoio



Center for Social Studies



University of Coimbra



Seventh Framework Program



European Research Council



alice
ALICE Project



Popular University of Social Movements

Conteúdo

Juventud Sin Futuro	p. 12
Islamic Human Rights Comission	p. 28
Colectivo Revista Rubra	p. 46
Plataforma Afectados por las Hipotecas	p. 68
Decoloniality Europe	p. 76
SOS Racismo	p. 96
Centro Cultural Islámico de Valencia	p. 112
Parti des indigènes de la République	p. 122
UMAR	p. 134
Unión Sindical de Trabajadoras/es en Andalucía	p. 144
Dutch Black Movement	p. 150
Precários Inflexíveis	p. 168
Sindicato Andaluz de Trabajadores	p. 174
Uhuru Movement	p. 124
15M	p. 204
Summer School on Black Europe	p. 218

Contents

Youth without a future	p. 13
Comissão Islâmica de Direitos Humanos	p. 29
Revista Rubra Collective	p. 47
Platform of People Affected by Mortgages	p. 69
Decoloniality Europe	p. 76
SOS Racism	p. 97
Islamic Cultural Centre in Valencia	p. 113
Partido dos Indígenas da República	p. 123
UMAR	p. 135
Trade Union of Workers in Andalucía	p. 145
Movimento Negro Holandês	p. 151
Precarious but Inflexible	p. 169
Andaluz Union's Study Group	p. 175
Movimento Uhuru	p. 125
15M	p. 205
Escola de Verão sobre Europa Negra	p. 219

About ALICE

ALICE – Strange Mirrors, Unsuspected Lessons: Leading Europe to a new way of sharing the world experiences.

ALICE is a research project coordinated by Boaventura de Sousa Santos and financed by the European Research Council (ERC), one of the most prestigious and highly competitive international financial institutes for scientific excellence in Europe.

The project ALICE seeks to re-think and renovate socio-scientific knowledge in light of the epistemologies of the South, proposed by Boaventura de Sousa Santos. The objective is to develop new theoretical and political paradigms of social transformation.

Haunting Europe and the Global North as a whole, there is a sentiment of intellectual and political exhaustion which translates as incapacity to confront innovatively the various challenges of justice that interpellate the world in the first decades of the twenty-first century: social, environmental, inter-generational, cultural, historical and cognitive justice. In contrast, the Global South, in its immense diversity, presents itself today as a wide field of economic, social, cultural, and political innovation.

ALICE is grounded on a wager, i.e that social, political and institutional change may largely benefit from the innovations occurring in countries and regions of the Global South. A demanding wager, to be sure, for it presupposes availability for mutual recognition, intercultural understanding, political and ideological convergence, respect for identity, and celebration of diversity.

The project began in July 2011 and will continue for five years. It will operate under the auspices of the Centre for Social Studies (CES) – an Associate Laboratory of the University of Coimbra, Portugal.



Sobre ALICE

ALICE – Espelhos Estranhos, Lições Imprevistas: Definindo para a Europa um novo modo de partilhar as experiências do Mundo.

ALICE é um projeto de investigação dirigido por Boaventura de Sousa Santos e financiado pelo Conselho Europeu para a Investigação, uma das mais prestigiadas e competitivas instituições de financiamento internacional para a investigação científica de excelência em espaço europeu.

O projeto ALICE visa repensar e renovar o conhecimento científico-social à luz das Epistemologias do Sul, propostas por Boaventura de Sousa Santos, com o objetivo de desenvolver novos paradigmas teóricos e políticos de transformação social.

Assombra a Europa e o Norte Global, em geral, um sentimento de exaustão intelectual e política que traduz numa incapacidade de enfrentar, de modo inovador, os desafios da justiça social, ambiental, intergeracional, cultural e histórica que interpelam o mundo nas primeiras décadas do século XXI. Em contraste, o Sul global, na sua imensa diversidade, assume-se hoje como um vasto campo de inovação económica, social, cultural e política. ALICE assenta na aposta de que a transformação social, política e institucional pode beneficiar amplamente das inovações que têm lugar em países e regiões do Sul Global. Trata-se, no entanto, de uma aposta exigente que pressupõe a disponibilidade para o conhecimento recíproco, a compreensão intercultural, a busca de convergências políticas e ideológicas, respeitando a identidade e celebrando a diversidade.

A execução deste projeto teve início em Julho de 2011 e tem uma duração de cinco anos, contando com o enquadramento institucional do Centro de Estudos Sociais (CES) – Laboratório Associado da Universidade de Coimbra, Portugal.

Cartas às/aos Europeias/eus

A proposta “Cartas a@s Europe@s” foi lançada por Boaventura de Sousa Santos no âmbito do projeto ALICE enquanto parte do objetivo de repensar e renovar o conhecimento científico-social a partir de conhecimentos e experiências do mundo que têm sido marginalizados e invisibilizados pelo pensamento hegemónico. A ideia começou a surgir em julho de 2012 e, em setembro do mesmo ano, começamos a dirigir convites a movimentos e organizações sociais que lutam na Europa contra a exclusão social causada pelo colonialismo, o capitalismo, o patriarcado e outras formas de discriminação para escreverem uma carta aos europeus (a dirigentes políticos, partidos, chefes religiosos, universidades, sindicatos, movimentos sociais, cidadãos e cidadãs em geral) e partilharem as mensagens e as reflexões que elas suscitam.

Cinco séculos de colonialismo deixaram um legado de eurocentrismo muito forte e uma incapacidade imensa da Europa para aprender com um mundo que repetidamente classificou como inferior. O fim do colonialismo político não significou o fim dessa classificação. A pergunta-chave do convite foi “se a Europa pudesse aprender com a experiência do mundo, que lições concretas lhe seriam mais úteis?”. Os movimentos que aceitaram o desafio escolheram a quem se dirigir especificamente e decidiram os temas a tratar.

Estas cartas constituem o tema de duas oficinas da Universidade Popular de Movimentos Sociais. A primeira teve lugar em Leiria, Portugal nos dias 23 e 24 de fevereiro e a segunda irá ser realizada em Madrid, Espanha a 15 e 16 de Junho. A UPMS parte da constatação de ignorâncias recíprocas e assenta nas ideias de “ecologia de saberes” e produção partilhada de conhecimentos. Subvertida a distinção educador /educando, a aprendizagem resulta de debates horizontais entre ativistas, líderes de movimentos sociais, cientistas sociais, intelectuais e artistas. Nesse sentido, algumas cartas aos europeus foram também solicitadas a académicos que participaram ou irão participar nessas oficinas. Depois de cada uma das oficinas, os participantes são convidados a enviar-nos uma versão definitiva da carta, que pode ou não ter sido alterada a partir das discussões levadas a cabo ou de novas reflexões.

No final, para além da memória da UPMS, como o relatório de sistematização ou um vídeo sobre as oficinas, pretendemos organizar uma publicação coletiva com as várias cartas às/aos europeias/eus, tal como escritas pelas/os suas/eus autoras/es, com vista a promover a divulgação de propostas e pensamentos alternativos.

The “Letters to the Europeans” proposal was launched by Boaventura de Sousa Santos within the ALICE project, as part of its objective of rethinking and renewing scientific-social knowledge on the basis of forms of knowledge and experiences of the world that have been marginalised and rendered invisible by hegemonic thinking. The idea began to take shape in July 2012 and in September of the same year we began sending invitations to social movements and organisations in Europe fighting against social exclusion caused by colonialism, capitalism, sexism and other forms of discrimination, asking them to write a letter to Europeans (political leaders, parties, religious leaders, universities, trade unions, social movements or citizens in general) and share the messages and reflections they inspired.

Five centuries of colonialism have left a very strong legacy of Eurocentrism and made Europe largely incapable of learning from a world that it has repeatedly classified as inferior. The end of political colonialism has not meant the end of this classification. The key question in the invitation was “If Europe could learn from the experiences of the world, which specific lessons would be most useful for it?” The movements that accepted the challenge chose who they wanted to write to and the themes they wanted to address.

These letters were the theme of two workshops given by the Popular University of Social Movements. The first was held in Leiria, Portugal, on 23rd and 24th February and the second will take place in Madrid, Spain, on 15th and 16th June. The UPMS starts from the premise of mutual ignorance and is based on the idea of the “ecology of knowledges” and the shared production of knowledge. In breaking down the teacher/learner barrier, learning emerges from horizontal debates between activists, leaders of social movements, social scientists, intellectuals and artists. Some Letters to Europeans were therefore requested from academics who took part, or will part, in these workshops. After each workshop, the participants are invited to send us a final version of the letters, which may or may not have been changed on the basis of discussions that have taken place or new reflections.

Finally, in addition to the UPMS records, such as reports of the proceedings or videos of the workshops, we intend to publish a compilation of the various Letters to Europeans, as written by the original authors, with the aim of disseminating alternative proposals and ideas.

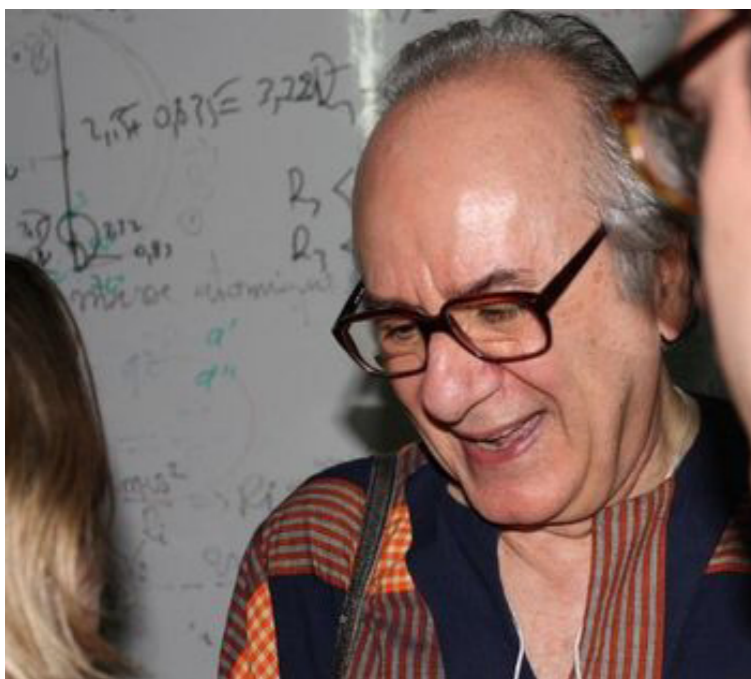
Convite aos movimentos e organizações sociais que lutam na Europa contra a exclusão social causada pelo colonialismo, o capitalismo, o sexismo e outras formas de discriminação para escreverem uma carta aos europeus e partilharem entre si e connosco as mensagens e as reflexões que elas suscitam.

Car@ dirigente ou ativista:

Venho fazer-lhe um convite que o/a pode surpreender. Deixe-me explicar. Estou a realizar um projeto de investigação-ação, que parte da seguinte ideia. A Europa, tal como está (e não me refiro apenas à atual crise financeira, política e social da União Europeia), tem pouco ou nada a ensinar ao mundo. Aliás, não tem sequer uma solução socialmente digna e justa para os seus próprios problemas internos. Seria bom que a Europa pudesse aprender com a experiência do mundo. Mas cinco séculos de colonialismo parece terem-na incapacitado para aprender com aqueles que sempre considerou inferiores. Esta é a tragédia da Europa e é também uma tragédia para o mundo uma vez que a ideologia eurocêntrica ainda hoje domina globalmente. Que é que tem de ser feito para superar esta situação? Se a Europa pudesse aprender com a experiência do mundo, que lições concretas lhe seriam mais úteis?

Ninguém individualmente tem resposta para estas questões mas penso que todos juntos podemos dar um contributo importante, partilhando as reflexões que estas duas perguntas nos suscitam. Daí, o convite que lhe faço.

Convido-o a participar na iniciativa de dirigir uma “carta aos Europeus”. A mensagem, a crítica e a sugestão de aprendizagem que escrever pode ser dirigida aos europeus em geral ou a alguém em especial. Pode dirigir-se: aos europeus ou alguns grupos de europeus; aos dirigentes políticos ou sociais; a partidos ou sindicatos; a instituições, entidades, organizações



ou movimentos europeus que considere relevantes. As cartas de todos os representantes dos movimentos que acederem a este convite serão reunidas e disponibilizadas publicamente pelo Projeto Alice, que promoverá debates a partir das interpelações encaminhadas pelos movimentos e organizações.

Convido-o/a na sua qualidade de representante de um movimento ou organização que luta dentro da Europa contra a exclusão, a discriminação, a exploração e a opressão. Espero que o aceite por estar tão convicto/a quanto eu que é importante iniciar um debate sobre aprendizagens de diferentes experiências do mundo, inclusive das que têm lugar na Europa mas que a ideologia e os interesses dominantes não deixam conhecer ou reconhecer como importantes.

A recolha de experiências, de sofrimentos e de resistências, de críticas e de sugestões de aprendizagens possíveis e necessárias permitirá identificar, discutir e sistematizar os conhecimentos que fazem falta à Europa e aos europeus, e contribuirá para criar um pensamento alternativo das alternativas, a ideia de que olhares alternativos permitirão ver outras alternativas e desta forma ampliar as possibilidades da ação política transformadora.

O projecto Alice estrutura-se em torno de quatro temas, que poderá considerar pertinentes para a sua reflexão: a profunda reforma ou mesmo refundação do estado moderno que até agora tem sido um estado capitalista e colonialista, um tema que apela à luta por um constitucionalismo transformador; democratizar a democracia, a luta por formas novas, mais democráticas, de construir colectivamente e de forma participada os processos políticos; as outras economias, formas de produzir, trocar e consumir alternativas ao capitalismo, alicerçadas em valores como a solidariedade, a reciprocidade e o dom, respeitando a Mãe Terra e recusando a mercadorização de tudo e a hegemonia do mercado; e, por último, os direitos humanos concebidos de uma perspectiva intercultural, de modo a reconhecer a validade de concepções não-eurocêntricas de dignidade humana.

Estou consciente dos limites deste elenco e por isso repito que o tema da sua mensagem fica totalmente ao seu critério. Escolha, por favor, o que considerar particularmente relevante.

Coimbra-Portugal, 07 de Setembro de 2012.

Boaventura de Sousa Santos

Invitation to social movements and organisations in Europe fighting against social exclusion caused by colonialism, capitalism, sexism and other forms of discrimination to write a letter to Europeans and to share amongst themselves and with us the resulting messages and reflections.

Dear leader or activist

I am sending you an invitation which you may find surprising. Allow me to explain. I am engaged in a research-action project (Alice Project: www.alice.ces.uc.pt), based on the following idea. Europe as it is today (and I am not referring only to the current financial, political and social crisis within the European Union) has little or nothing to teach the world. Moreover, it does not even have a socially acceptable and fair solution for its own domestic problems. It would be advantageous for Europe to learn from the experiences of the rest of the world, yet five centuries of colonialism seem to have made it incapable of learning from those it has always considered inferior. This is the tragedy of Europe and also a tragedy for the world, given that a Eurocentric ideology still predominates worldwide. What has to be done to overcome this situation? If Europe could learn from the experiences of the rest of the world, which specific lessons would be most useful for it?

No one individually has the answers to these questions but I believe that collectively we can make an important contribution by sharing our reflections on these two questions. Hence this invitation.

I am inviting you to take part in an initiative that involves writing a “letter to Europeans”. The message, critique and learning suggestion that you present may be addressed to Europeans in general or to someone in particular. It may be sent to Europeans or certain groups of Europeans, political or social leaders, parties

or trade unions or any European institutions, entities, organisations or movements you consider appropriate. The letters from the representatives of all the movements that accept this invitation will be assembled and made publically available via Alice Project, which will organise debates based on the contributions presented by movements and organisations.

This invitation is extended to you as a representative of a movement or organisation fighting within Europe against exclusion, discrimination, exploitation and oppression. I hope that you will accept it because you are as convinced as I am that it is important to initiate a debate on learning through different experiences worldwide, including those based in Europe which, due to the prevailing ideology or interests, are not well known or recognised as important.

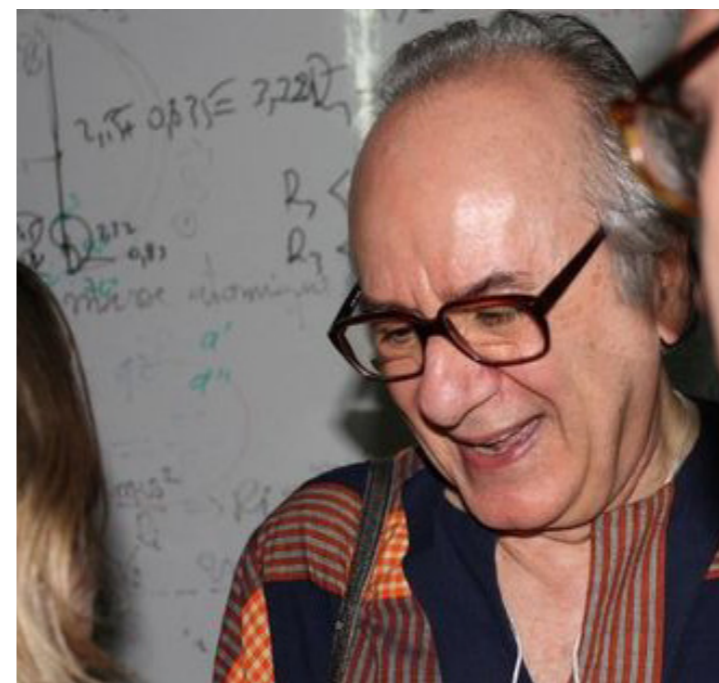
Gathering together examples of experiences, suffering and resistance, criticism and suggestions for possible and necessary learning will enable us to identify, discuss and systematise the knowledge that Europe and Europeans lack, and will contribute towards creating an alternative way of thinking about alternatives, or the notion that alternative views will enable us to perceive other alternatives, thus broadening the possibilities for transformatory political action.

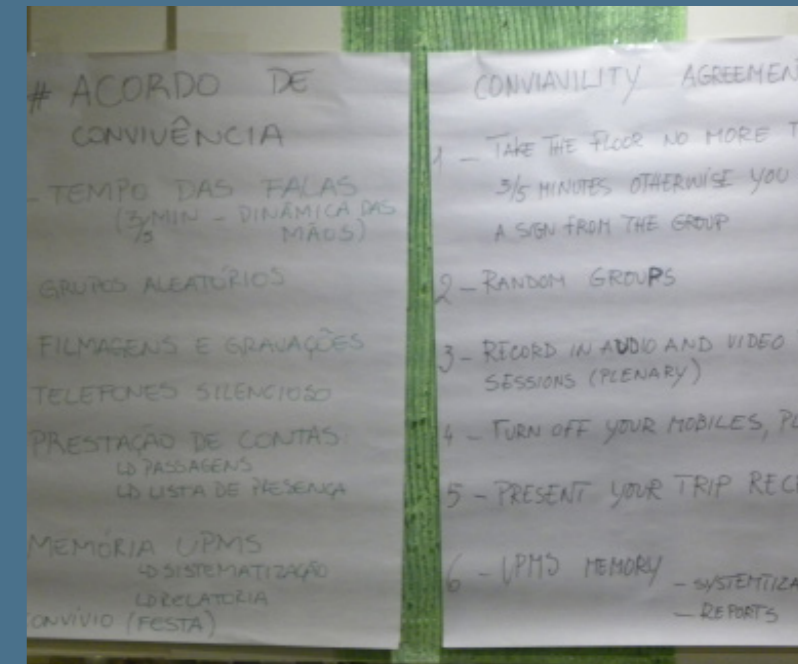
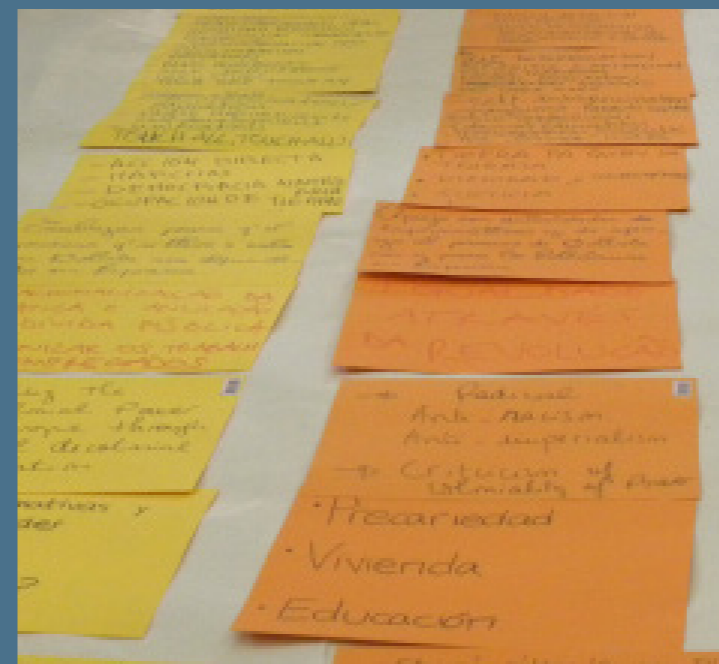
The Alice project is structured around four themes which may be relevant to your reflections: (i) the deep-seated reform or even reformulation of the modern state, which up to now has been a capitalist and colonialist state, a theme which appeals to the struggle for a transformative constitutionalism; (ii) democratising democracy, or the struggle for new and more democratic forms of collectively constructing participatory political processes; (iii) other economies and alternative forms of producing, exchanging and consuming, based on values such as solidarity, reciprocity and gift, whilst respecting Mother Earth and refusing wholesale commodification and market hegemony; (iv) finally, human rights, seen from an intercultural perspective, as a means of recognising the validity of non-European concepts of human dignity.

I am aware of the limitations of this list and would therefore like to reiterate that the subject of your message is entirely a matter for your own judgement. Please choose what you consider to be particularly relevant.

Coimbra-Portugal, 07 September 2012

Boaventura de Sousa Santos





The Letters As Cartas

Carta a los europeos de Juventud Sin Futuro

Somos jóvenes, somos europeos -mediterráneos, del sur-, somos estudiantes y trabajadores; la principal característica que nos une a todos, sin embargo, es que el proyecto neoliberal que asola Europa nos ha despojado de la más mínima posibilidad de aspirar a un futuro digno.

Crecimos escuchando que nuestro país había entrado en la era de la modernidad y el bienestar, que éramos la generación más preparada y con mayores posibilidades, que los derechos conquistados por los que vinieron antes de nosotros iban a ampliarse y generalizarse.

Nos hemos hecho adultos, en cambio, viviendo el derrumbe del modelo productivo y político español: el modelo de la especulación y la burbuja inmobiliaria, el de un régimen político bipartidista cada vez más corrupto y menos democrático.

Algunos de nosotros criticábamos el modelo también en los tiempos de bonanza, y luchábamos activamente contra él, por considerarlo insostenible en términos económicos y medioambientales, entendiendo que las bases de la reforma neoliberal del estado y la sociedad que ahora sufrimos llevan años impulsándose: desde Maastricht hasta las reformas neoliberales de la universidad, desde la liberalización del suelo que da el pistoletazo de salida para la burbuja inmobiliaria hasta las primeras mercantilizaciones de los servicios públicos, desde la desindustrialización a las privatizaciones de las grandes empresas públicas. El régimen de acumulación que desde hace al menos dos décadas se impulsa desde las instituciones políticas y económicas ha sido siempre injusto y regresivo, basado en el despojo a los de abajo y la mercantilización paulatina de las necesidades sociales.

Letter to the Europeans from Juventud Sin Futuro (Youth without a Future)

We are young men and women – Mediterranean, from the South -, we are students, workers. But what unites us is the fact that the neoliberal project affecting Europe has stripped us out of any chance to aspire to a decent future.

We grew up listening to how our country had entered into an age of modernity and well-being, that we were the better prepared generation and the one with more capabilities, and that the rights conquered by those who came before us would be extended and generalized.

We have become adults now and instead we are living the collapse of the Spanish productive and political model: the model of real estate speculation and bubble effect and of a political bipartisan regime more corrupt and less democratic.

Some of us criticized this model during its good times and we fought actively against it because we believed it was economically and environmentally unsustainable, and we knew that the basis to the neoliberal reform of the state and society which is now in motion take years to be forged: from Maastricht to universities' neoliberal reforms, from the liberalization of the soil which has triggered the real estate bubble to the mercantilist view of public services, from the deindustrialization to the privatization of large public companies. The regime of accumulation that has been nurtured by the political and economic institutions for the last two decades has always been unfair and regressive, and sustained on the dispossession of the ones below and a parallel transformation of social needs into commodities.

La mayor parte de nuestra generación, sin embargo, no era consciente de esta situación. El Régimen, encarnado políticamente por los dos grandes partidos políticos, ha sido hegemónico en la producción del discurso de qué es lo justo y lo necesario. En los medios de comunicación, en los libros de texto, en los mensajes de los partidos políticos, en los consensos aparentemente desideologizados que nos legaban nuestros padres, y que explicaban que habíamos sido un país atrasado pero que todo lo que teníamos por delante, si le hacíamos caso a Europa, era un futuro de mayor bienestar y prosperidad para todos. La crisis ha puesto de manifiesto, también y por primera vez para toda esta generación hija de quienes hicieron la transición, la debilidad del modelo económico y político en el que vivimos, la falsedad de las promesas de mayor bienestar, y la vulnerabilidad de esos derechos que nuestros padres nos legaron pero que en la mayoría de los casos no nos enseñaron a defender.

Así, nos encontramos con que millones de jóvenes en este país están sumidos en la más absoluta precariedad, que no es sólo material, sino también existencial. Se limita el acceso a la educación, con reformas que la elitizan en los niveles básicos segregándonos desde pequeños entre los más inteligentes y capaces y los menos.

En el Estado español asistimos al mismo proceso que el resto de países occidentales. La universidad de masas, que funcionaba bajo la promesa del pleno empleo a todos lo que accedían a ella ahora es ya solo un mero recuerdo. Entendiendo que este modelo de universidad no era rentable, las sucesivas reformas neoliberales – el conocido Plan Bolonia- ha supuesto la mercantilización de lo que conocíamos como universidad pública, obligando al estudiantado a mantener unos ritmos de vida laborales, convirtiéndolo de facto en un trabajador precario, que ha visto muy mermada su vocación formativa e investigadora y que ha supuesto una privatización de los conocimientos. Además, la subida de las tasas universitarias hasta el 66% en grado y un 160% en postgrado, ha supuesto la expulsión de miles de universitarios que no han podido costeárselo.

Se niega categóricamente el derecho a la vivienda, pues para toda nuestra generación es casi imposible abandonar la casa de sus padres. Existen más de 3.000.000 viviendas vacías en nuestro país fruto del modelo de desarrollo basado en la burbuja inmobiliaria, un país que ejecuta más de 500 desahucios diarios.

Se nos condena al permanente y doloroso chantaje de tener que elegir entre la precariedad laboral constante,

The majority of our generation, however, was not conscious of this situation. The regime, politically embodied by the two major political parties, has been hegemonic in producing a speech about what is fair and necessary present in the media, in textbooks, in the political parties' messages, in apparently deprived of ideologies consensus passed to us by our parents who explained we had been a backward country but all we had ahead of us, if we betted on Europe, was a future with more well-being and prosperity for all.

For the first time, the crisis has shown to the generation born of those who did the transition, the weaknesses of the political and economical model we live in, the falsity in promises of more well-being, and the vulnerability of the rights our parents passed on to us but, in most cases, have not taught us to stand for.

So, we are faced with the disappearance of millions of young men and women in our country amidst an absolute precariousness, which is not only material but also existential. The access to education is limited by a raising elitism present in the basic levels which, since infancy, separates the most intelligent and capable from those less fitted.

In Spain, we are assisting to a process which is common to other western countries. The University for the masses, guided by the promise of full employment to all of those who acceded to it, is now just a memory. By understanding this model as non-profitable, the successive neoliberal reforms – the well-known Bologna plan – have transformed what we once knew as public university into a commodity, forcing the students to work and making them precarious workers, whose training and research vocations were severely affected, and have driven towards a privatization of knowledge. Furthermore, the increase in university fees in 66% in undergraduate degrees and in 160% in graduate degrees, may account for expelling thousands of students who cannot afford such costs.

The right to decent housing is categorically denied since for our generation it is almost impossible to leave our parents' homes. There are over 3.000.000 empty houses in our country due to a development model sustained on the real estate bubble, in a country that enforces over 500 evictions daily.

We are condemned to a permanent and painful blackmail that forces us to choose between constant working

marcada por la temporalidad y por la flexibilidad, e impulsada a través de sucesivas reformas del mercado de trabajo, y el desesperante desempleo, que en el caso de los jóvenes llega en nuestro país al 57,6%¹. Se nos acusa, además, de ser una generación mimada que no ha tenido que pelear por la mejora de sus condiciones de vida, cuando miles de jóvenes a la semana hacen las maletas buscando en otros países esas oportunidades que aquí nos niegan, lo que ha provocado, incluso, que se hayan revertido las tendencias migratorias. La emigración ha aumentado hasta alcanzar cifras de la dictadura, y la inmigración ha disminuido por primera vez en los últimos años. Ya nadie busca un futuro mejor en nuestro país, y somos nosotros los que nos vemos obligados a irnos. Paro, precariedad o exilio, esas son las opciones de una generación entera.

Ha llegado pues el momento de darle la vuelta a esta situación: es la hora de que la generación a la que le han robado el futuro dé la batalla por recuperarlo.

En mayo del 2011 el movimiento 15 M comenzó a sacar a las calles de este país a millones de personas con la consigna “no es una crisis, es una estafa”, y las plazas comenzaron a poblarse de asambleas ciudadanas que están creando de nuevo, tras décadas de apatía política, un tejido social, cooperativo y solidario, que entiende que la democracia tiene que ser construida desde debajo de forma participativa. El movimiento 15 M ha conseguido que volvamos a entender que las condiciones de vida que tenemos no son consecuencias naturales, como si fuesen una tormenta o un huracán, sino que son solamente fruto de decisiones políticas, y que existen alternativas a las que hoy en día toman las élites. Por ello, el movimiento ha entendido que el sentido común es parte del campo de batalla, y que no tenemos otra alternativa que replantear los consensos establecidos para crear una forma de vida que merezca ser vivida. Nos ha ayudado a entender que los beneficios de los bancos no pueden estar por encima del derecho de las personas a tener una vivienda, a entender que deben existir mecanismos de control por parte de la ciudadanía, que no nos vale con depositar una papeleta en una urna cada cuatro años, que los derechos a la sanidad o la educación han de ser universales y efectivos, e incluso que la gestión de los bienes públicos y comunes no puede dejarse exclusivamente en manos del Estado, sino que hay que generar mecanismos de participación ciudadana en su gestión y control.

Este movimiento, del que Juventud Sin Futuro forma parte desde su inicio, aunque su existencia se remonta a unos meses antes, se compone de grupos muy diversos con distintas demandas. Desde un principio se huyó de las clásicas etiquetas de “izquierda” y “derecha” y nos denominamos los de abajo o 99% como ya lo hizo Occupy WallStreet, lo cual posibilitó que muchas realidades fueran capaces de encontrarse, y que

precariousness, framed by temporality and flexibility and prompted by the successive labour market reforms, and a distressing unemployment, which in our country reaches 57,6% in the case of young people. We are also accused of being a spoiled generation that has not had the need to fight for an improvement of our living conditions when thousands of young men and women have packed their bags and seek in other countries the conditions denied to them here, reversing emigration trends. Emigration has reached the figures of the dictatorship period while immigration has decreased for the first time in the last years. No one seeks for a better future in our country and we are now forced to leave. Unemployment, precariousness or exile: these are the options for an entire generation.

The time to turn this situation around has come: this is the time for the generation to whom the future was stolen to fight for its rescue.

In May 2011, the 15 M movement took our countries' streets with millions of people gathered under the slogan “This is not a crisis, this is a scam” and the squares hosted citizens' assemblies which, after decades of political apathy, are now forging a new social fabric, based on cooperation and solidarity, and conscious that democracy must be built from below, through participation. The 15 M movement made us understand that our current living conditions are not natural consequences, as if they were the result of a storm or hurricane, and that there are alternatives to the positions assumed today by our elites. Thus, the movement understood that common sense is part of the battlefield and we have no alternative but to reframe the established consensus in order to create a lifestyle worth living. The movement has helped us to realize that the banks' benefits cannot be above the right of people to decent housing; that there must be controlling mechanisms available to citizenry, since it is not with the ballot every four years that the rights to education and health will become universal and inclusive; and that the management of common and public resources cannot rely exclusively on the state but participation mechanisms for citizens must be built for their management and control.

This movement, of which Juventud Sin Futuro is part from the beginning although its existence dates a few months back, is composed of diverse groups with different demands. Straight from the beginning, we escaped from the classical labels “left” and “right”. We call ourselves those from below or those 99%, as Occupy WallStreet did. That enabled different realities to come together and feel all part of the movement: women,

todas se sintieran parte del movimiento: mujeres, migrantes, hipotecados, sindicalistas, ecologistas, jóvenes, precarios... todos cabíamos en las plazas.

Tras la primera explosión de democracia directa en plazas y calles, el movimiento no se mantiene estático, y aunque el sentido común del “no nos representan” o “por una democracia real ya” se sigue manteniendo, el 15 M es un fenómeno mutante, cambiante, imposible de canalizar a una única demanda -en ello reside su principal virtud y defecto-. La victoria de la derecha neoliberal y la agudización de los recortes en todos y cada uno de los derechos sociales y aspectos que componían nuestro ya débil Estado del Bienestar, ha posibilitado el surgimiento de lo que se conoce como las mareas. Las mareas son parte de la nueva realidad organizativa que ha dado forma al movimiento, que al contrario que parte del sindicalismo clásico, pero muchas veces entrelazado, entienden que los recortes van más allá de los salarios y condiciones laborales de los trabajadores afectados, y que hay que defender lo Público con mayúsculas, defender la educación, la sanidad o los servicios sociales como servicio público, y que de sus recortes no son solo los trabajadores los afectados, sino la ciudadanía en su conjunto.

El 15 M es un movimiento “mutante”, pero sin embargo, hay algunas reivindicaciones que han funcionado de mínimo común denominador y que han sido asumidas por la mayor parte del movimiento como un “programa de mínimos”: la reforma del sistema político para una mayor participación y transparencia que consiga echar a una casta política en el poder desde la transición, la auditoría de la deuda y la negativa a seguir pagándola en las condiciones de expolio actuales, la revocación de las medidas liberalizadoras de los servicios públicos y su defensa como tales y el reparto del trabajo como medida de lucha contra el desempleo y de la riqueza como forma de atajar la desigualdad. Estos son los “qué” del movimiento, mientras que el “cómo” también se va paulatinamente concretando: es urgente y necesaria una asamblea constituyente, participada y transparente, un proceso democrático no tutelado por la élite en el que se redefinan las reglas básicas de la convivencia en la búsqueda de la igualdad y la justicia.

Pero sabemos que el régimen político no va a caer sin presiones desde la calle. Creemos imprescindible, y más en los tiempos que corren, que hay que construir soluciones reales a los problemas concretos, que la movilización contra el neoliberalismo debe ir de la mano a la generación de alternativas. Que nuestras

migrants, people affected by mortgages, syndicalists, environmentalists, young people, precarious workers ... there was a place for all of us in public squares.

After the first outburst of direct democracy on the streets and squares, the movement has not remained static and though the common sense “You do not represent us” and “For a real democracy now!” continue to be valid, the 15 M movement is a mutant and changing phenomenon, unable to channel only one demand – this is its biggest virtue and also the main fault. The electoral victory of the Neoliberal Right and the worsening of the cut for all and every social rights and other aspects that composed our already weakened welfare state have enabled the emergence of what is now known as tides. Tides are part of the new organizational reality which has shaped the movement and that, contrary to classic unions, perceive the cuts beyond the wages and working conditions of the workers affected and defend the Public with capital letter, which means defending education, health, social services as public services and understanding that those affected by the cuts are not just the workers but all the citizens.

The 15 M is a mutant movement but, nonetheless, there have been some demands that have worked as the common ground and have been assumed by the majority of the movement as a “minimum programme”: the reform of the political system to increase participation and transparency and remove from power a cast which has been there since the transition; a debt audit and a refusal to keep paying it under the current terms of spoliation; the revocation of public services liberalization and their defence as such; and the distribution of jobs and wealth as a means of fighting unemployment and tackling inequality respectively. This is what the movement seeks but the way to do it is gradually taking form: a constituent assembly, participated and transparent, is both urgent and necessary to create a democratic process free from the elites’ tutelage where the basic rules of coexistence are built upon the pursuit of equality and justice.

But we know that this political regime will not fall without the pressure of the people on the streets. We believe that it is vital to build real solutions to actual problems, especially in the times we face, and that a mobilization against Neoliberalism must go, hand in hand, with the creation of alternatives. Our tools must

herramientas nos deben de valer tanto para enfrentarnos al presente desolador como para crear un futuro mejor, manteniendo un pie en las luchas actuales mientras crean desde ya ese anhelado mundo mejor, convirtiendo nuestro día a día en un contrapoder frente al poder. Del mismo modo que la Plataforma de Afectados por la Hipoteca, como muestra más palpable y hermosa de la solidaridad necesaria, que se pelea cada mañana para evitar que la violencia de la legislación hipotecaria recaiga sobre las de abajo, impidiendo que echen a la gente de sus casas, nosotras, desde Juventud Sin Futuro hemos creado una herramienta: la Oficina Precaria.

El paso del fordismo al postfordismo ha conseguido fragmentar las identidades ligadas a la cuestión laboral y ha dejado al sindicalismo clásico en fuera de juego frente a la nueva realidad laboral, a lo que hay que sumar la dura ofensiva neoliberal en el terreno cultural, que ha pretendido vender la conquista de derechos del siglo XX como un privilegio, por lo tanto nuestra generación se encuentra en un mercado de trabajo hiper-individualizado, sin ninguna herramienta útil de lucha por los derechos, y frente a una barrera generacional que dificulta el traspaso de experiencias de lucha.

Cuando un joven pretende entrar en el mercado laboral, tiene que enfrentarse a unas condiciones laborales flexibles, encadenando contratos temporales -los que pueden firmar uno-, sin derechos y con la amenaza constante del despido gratuito. Por todo ello, en primer lugar debemos de combatir el individualismo propio de nuestra sociedad: separados somos más débiles. Ante esto, nosotras hemos creado una herramienta, la Oficina Precaria.

La Oficina Precaria nace como un espacio de coordinación para trabajadores precarios y desempleados. Una herramienta útil y gratuita para que los trabajadores y trabajadoras intermitentes nos organicemos desde la cooperación y la solidaridad. Nuestro proyecto se compone de cinco herramientas: 1. asesoría legal para todas aquellas personas que quieran informarse sobre sus derechos como trabajador, recibiendo asesoramiento de un abogado de tu situación concreta; 2. plataforma de visibilización de los abusos por parte de los empresarios. La denuncia pública de dichas situaciones abusivas es la única forma de hacer mejorar las situación laboral de los trabajadores de una empresa; 3. también denunciemos los "precajobs" como forma de desprestigiar a aquellas empresas que solo quieren aprovecharse de nuestra situación; 4. abogamos por el empleo cooperativo, entendiendo que el empleo cooperativo es solución estructural a la precarización de

be used not only to face a depressing present but also to build a better future, keeping our heads in the current struggles while simultaneously creating a better world, transforming our days into a counter-power affirmation. Just as the Plataforma de Afectados por la Hipoteca (Platform of People Affected by Mortgages), a tangible and beautiful materialization of the needed solidarity, fights every morning to prevent the violence of mortgage legislation from affecting lower classes and to avert people's eviction from their homes, we in Juventud Sin Futuro have created a new tool: a Precarious Office.

The transition from Fordism to post-Fordism has fragmented identities connected to the labour question and left the classic unions out of the game in this new labour reality, to which one must add the harsh neoliberal offensive in the cultural field that presents as privileges the conquest of rights in the 20th century. Hence, our generation faces today a hyper-individualized labour market, with no useful tool to fight for their rights and with a generational barrier that prevents the exchange of struggle experiences.

When a young man or woman seeks to enter the labour market he or she must face flexible working conditions, connecting temporary contracts (the ones who can sign one!) with no rights and under the permanent threat of being fired without a reason. Hence, and first of all, we must fight the individualism that marks our society: separated we become weaker. Considering this we have created a tool, the Precarious Office.

The Precarious Office is mainly a space of coordination for precarious workers and unemployed people. It is a useful and free tool so that workers may organize themselves within cooperation and solidarity. Our work is composed of five tools: 1. legal advice to all of those who want to learn about their rights as workers, and legal advice from a lawyer regarding one's specific situation;

2. a platform to make visible the abuses of businessmen and employers. The public denunciation of abusive situations is the only way to improve the working conditions in a company;

3. We also denunciate the "precajobs" as a way to discredit those companies that only want to take advantage of our situation;

4. We advocate for cooperative employment, because we believe this kind of employment is a structural

las condiciones laborales; 5. y por último y paralelamente al desarrollo de un modelo alternativo, exigimos unos derechos mínimos que mejoren nuestra situación laboral. Estos derechos están orientados a paliar la actual desprotección que vivimos aquellas personas que alternamos periodos de trabajo precario con periodos de formación y desempleo.

Pero la crisis también nos marca algunos de los ritmos. Es el tiempo de ser audaces y valientes, de atreverse a realizar aquello con lo que antes sólo soñábamos. Es el tiempo en el que el viejo mundo se desmorona, y debemos estar presentes para construir el nuestro. Hoy sabemos que la institucionalidad puede asfixiar a los movimientos, pero que también sigue siendo un espacio privilegiado de toma de decisiones, un lugar en disputa donde si abandonamos, solo existe un vencedor.

La fuerza de los nuevos movimientos, incluido el 15 m debe residir en mantener un pie en los viejos consensos y otro en los consensos por venir, un pie en la calle y otro en la institucionalidad. Porque el Estado sigue siendo un espacio acumulativo de poder donde nuestra presencia puede inclinar la balanza a favor de las mayorías sociales, no podemos permanecer ajenos a su disputa.

Este camino, sin embargo, no puede ser recorrido sólo desde nuestro país. La crítica no debe dirigirse a Europa, sino al modelo neoliberal impulsado desde la élite financiera para Europa, que establece relaciones de colonialidad entre los países del centro rico y los países del sur pobre del continente, condenados a la precariedad, a salarios de miseria, a la transformación de sus ya deficientes instituciones de bienestar en instituciones de caridad, y al pago de una deuda odiosa que asfixia, literalmente, a sus habitantes.

Con Europa, entonces, hay muchas cosas de las que hablar.

Tenemos que plantear una convergencia de luchas y demandas que consigan echar al mando neoliberal. No hay proyecto europeo mientras mande el capital financiero. Si no conseguimos crear la alternativa al neoliberalismo, Europa será una fragmentación entre el centro rico y la periferia.

solution to precarious working conditions; 5. Finally, and in parallel to the development of an alternative model, we demand minimum rights that might improve our employment situation. These rights are designed to alleviate the current lack of protection to those who juggle between precarious work, training and unemployment.

But the crisis marks some of our own rhythms. This is the time to be bold and brave, to dare achieving what we had only dreamt of. This is the time where the old world falls apart and we must be present to build our own world. Today we know that institutions can suffocate movements but this is also a privileged space for decision-making, a place of important disputes that will only have one winner if we abandon it.

The strength of new movements, including of the 15 M, must reside on an equilibrium that keeps one foot on the old consensus and other on the consensus to come, one foot on the streets and the other on the institutions. Because the state is still a space of power accumulation where our presence may make the difference, tipping the scale in favour of the social majorities, we cannot be apart from this dispute.

However, this path cannot be done only in our country. Criticisms must not be directed to Europe but to the neoliberal model prompted in Europe by the financial elite, which establishes colonial relations between the rich central countries and the poor southern countries of the continent, condemned to precariousness, to miserable wages, to transform their inefficient institutions of welfare into charity institutions, and to pay an odious debt that literally suffocates its inhabitants.

With Europe, then, we have plenty to talk about.

We must create a union between the different struggles and demands that can stand against and defeat the neoliberal control. There will be no European project as long as the financial capital dictates the rules. If we cannot create an alternative to neoliberalism Europe will be a fragmentation between a rich centre and a poor periphery.

Nosotras, ciudadanas del sur, debemos decir a las ciudadanas del norte de Europa: no crean las retóricas racistas de sus gobiernos.

En el sur no somos vagos ni despilfarradores, somos ciudadanos con los mismos derechos que ustedes. Nos necesitamos mutuamente para construir un proyecto supranacional en el que todos podamos aspirar a bienestar y derechos.

Nosotras, ciudadanas del sur, les decimos a nuestros hermanos portugueses, griegos e italianos: no hay futuro para nuestros pueblos sin rebeldía, desobediencia, movilización y construcción de alternativas.

A los que aún temen el chantaje al que nos someten las élites financieras: el círculo vicioso del neoliberalismo y la deuda va a terminar por ahogarnos a todos. A los que desde hace años defienden que otra forma de convivencia, justa y equitativa para todos, es posible: es el momento de atreverse. No hay un solo modelo que tengamos que seguir y tenemos claro que no será fácil ni lo conseguiremos a la primera, pero de las formas distintas que cada cual considere oportuno, es urgente demostrar que el orden que desde arriba intentan imponer es en realidad el desorden del "sálvese quien pueda", de la miseria y el miedo generalizados.

Nosotras, ciudadanas del sur, les decimos a las élites financieras europeas: no pasaréis. Vuestro modelo está condenado al fracaso, y vamos a tirarlo abajo. Terminarán los tiempos de la dictadura tecnocrática, del chantaje y el miedo como políticas públicas, y construiremos tiempos mejores, de dignidad, democracia, justicia y participación.

No podemos seguir creyendonos las mentiras de las élites financieras que se siguen enriqueciendo a costa de empobrecernos, apoyándose en unas instituciones antidemocráticas que deciden sobre nuestro futuro. Hay que incidir en este proyecto, hay que empezar a construirlo desde ya. Tenemos que generar espacios compartidos, debates comunes y alternativas conjuntas que nos permitan caminar hacia una asamblea constituyente europea, hacia un espacio común que garantice los derechos para todas y que sea verdaderamente democrático y participativo.

Juventud SIN Futuro

Nota: 1. Dato Eurostat. Enero 2013

We, citizens from the South, must say to the citizens of Northern Europe: do not believe in the racist rhetoric of your governments.

In the south we are not lazy or reckless: we are citizens with the same rights as you. We need each other to build a supranational model in which we can all aspire to well-being and rights.

We, citizens from the South, say to our Portuguese, Greeks and Italian brothers: there is no future to our people without rebellion, disobedience, mobilization and the construction of alternatives.

To those who still fear the blackmail of financial elites we say: the vicious circle of neoliberalism and debt will drown us all in the end. To those who, for years, have been defending that a different coexistence, fair and equalitarian for all, is possible we say: this is the time to dare. There is not a model to follow and it is clear that it will not be easy and we will not succeed in the first time. But, despite where we depart from and the tools that we consider to be proper, it is urgent to state that the order that they are trying to impose from above is in fact a disorder of "every man for himself", where misery and fear prevail.

We, citizens from the South, say to the European financial elites: you shall not pass! Your model is condemned to failure and we will bring it down. The times of technocrat dictatorship, of public policies of blackmail and fear will end and we will build a better time, a time of dignity, democracy, justice and participation.

We cannot continue believing in the lies of the financial elites who are getting richer when we are getting poorer and who find support in antidemocratic institutions that decide our future. We must insist on this project and we must start undertaking it immediately. We have to create shared spaces, common debates and joint alternatives that might allow us to move towards a European constituent assembly, a proper space that assures rights for all and a truly democratic and participative space.

Juventud SIN Futuro

Note: 1. Dato Eurostat. Enero 2013



To Talha, Tony and Teresa on the Tyranny of European Values

By Arzu Merali

I write as a human rights activist of twenty years plus, and I write to say there should be no such concept. It is dead, defunct and we can no longer shoulder the weight of its corrupt genesis. Many have tried with good heart and clean intentions to make its terms those of universal connection, whereby all can be equal and, in that universal good, we can speak of shared humanity. Except, except, except, it is that corrosive idea of humanity that is born of (elite) (European) MAN's desire to consume and control that defines it, and so now its tyranny must end. This is a fight, but we are not European men that we will use bombs and bullets back at those who have killed us. We will write and we will use those weapons that you have once controlled and use to hurt us most. You wrenched our souls with them and tore our hearts and condemned us to servitude, slavery and subordination this way– so we will speak words.

These are my words to the idea of the European. To a man who shows why the idea of European values is a misnomer. If the idea of meritocracy and democracy was even true by its own internal reasoning, then, Talha, you would be a European. Instead you languish in a dungeon in the usurped land where heinous crimes of extermination set in motion the creation of European identity against the 'other'. I write to Teresa, a woman. You have embodied all that socialisation to a European male norm entails, and your actions mirror

Para Talha, Tony e Teresa, sobre a Tirania dos Valores Europeus

Por Arzu Merali

Escrevo na qualidade de ativista dos direitos humanos há mais de vinte anos, e escrevo para afirmar que não deveria existir tal conceito. Está morto, defunto, e não mais podemos carregar o peso da sua génese corrompida. Muitos tentaram, com um coração aberto e boas intenções, fazer dos seus termos os de uma conexão universal segundo a qual todos podem ser iguais e, nesse bem universal, poder-se falar de uma humanidade partilhada. Exceto, exceto, exceto ser essa ideia corrosiva de humanidade, nascida do desejo do HOMEM (elite) (europeu) de consumir e controlar, o que a define, e agora a sua tirania deve ter um fim. Isto é uma batalha, mas não somos homens europeus que usemos bombas e balas contra aqueles que nos mataram. Escreveremos e usaremos aquelas armas que vós outrora controlastes e usastes para nos ferir da pior forma. Haveis dilacerado as nossas almas com elas e despedaçado os nossos corações condenando-nos dessa forma à servidão, escravatura e subordinação – como tal, usaremos palavras.

Estas são as minhas palavras para a ideia do Europeu. Para um homem que mostra porquê a ideia de valores europeus é um termo impróprio. Se a ideia de meritocracia e democracia fosse verdadeira, mesmo que na sua lógica interna, então, Talha, tu serias um europeu. Em vez disso, definhas numa masmorra na terra usurpada onde crimes odiosos de extermínio puseram em movimento a criação da identidade europeia contra o 'outro'. Escrevo a Teresa, uma mulher. Incorporaste tudo o que comporta a socialização na norma europeia

the subjugation of European women dressed up as liberation – a cruel joke for all those oppressed who suffer at the hands of all those subjugated others who have joined the elite ranks as faithful, blind soldiers.

And I write to Tony, who needs no introduction. Your bloody warmongering has fuelled the resurgence of a white patriotism that defies national bounds. It is you that have made clear that war is just when those you fight against are cast – by you – as not worthy of the appellation human. For them the right to life and security and peace is denied in service of your rapacious (tautologous) supremacism. Human rights were your weapon to use to dehumanise most of the world as non-human wrongdoers. This is the binary we will now defy (not invert), and we will eventually win because we have hope in the Good and True, which your terms and values do not hold.

To Syed Talha Ahsan, detained without charge for 6 years in Her Majesty's Prison Long Lartin, UK and extradited to the USA on October 3, 2012 for alleged cybercrimes.

Dear Talha,

I hope and pray you are well. That is all we can do. We have not heard from you – a phone call, a letter, none of the last vestiges of contact a prisoner can have – have been allowed you, since your government expelled you from the UK where you were born and raised. You suffer Special Administrative Measures (SAMs) – torture by any other name, and named as such if they existed in any country outside the realm of European ideological and political hegemony. You are in solitary confinement thousands of miles away from 'home'.

Your poetry, for which you have been highly acclaimed, is writ in English, as sonnets and sestinas, and free flowing lyric from the heart. Novelists and laureats have supported you, and yet you are left to rot a slow death of a so-called 'terror suspect', though who you terrorised and how is still not explained except by association with a website.

You were extradited while Muslims world-wide were being castigated for their protests against a video insulting our beloved Prophet Muhammad, may the peace and blessing of Allah be upon him. At the same

masculina, e as tuas ações espelham a subjugação das mulheres europeias mascarada de libertação – uma anedota cruel para todas as oprimidas que sofrem às mãos de todos os outros subjugados que engrossaram as fileiras de elite como soldados fieis e cegos.

E escrevo ao Tony, que dispensa introduções. A tua apologia sangrenta da guerra alimentou a ressurgência de um patriotismo branco que desafia os limites nacionais. Foste tu quem deixou claro que guerra é apenas quando aqueles contra quem tu lutas são proscritos – por ti – como não dignos de apelo humano. Para eles, o direito à vida e a segurança e paz é negado, ao serviço da tua supremacia (tautologicamente) rapace. Os direitos humanos foram a arma que usaste para a desumanização de grande maioria do mundo como malfeitores não-humanos. Este é o binário que agora iremos desafiar (e não inverter), e derradeiramente ganharemos porque temos esperança no Bem e na Verdade, que os teus termos e valores não sustentam.

Para Syed Talha Ahsan, detido sem culpa formada ao longo de 6 anos na prisão de Sua Majestade de Long Lartin, Reino Unido, e extraditado para os EUA a 3 de Outubro de 2012 por alegados cybercrimes.

Caro Talha,

Espero e rezo para que estejas bem. Isto é tudo o que podemos fazer. Não sabemos de ti – um telefonema, uma carta, nenhum dos últimos vestígios de contacto que um prisioneiro pode ter te foi permitido, desde que o teu governo te expulsou do Reino Unido, onde nasceste e foste criado. Sofres Medidas Administrativa Especiais (MAEs) – tortura em qualquer outro nome, e assim denominadas se existissem em qualquer outro país fora do reino da hegemonia ideológica e política europeia. Encontraste-te em solitária a milhares de milhas de 'casa'.

A tua poesia, pela qual foste fortemente aclamado, está escrita em inglês, sob forma de sonetos e sextinas, e lírica livre desde o coração. Escritores e laureados apoiaram-te, e no entanto foste deixado a apodrecer na morte lenta de alguém chamado 'suspeito de terror', apesar não ter sido explicado quem aterrorizaste e como o fizeste, excepto pela associação a uma página web.

Foste extraditado enquanto muçulmanos pelo mundo inteiro estavam a ser castigados pelos seus protestos contra um vídeo que insultava o nosso bem-amado Profeta Maomé, que possam a paz e a bênção de Alá

time another young Muslim man was jailed for the crime of 'gross insult' for wishing all NATO alliance troops serving in Afghanistan and Iraq to go to hell. We are told to believe in free speech, but speech is only free when it is to spew hatred against us, to demonise us and a world full of 'others'. Speech is only free when it is a tool of violence against us. I do not know whether your website sowed the seeds of hate against 'Western values' it was accused of. Even if it did, isn't it yet to be defended as all the institutionalised languages and discourses of hate that justify the wars being waged against us? I do know your poetry has been described in its Gnosticism as akin to Julian of Norwich. Another victim of a male, white hegemonic discourse, Julian's mediaeval murder – by long slow solitude in history bereft of beatification - is still not resolved in the march of violence upon which Europe is built. Except she is revered by some as a martyr, and others as a seminal poet. If human rights apply to all, then that could be you. But then if human rights applied to all, if you were considered human, you would not be where you are now.

When last we spoke, you thanked us at IHRC and all who campaigned for you to be released, or at the very least to be charged and tried in the UK for the crimes you were alleged of committing. You know I have no belief in the system that held you – a poet for our generation – as a terrorist. Yet, when you asked for me to visit that Sunday after your last court hearing trying to stop the impending extradition, because as you said, "It could be the last time we can meet," I didn't still believe that if you lost your case, I wouldn't be able to see you. And you did lose. It was Friday. I glanced at the computer screen and the news, not from any mainstream channel but campaigners outside the prison. A single photo showed that a van with you in it had already left. A plane had landed not today, or this evening, it did not even set off after the judgement that decreed your exile. It left a week before to await the decision in favour of the US government even before your case had been heard. This was unremarked upon, except with complaints as to why this process had taken so long. 'Our' Home Secretary, Teresa May, was sorry (to her British, white, European public) for the delay.

estar com ele. Ao mesmo tempo, um outro jovem homem muçulmano foi detido pelo crime de 'insulto grosseiro', por ter desejado que todas as tropas da aliança da OTAN servindo no Afeganistão e no Iraque fossem para o inferno. Dizem-nos que acreditemos num discurso livre, mas o discurso só é livre quando se trata de destilar ódio contra nós, de nos demonizar a nós e a um mundo cheio de 'outros'. O discurso só é livre quando é uma ferramenta da violência contra nós. Não sei se a tua página web plantou as sementes de violência contra 'valores ocidentais' de que foi acusada. Mesmo que o tenha feito, não deverá ainda assim ser defendida da mesma forma que o são todos os discursos e linguagens de ódio institucionalizadas que justificam as guerras a ser travadas contra nós? Sei que a tua poesia foi descrita pelo seu gnosticismo como parente da de Julian de Norwich. Outra vítima do discurso hegemónico masculino branco, o assassinio medieval de Julian – por longo e arrastado abandono histórico, negando-lhe a beatificação – ainda não foi resolvido no curso da marcha violenta sobre a qual se constituiu a Europa. Contudo, é reverenciada por uns como mártir e por outros como poetisa seminal. Se os direitos humanos se aplicassem a todos, poderia ser aquele o teu caso. E no entanto, se os direitos humanos se aplicassem a todos, se fosses considerado humano, não estarias onde estás agora.

Quando falámos pela última vez, agradeceste-nos a nós no IHRC e a todos os que fizeram campanha para que fosses libertado, ou que no mínimo fosses acusado e julgado no Reino Unido pelos crimes que alegadamente cometeste. Sabes que não tenho fé no sistema que te tomou – um poeta para a nossa geração – por um terrorista. No entanto, quando solicitaste a minha visita naquele domingo após a tua última audiência no tribunal para tentar impedir a extradição, porque, tal como disseste, "pode ser a última vez que nos poderemos encontrar", eu ainda não acreditava que se perdesse o caso eu não mais te poderia encontrar. E perdeste. Era uma sexta-feira. Olhei para o ecrã do computador e vi as notícias, não de nenhum canal televisivo conhecido mas de apoiantes do lado de fora da prisão. Uma única fotografia mostrou que uma carrinha, contigo dentro, tinha já partido. Um avião já tinha aterrado, não nesse dia, ou essa noite; não tinha partido sequer após o julgamento que decretou o teu exílio: partiu uma semana antes, para aguardar a decisão em favor do governo dos Estados Unidos, antes mesmo de o teu caso ter sido ouvido. Isto passou despercebido, exceto no que diz respeito a queixas sobre o porquê de este processo ter demorado tanto. A 'nossa' Secretária de Estado da Administração Interna, Teresa May, lamentou (perante o seu público britânico, branco, europeu) a demora.

To Teresa May, Home Secretary (Minister for Home Affairs, Minister of the Interior), in the Conservative-Liberal Democrat Coalition government, United Kingdom.

Farida Ahsan wrote to you this year and asked you, one mother to another, to consider the plight of her son, detained without charge for 6 years. I am not sure, but I don't think you answered. The story of the letter did not make it into any journal that you could read, or which could pressure you to make any decision. You did listen, it turned out, to the case made by another mother, Janis Sharp, and the national newspapers who advocated for her son Gary McKinnon. You blocked his extradition to the USA, two weeks after you extradited Talha. To extradite Gary, you said, would violate his 'human rights'. Gary's ordeal lasted ten years. He has admitted hacking into the Pentagon and other high security servers in the USA, and had been bailed during this decade-long drama which saw requests for him to be sent to the USA to be tried for cybercrimes that actually would fall within the remit of 'terrorism'. He suffers from Asperger's syndrome and has been assessed as a suicide risk. This in total has made you consider his case unacceptable, unlike those of the 'five terror suspects' you mention in passing whose cases you highlight as sound. Not for them, but because of Gary - a human - you have decided to change the extradition arrangements.

You and your supporters see no contradiction, nothing to indict you or them in what has been said. Talha also has Asperger's and was assessed a suicide risk. This had no bearing on his case. This did not constitute him as human.

Teresa, it was better you did not lie. Gary is human because he is white, not black, he is European not Muslim. The climate is so poisonous, people - your people - might even applaud you. After all, the Daily Mail had long ago campaigned for Gary to be kept and tried in the UK, under the banner 'British Justice for British Citizens', whilst calling for Talha to be sent away.

Like your precursors of supposedly different political persuasions, those high ranking women who are

Para Teresa May, Secretária de Estado da Administração Interna (Ministério da Administração Interna, Ministério do Interior), do Governo de Coligação Conservador-Liberal Democrata, Reino Unido.

Farida Ahsan escreveu-lhe este ano e pediu-lhe, de uma mãe para outra, para que considerasse o penar do seu filho, detido sem culpa formada por 6 anos. Não tenho a certeza, mas não creio que tenha respondido. A história sobre a carta não chegou a nenhum jornal que você pudesse ter lido, ou que a pudesse ter pressionado para a tomada de uma decisão. Mas escutou, parece, o caso exposto por uma outra mãe, Janis Sharp, e pelos jornais nacionais que advogavam a favor do seu filho, Gary McKinnon. Impediu a sua extradição para os EUA, duas semanas após ter extraditado Talha. Extraditar Gary, afirmou, seria violar os seus 'direitos humanos'. A provação de Gary durou dez anos. Ele admitiu ter entrado na rede do Pentágono e de outros servidores de segurança elevada nos EUA, e foi libertado sob fiança no seu longo drama de uma década, durante o qual se registaram pedidos de que fosse enviado para os EUA para ser julgado por cybercrimes que, na verdade, caíam no âmbito de 'terrorismo'. Sofre da síndrome de Asperger e foi considerado estar em risco de suicídio. Tudo isto somado fê-la considerar o seu caso como intolerável, ao contrário dos casos dos 'cinco suspeitos de terror', que menciona de passagem e assinala como sólidos. Não por eles, mas por Gary - um humano - decidiu alterar os acordos de extradição.

Você e os seus apoiantes não veem qualquer contradição, nada que os implique a si ou a eles em tudo o que foi dito. Talha também sofre de Asperger e foi considerado estar em risco de suicídio. Isto não teve qualquer peso no seu caso. Isto não o constituiu como humano.

Teresa, seria melhor se não mentisse. Gary é humano porque é branco, não negro, é europeu, não muçulmano. O ambiente é tão venenoso, que alguma gente - a sua gente - pode até mesmo aplaudi-la. No fim de contas, o Daily Mail havia há muito feito campanha para que Gary fosse mantido e julgado no Reino Unido, sob a divisa 'Justiça britânica para cidadãos britânicos', enquanto pedia que Talha fosse enviado para fora.

Tal como as suas precursoras supostamente de diferentes campos políticos, essas mulheres de estratos

supposed exemplars of women's emancipation only possible through the emulation of a European teleology of progress, you have fed us the lie that our failure to emulate your heights is due to our inferiority. Inside you must know, you must feel the depth of your hypocrisy and betrayal of your gender if not all the oppressed, as you trade with the devil you meant once (perhaps) to overthrow. You have power now, but to effect what? Your power, in your own cultural canon, is that of minions – and Mephistopholes will tell you, time and again as he tells all Doctors Faustus – that you live ten thousand hells for being separated by your choice from the face of God. Maybe I will be jailed now for gross insult.

You think your position proves the meritocracy you espouse, but it simply condemns it. You employ the language of anti-terrorism to terrorise those you deem minorities, except they make up the majority of the world's population whom you oppress within and without your borders, the difference being only severity and methodology. That said, sometimes they are the same. As two of 'these' women are battered to death every week, or have their eyes gouged out by their boyfriends, or are raped in their hundreds of thousands (your statistics) every year and you cut the budget to deal with domestic violence, all ('these') women are safe in the knowledge that they are not the victims of honour killings like 'those' Muslim / brown / black 'others' upon whom your daisy cutters and drones have enacted a bloody lesson in the superiority (and reality) of European values. They can feel safe that all the ailments they/ we bring on ourselves with stilettos, platforms and pointy toes to be feminine mean that we are free. Indeed your PR gurus primed you for power with a makeover, while in opposition, which made you famous then and now for your sexy kitten heels. You/ we are not like those Chinese girls whose feet are bound at birth (or is it in childhood) to enforce a notion of beauty on them that cripples them for life. How happy are we.

You keep the 'majority' of those within your jurisdiction down by the idea that you (and only you) protect them from the insidious others, who want their jobs, their privileges and their lifestyle whilst hating everything good – democracy, human and women's (because they are separate in your canon) rights and free trade.

elevados que são supostos exemplos de uma emancipação da mulher, apenas possível pela emulação da teleologia europeia de progresso, você alimentou-nos com a mentira de que o nosso falhanço em emular os seus voos se fica a dever à nossa inferioridade. No seu íntimo deve saber, deve sentir a profundidade da sua hipocrisia e da sua traição ao seu género, senão a todos os oprimidos, enquanto negocia com o diabo que um dia procurou (talvez) derrubar. Agora você tem poder, mas para afetar o quê? O seu poder é, no seu próprio cânone cultural, o de lacaios – e Mefistófeles dir-lhe-á, vezes sem conta, como o diz a todos os doutores Fausto, que viverá dez mil infernos por se ter apartado, pela sua própria escolha, da face de Deus. Talvez seja agora eu detida por insultos grosseiros.

Você considera que a sua posição faz prova da meritocracia que defende, mas condena-a simplesmente. Emprega a linguagem do anti-terrorismo para aterrorizar aqueles que considera minorias, quando constituem a maioria da população mundial, que você oprime dentro e fora das suas fronteiras, com diferença apenas de severidade e metodologia. Dito isto, por vezes essas populações são as mesmas. Enquanto duas 'destas' mulheres são espancadas até à morte todas as semanas, ou veem os seus olhos arrancados pelos companheiros, ou são violadas às centenas de milhar (estatísticas suas) todos os anos e você corta o orçamento para lidar com a violência doméstica, todas 'estas' mulheres estão seguras na sua consciência de que não são vítimas de assassinios de honra como os 'daqueles' muçulmanos/mulatos/negros sobre quem as suas bombas daisy cutter e drones ministraram uma sangrenta lição sobre a superioridade (e realidade) dos valores europeus. Podem sentir-se seguras de que todas as maleitas que elas/nós trazemos sobre nós mesmas usando saltos altos, plataformas e sapatos de bico para ser femininas significam que somos livres. De facto, os seus gurus de relações públicas apontaram-na para o poder através de uma transformação de imagem, enquanto estava na oposição, que a tornou famosa, então como agora, pelos seus calcanhares sexy de gatinha. Você/nós não somos como aquelas raparigas chinesas cujos pés são atados à nascença (ou será que é durante a infância) para lhes impor uma noção de beleza que as torna aleijadas para a vida inteira. Que felizes somos.

Você mantém a 'maioria' daqueles sob a sua jurisdição presos à ideia de que você (e apenas você) os protege dos outros, insidiosos, que querem os seus empregos, os seus privilégios e o seu estilo de vida, ao mesmo tempo odiando tudo o que é bom – a democracia, os direitos humanos e das mulheres (porque estes estão

One of the last poems Talha wrote was to you Teresa. Deeply ironic, he called you his muse. I wonder whether, like his mother's letter, you read it. She wrote to you as a mother, but you denied that she was one. Your decision – announced in kitten heels and with no sense of shame of irony – to save Janis' son affirmed her motherhood and the loss of your soul. You have denied the humanity of all those 'others' but it is your spirit that is sold.

To Tony Blair, former British Prime Minister 1997 – 2007, New Labour government, and current envoy for the European Union to the Middle East

Your appointment Tony (I don't accord you a proper greeting, addressing you directly compromises me enough), to your post as envoy symbolises everything that is humanly wrong with the idea of human rights. Your crimes are not disputed, or the ideas you used to justify them. Whilst some of us 'here', and most of us 'over there', want to prosecute your criminality, your acts of war and words of vengeance and dehumanisation are celebrated in your world as worthy, noble and good. You are a known perpetrator and supporter of asymmetric (properly unilateral) war and the ideologue against any act or discourse of liberation that critiques a European world-view of dominance. Thus I will elaborate only to offer an alternative.

You told us that the rules of the game had changed, and that as Muslims we must accept women's rights, human rights, free speech, homosexuality and deny any type of political Islam like khilafah or vali-e-faqih as inimical to democracy and modernity and all of the above. We should accept the existence of Israel and be silent to any of its (inherent) brutality. In a desperate bid for survival, or maybe just out of stupidity, our civil society capitulated in grati-servitude, yet it wasn't enough. Campaigners for the now extradited men, waved union flags and called for British justice to prevail. They went to the European Court of Human Rights and found in every sense they were decreed to be not human (enough) for these rights to apply.

separados, no seu cânone) e o comércio livre.

Um dos últimos poemas que Talha escreveu foi para si, Teresa. Profundamente irónico, denominou-a como sua musa. Pergunto-me se, tal como a carta da sua mãe, o leu. Ela escreveu-lhe como mãe, mas você negou que ela o fosse. A sua decisão – anunciada com calcanhares de gatinha e sem qualquer senso de vergonha pela ironia – de salvar o filho de Janis afirmou a maternidade desta e a perda da sua própria alma. Você negou a humanidade de todos esses 'outros', mas o seu espírito é que foi vendido.

Para Tony Blair, antigo Primeiro-ministro britânico 1997-2007, do governo New Labour, e atual enviado da União Europeia para o Médio Oriente.

A sua nomeação, Tony (não lhe dirijo uma saudação própria, dirigir-me a si diretamente compromete-me já o suficiente), para o seu posto de enviado, simboliza tudo o que há de humanamente errado na ideia de direitos humanos. Os seus crimes não são disputados, bem como as ideias que usou para os justificar. Enquanto alguns de nós 'aqui', e a maioria de nós 'lá', desejam condenar a sua criminalidade, os seus atos de guerra e palavras de vingança e de desumanização são celebrados no seu mundo como valorosos, nobres e bons. Você é um conhecido perpetrador e apoiante de guerras assimétricas (propriamente unilaterais) e o ideólogo contra qualquer ato ou discurso de libertação que critique uma visão europeia de dominância. Por essa razão, discorrerei apenas para oferecer uma alternativa.

Foi-nos dito que as regras do jogo mudaram, e que como muçulmanos deveríamos aceitar os direitos das mulheres, os direitos humanos, a liberdade de expressão, a homossexualidade, e negar qualquer tipo de islamismo político como o khilafah ou o vali-e-faqih como contrário à democracia, à modernidade e a tudo o acima referido. Deveríamos aceitar a existência de Israel e silenciarmo-nos perante qualquer forma da sua (inerente) brutalidade. Num preito desesperado por sobrevivência, ou talvez apenas por estupidez, a nossa sociedade civil capitulou em servidão agradecida, mas tal não foi suficiente. Apoiantes dos homens agora extraditados agitaram a bandeira do Reino Unido e clamaram pela prevalência da justiça britânica. Foram ao Tribunal Europeu dos Direitos Humanos e depararam-se, em todos os sentidos, com a declaração de não serem humanos (o suficiente) para que estes direitos se pudessem aplicar.

They went, just as the discourse states, individual over community, but they were judged against in a manner that reduces the non-European to a mass it is not only the 'Muslim' that will suffer the consequences.

Yet here is the rub. Now that we know there is no shared sense of citizenship where the same rules apply – now that we know we are a mass, we can do what individualism denied us. We claim what is ours collectively and we can name your crimes in usurping this from us. Land and wealth owned in trust for all not as our own were not only denied us, but our cultures and beliefs, even the fabric of our languages, their morality and their wisdom shorn of meaning if they did not comply with your vision of the end of Man. It is time for the end of MAN, the huMAN and all complicit ideas in HIS hegemony. Our way(s).

I am only speaking now as a Muslim, and even then these ideas are just some that have been lost in the march to progress. Imagine Tony, that we are not able to deny each other's being. Neither you me nor I you. What could connect us is not the idea of humanity, or the idea that we have rights to counteract our inevitable wrongs. What if we believed that we are all socially connected, we exist as a group and every act that we undertake has repercussions beyond our personal existence? Every piece of food we waste, every drop of blood that is spilled, every young person incarcerated, tortured, killed, affects not just 'us' but you too.

To make 'us' understood, colonial translators have taken Islamic canons and used their own discourses to make known our beliefs. These have been taught back to us in a colonial age, retranslated in our various languages to show us either our barbarity against or unanimity with the cultures of power. If we believed that An-Nas is not, as is translated, MAN, but is, as it is derived from Quranic terms, social being, then suddenly you and I share the power and privilege of existence. You may try with violence to remove that power from me but, conceptually, you never can. Already I/we defy, already you have lost half your armoury.

Apelaram, como o discurso institucional decreta, como indivíduos, para lá da sua comunidade, mas foram julgados em desfavor, de uma forma que reduz os não-europeus a uma massa em que não serão apenas os 'muçulmanos' a sofrer as consequências.

No entanto, aqui está o problema. Agora que sabemos que não existe uma noção partilhada de cidadania onde as mesmas regras se apliquem – agora que sabemos que somos uma massa, podemos fazer o que o individualismo nos negou. Reclamamos o que é nosso coletivamente e podemos nomear os crimes cometidos para no-lo usurpar. Terra e riqueza confiadas e possuídas para todos, não como nossa propriedade, não são tudo o que nos foi negado; as nossas culturas e crenças, até a trama das nossas linguagens, a sua moralidade e sabedoria, foram despojadas de sentido caso não fossem concordantes com a vossa visão do fim último do Homem. É tempo para o fim do HOMEM, do HUMANO e de todas as ideias cúmplices na SUA hegemonia. No(s) nosso(s) modo(s).

Apenas agora estou a falar enquanto uma muçulmana, e mesmo assim estas ideias são apenas algumas das que foram sendo perdidas na marcha para o progresso. Imagine Tony, que não somos capazes de negar a existência um do outro. Nem você a mim, nem eu a si. O que nos poderia ligar não é a ideia de humanidade, ou a ideia de que temos direitos para contrabalançar os nossos inevitáveis erros. E se acreditássemos que estamos socialmente ligados, que existimos como grupo e que qualquer ato que venhamos a tomar terá repercussões para lá da nossa existência pessoal? Cada pedaço de comida que desperdiçamos, cada gota de sangue que derramamos, cada jovem encarcerado, torturado, morto, não nos afeta apenas a 'nós' mas a si também.

Para 'nos' fazer compreender, intérpretes coloniais pegaram em cânones islâmicos e usaram os seus próprios discursos para divulgar as nossas crenças. Estas foram-nos ensinadas de volta numa época colonial, retraduzidas nas nossas várias línguas para nos mostrar quer a nossa barbárie contra as culturas do poder, quer a nossa unanimidade com elas. Se acreditássemos que An-Nas não é, como foi traduzido, HOMEM, mas sim, como é derivado dos termos corânicos, ser social, então subitamente você e eu partilhamos o poder e o privilégio da existência. Você pode tentar, pela violência, retirar-me a mim esse poder, mas em termos conceptuais nunca o conseguirá. Já eu/nós desafio, já você perdeu metade da sua armadura.

If you must use the term human rights, then they apply to all, but perhaps it is better we start talking about social rites – that which we do because we were created (to be) innately good. ‘Human rights’ as we know it creates a hierarchy of individual political and civil rights over the social and economic rights of the group. They also justify the hierarchy of human through to sub- and then non-human. When you ranked us according to belief, never really able to aspire to the highest level of humanity, you were mimicking that which the post-genocidal normative regime tried to build after the Second World War. A language born in European tradition, to be redemptive for the heinous murders of millions of Jews (Roma and blacks and Slavs and Russians too) by the Nazis (let us forget, as you did, the Indians and Bengalis starved to death by the British, and the North and West Africans, the hundreds and thousands of cannon fodder who died in Europe and were erased by design from collective memory for their heroism). It is nothing new. We had this discussion centuries ago when your forefathers needed to know whether those enslaved could be redeemed as child-like imitators of your tradition or whether they had no soul at all and you could do exactly as you brutally pleased in good conscience. This cycle of meaning needs to be and will be broken and those enslaved by bringing their own words to the table, else we will all never be free.

Of course when we sit down to talk, which we must, whether you or I like it or not, you may bring your ideas, but remember that until now they have been proven for their real worth and we no longer will listen if all you do is bring the same in different guises. Of course you can continue to send the bombs, and impose sanctions and imprison us ‘here’ and ‘there’ directly and through your proxies. But we are using our words now and if you choose not to listen or read or care, it is you that loses not we, for we will carry on and though we will seek justice, we will not deny that you – even you - could gain your innate goodness if you but tried.

Se você tiver de usar a expressão direitos humanos, então eles aplicam-se a todos, mas talvez seja melhor começarmos a falar acerca de ritos sociais – o que fazemos porque fomos criados (para ser) bondosos de forma inata. Os ‘direitos humanos’, como os conhecemos, criam uma hierarquia de direitos civis e políticos individuais sobre direitos sociais e económicos do grupo. Justificam igualmente a hierarquia do humano, passando pelos sub-humanos, e até aos não-humanos. Quando nos escalonou de acordo com as nossas crenças, nunca de facto capazes a aspirar ao mais alto nível de humanidade, estava a mimetizar aquilo que o regime normativo pós-genocídio tentou construir após a Segunda Guerra Mundial. Uma linguagem nascida na tradição europeia, que fosse redentora dos hediondos assassinios de milhões de judeus (ciganos e negros e eslavos e russos também) pelos nazis (esqueçamos, tal como você o fez, os indianos e os bengalis mortos à fome pelos britânicos, e os africanos do norte e ocidentais, as centenas e milhares que morreram na Europa como carne para canhão, e que foram deliberadamente eliminados da memória coletiva pelo seu heroísmo). Não se trata de nada de novo. Tivemos esta discussão há séculos atrás, quando os seus antepassados necessitaram de saber se os escravizados ainda poderiam ser redimidos como imitadores infantis das vossas tradições, ou se não possuíam sequer qualquer alma e se pudesse brutalmente dispor deles sem problemas de consciência. Este ciclo de significado necessita de ser, e será, quebrado, e os escravizados trarão as suas palavras à discussão, ou nenhum de nós jamais será livres.

Claro que quando nos sentarmos a conversar, o que devemos fazer, quer você ou eu gostemos ou não, poderá trazer as suas ideias, mas lembre-se que até ao momento elas mostraram o seu verdadeiro valor, e nós não mais ouviremos se tudo o que fizer for trazer o mesmo com roupagens diferentes. Claro que pode continuar a lançar bombas, e a impor sanções, e a encarcerar-nos ‘aqui’ e ‘ali’ diretamente ou através dos seus esbirros. Mas nós estamos a usar as nossas palavras agora, e se decidir não ouvir, ou ler, ou ligar, é você quem perde e não nós, pois nós continuaremos e, embora vamos reclamar justiça, não negaremos que você – até mesmo você – poderia alcançar a sua bondade inata se pelo menos tentasse.



O «Grande Dia». A Europa numa encruzilhada histórica: o desafio de transformar a crise económica periférica numa crise política europeia

Carta do Colectivo Revista Rubra aos Povos Europeus (www.revistarubra.org)

1. A questão chave da sociedade europeia é o conflito capital-trabalho.

A questão chave da sociedade europeia é o trabalho – o trabalho dos que trabalham e os desempregados; dos que produzem e dos que existem para baixar os salários daqueles que produzem¹. Este contingente é hoje o maior de sempre.

Portugal tem hoje uma população activa de 5.481.000. Do total desta população activa trabalham por conta de outrem no país 3.662.000. Todos os restantes, 33%, mais de 2 milhões, trabalham a contrato com termo (607.000), recibos verdes, entradas e saídas no desemprego e subemprego.

Estão desempregados, segundo números reais calculados pelo Movimento Sem Emprego, neste momento 1.350.000² (25%). O desemprego jovem (14-25) oficial é de 36,2%.

Acrescente-se a isto que ganham o ordenado mínimo (432 euros líquidos) 500.000 portugueses que em muitos casos, nas cidades, têm de ser acompanhados de apoios estatais (rendimentos mínimos, distribuição de alimentos), porque para quem não tem um pedaço de terra de subsistência o ordenado mínimo já se situa (segundo cálculos da ONU) abaixo do limiar da subsistência³.

Em 2007, antes das medidas da Troika, «Um quinto dos portugueses vive com menos de 360 euros por mês. E 32% da população activa entre os 16 e os 34 anos seria pobre se dependesse só do seu trabalho». Em

The «Great Day». Europe at a historic crossroads: the challenge of transforming a peripheral economic crisis into a political European crisis

Letter from the Revista Rubra Collective to the European peoples (www.revistarubra.org)

1. The key question in European society is the capital-labour conflict.

The key question in European society is labour – the labour of those who work and the unemployed; those who produce and those who exist to lower the salaries of the ones who produce¹. Nowadays this contingent is larger than ever.

Portugal nowadays has a working population of 5,481,000, of whom 3,662,000 are salaried employees working within the country. The remaining 33%, totalling over 2 million, are working on temporary contracts (607,000), as self-employed individuals issuing receipts for their work, or are experiencing periodic spells of unemployment or underemployment.

In real terms, according to figures calculated by the Movimento Sem Emprego (Jobless Movement), 1,350,000² people (25%) are unemployed at the moment. The official youth (14-25) unemployment rate is 36.2%.

In addition to this, 500,000 Portuguese citizens earn the minimum wage (432 euros net) which in many cases, in cities, has to be supplemented by state aid (minimum income, food aid), since for those who do not have a plot of land to cultivate this wage is already (according to UN calculations) below subsistence level³.

In 2007, before the measures introduced by the Troika, «one fifth of the Portuguese live on less than 360 euros per month, and 32% of the working population aged 16 to 34 would be in poverty if they depended on their labour alone». In 2012, this figure rose to 1/3 of Portuguese families considered «on the threshold

2012, este número tinha subido para 1/3 das famílias portuguesas, consideradas no «limiar da pobreza e sem expectativas»⁴. Passou-se, oficialmente, de 2 milhões de pessoas a viver abaixo do limiar de pobreza (20% da população) para 3 milhões (30%). Em 2007 a falta de comida já «afectava 97.000 crianças por dia»⁵.

A resposta do Estado a este drama é falaciosa: os subsídios, aparentemente destinados a atenuar a fome, não só não a matam, como são essencialmente formas de subsidiar a mão-de-obra das empresas à custa dos impostos pagos pelos próprios trabalhadores.

Nenhuma das soluções propostas pela direita resolverá a questão do desemprego, que aliás sempre esteve previsto aumentar no pro-grama dos Governos PS/PSD/Troika. O primeiro-ministro actual disse na televisão que «Portugal só vai sair da crise empobrecendo»⁶.

A aposta na mais-valia relativa, ou seja, o desenvolvimento tecnológico, vai substituir trabalho vivo (trabalhadores) por trabalho morto (máquinas). A aposta na mais-valia absoluta (aumento da jornada de trabalho, diminuição dos salários) vai empurrar mais trabalhadores para o desemprego.

As propostas da esquerda keynesiana são inúteis a curto prazo. Investimento público sem nacionalizar a banca e o sistema financeiro na totalidade e sem suspender o pagamento da dívida externa significará mais empresas a fecharem, mais trabalhadores a serem despedidos, porque o regime de produção baseado no lucro e na competição - capitalismo - elimina as empresas que não reduzem custos. É importante lembrar que o investimento em obras públicas durante a crise de 1929 nos EUA não diminuiu a médio prazo o desemprego. O único investimento público que diminuiu o desemprego na Alemanha, na França, na Inglaterra e nos EUA de Roosevelt foi o keynesianismo de guerra, o único historicamente bem-sucedido, ou seja, investimento do Estado em indústrias de destruição⁷.

Cada trabalhador grego no activo, segundo a OCDE, trabalhou, em 2011, 2032 horas; cada alemão 1413 horas anuais; cada português 1711 horas anuais. O objectivo é que todos os países da Europa passem a trabalhar 1776 horas anuais⁸. A luta pelo pleno emprego e a redução do horário de trabalho para 35 horas sem redução salarial é urgente e deveria mobilizar centralmente todos os que combatem a Troika e os governos PS/PSD/CDS.

of poverty and without future prospects»⁴. The official number of people living below the poverty line (20% of the population) rose from 2 to 3 million (30%). In 2007, insufficient food already «affected 97,000 children per day»⁵.

The state's response to this drama is fallacious: the subsidies, apparently destined to relieve hunger, not only fail to do so but are essentially a means of subsidising the labour force of companies at the cost of taxes paid by the workers themselves.

None of the solutions proposed by the right will resolve the question of unemployment which, moreover, was explicitly expected to rise in the program of the PS/PSD/ Troika governments. The current Prime Minister said on television that «Portugal will only emerge from the crisis by impoverishing itself»⁶.

Investing in relative surplus value or, in other words, technological development, will involve replacing a living labour force (workers) with a dead labour force (machines). Investing in absolute surplus value (increasing the working day, reducing salaries) will force more workers into unemployment.

The proposals of the Keynesian left are useless in the short-term. Public investments without nationalising the banks and the financial system as a whole and without suspending payment of the external debt will mean more businesses closing and more workers laid off, since a system of production based on profit and competition - capitalism - eliminates businesses that do not reduce costs. It is important to remember that investment in public works during the 1929 crisis in the USA did not reduce unemployment in the medium term. The only public investment that reduced unemployment in Germany, France, England and the USA under Roosevelt was the Keynesianism of war, the only historically successful, i.e. state investment in industries of destruction⁷.

According to the OECD, in 2011 each Greek worker worked 2,032 hours, each German worker 1,413 hours and each Portuguese worker 1,711 hours per year. The objective is for all countries in Europe to move to a 1,776-hour working year⁸. The struggle for full employment and the reduction of the working week to 35 hours without any reduction in wages is imperative and calls for the centralised mobilisation of all who are engaged in fighting the Troika and the PS/PSD/CDS governments.

Em 2008 fomos confrontados com uma encruzilhada, como a que Tom Joad, nas Vinhas da Ira, enfrenta em pleno crash de 1929. Ou salvávamos os bancos, adiando a revolução e empobrecendo os trabalhadores, ou os bancos colapsavam e abria-se uma situação revolucionária.

É preciso dizer que esta ruptura nunca foi a vontade dos partidos da esquerda parlamentar. Em pleno crash nenhum desses partidos exigiu a expropriação da banca, na sua totalidade – limitaram-se a exigir a manutenção de uma banca pública, criminalização dos gestores corruptos e ajudas aos bancos com a contrapartida da diminuição nas taxas de juro. Esta orientação corresponde à ideia de que estamos perante uma crise de gestão do capitalismo que pode ser ultrapassada com recurso a eurobonds e renegociação⁹ da dívida pública.

2. Não pode haver subterfúgios na questão da dívida pública. Ela é hoje o principal mecanismo de espoliação dos povos da Europa e deve ser integralmente repudiada e anulada por toda a Europa.

Sem alternativas, sem nada a perder, ameaçados de desemprego e miséria, os trabalhadores europeus podem e devem reinventar outra sociedade, baseada na cooperação.

A Europa hoje, particularmente os trabalhadores dos países da Europa rica, vêem-se perante este desafio histórico: o capitalismo é sempre mais voraz onde é mais forte. Quanto maior for a acumulação nesses países, maior será a queda.

É na Alemanha, na França, na Holanda, na Inglaterra que é mais urgente fazer campanhas pelo repúdio total da dívida, explicando aos trabalhadores que a dívida é um boomerang que atinge primeiro os povos do sul mas regressa depois com mais força para os destruir a eles. O Não Pagamento da Dívida é hoje a luta central dos povos de toda a Europa.

Três argumentos têm sido apresentados para justificar a formação exponencial de dívida pública: 1) peso e sustentabilidade financeira do estado-providência; 2) peso do aparelho de Estado; 3) crise económica mundial

In 2008 we were faced with a crossroads, similar to the one faced by Tom Joad in *The Grapes of Wrath* in the midst of the 1929 crash. We could either save the banks, putting off the revolution and impoverishing the workers, or the banks would collapse, leading to a revolutionary scenario.

It must be said that this rupture was never desired by the parties of the parliamentary left. At the height of the crash none of these parties demanded the expropriation of the banks as a whole – they restricted themselves to demanding the continuation of a state bank, criminal proceedings against corrupt managers and aid for banks under the condition of a reduction in interest rates. This stance reflects the idea that we are facing a crisis in the management of capitalism that can be overcome with recourse to Eurobonds and renegotiation⁹ of the public debt.

2. There can be no subterfuge regarding the question of public debt. It is nowadays the main mechanism for impoverishing the peoples of Europe and should be fully repudiated and annulled by the whole of Europe.

With no alternatives and with nothing to lose, threatened by unemployment and misery, the workers of Europe can, and should, invent another society based on cooperation.

Europe today, and particularly the workers in the wealthy European countries, face this historic challenge: capitalism is always more voracious where it is strongest. The greater the accumulation in these countries, the greater the fall.

It is in Germany, France, Holland and England that it is most urgent to campaign for the total rejection of the debt, explaining to workers that the debt is a boomerang that first hits the people of the south but will return with greater force to destroy them. Non-payment of the Debt is today the main struggle of all peoples of Europe.

Three arguments have been presented to justify the exponential formation of public debt: 1) the weight and financial sustainability of the welfare state; 2) the weight of the state apparatus; 3) the world economic

e globalização. O 2º argumento acaba por revelar-se uma duplicação do primeiro, por razões de eficácia propagandística. Portanto ficamos reduzidos essencialmente a dois: estado social e crise económica global.

O argumento do peso excessivo do estado-providência é fácil de rebater: basta fazer as contas, a partir dos números fornecidos pelos próprios governos, para verificar que o estado-providência é financiado pelos trabalhadores, com saldo positivo. Em Portugal o rendimento dos trabalhadores portugueses corresponde a 50% do PIB; 75% da massa de tributação entregue ao Estado provém dos trabalhadores. Os estudos realizados por um grupo de historiadores e economistas revelam que os trabalhadores pagam para o Estado o suficiente para prover a todos os chamados gastos sociais e na maioria dos anos pagam mesmo mais do que recebem¹⁰.

O combate à dívida depende única e exclusivamente de um factor: a mobilização popular. Esta, por sua vez, depende do esclarecimento do público acerca da natureza da dívida e do apoio a todas as formas de luta que bloqueiam a estratégia da Troika/Governo.

A estratégia da troika consiste na transferência de recursos para sectores exportadores. Esta é uma estratégia semelhante à de um campo de concentração: expulsão da mão-de-obra em “excesso” do ponto de vista da produção de lucro (os judeus mandados para os fornos aqui são os desempregados e pensionistas) e a força de trabalho que fica deve trabalhar até ao limite, consumindo o menos possível. Para aumentar as exportações, neste sistema, há que aumentar a produtividade. Isso em Portugal é feito compensando a queda do PIB, resultante da queda do consumo interno, com uma queda ainda maior do emprego. Quem objectivamente está a fazer gorar os planos do PS / PSD / CDS / TROIKA, mais do que qualquer outra acção de protesto até aqui, são os estivadores. Porque sem portos não há exportações. Todo o apoio e solidariedade à greve dos Estivadores, cujas vitórias (ou derrotas) serão de todos nós.

A dívida gera uma renda sempre crescente na forma de juros – estando acordado no plano com a Troika a constante subida da dívida portuguesa a pagar: 2007 (68,3% do PIB), 2011 (107,8% do PIB), 2013 (115,7% do PIB) (previsão do governo)¹¹. Este grande aumento da dívida é acompanhado por um gigantesco aumento da massa de juros.

crisis and globalisation. The second argument, in fact, duplicates the first, for propaganda purposes. They are therefore reduced here to two arguments: the welfare state and the global economic crisis.

The argument concerning the excessive weight of the welfare state is easy to counter: it suffices doing the math, on the basis of the figures supplied by the government itself, to see that the welfare state is financed by workers and has a positive balance. In Portugal, the revenue from Portuguese workers corresponds to 50% of the GDP; 75% of the total taxes paid to the state comes from the workers. Studies carried out by a group of historians and economists reveal that workers pay the state enough to cover all the so-called social costs and most years even pay for more than they receive¹⁰.

Fighting the debt depends solely and exclusively on one factor: popular mobilisation. This, in turn, depends on clarifying the nature of the debt to the public, and on supporting all forms of struggle that block the Troika/Government strategy.

The strategy of the Troika consists of transferring resources to the export sectors. This is similar to a concentration camp strategy: the “excess” labour force, from the point of view of creating profits, is expelled (in this case the Jews sent to the ovens are the unemployed and pensioners) and the labour force that remains must work to the limit, whilst consuming as little as possible. Under this system, in order to increase exports, productivity must be increased. In the case of Portugal this is done compensating for the fall in the GDP, as a result of falling domestic consumption, with an even greater reduction in employment. Objectively, the group whose actions so far are doing most to thwart the plans of the PS / PSD / CDS / TROIKA are the dock workers, since without ports there are no exports. There should be full support and solidarity for the dockers’ strike, whose victories (or downfall) will affect us all.

Debt creates an ever-increasing return in the form of interest – the continuous rise in the Portuguese debt is agreed in the plan with the Troika: in 2007 (68.3% of the GDP), 2011 (107.8% of the GDP), 2013 (115.7% of the GDP) (government estimate)¹¹. This major increase in debt is accompanied by a massive increase in interest.

A análise histórica da origem e desenvolvimento do welfare state revela que foi o movimento operário e os trabalhadores em geral que, ao longo dos séculos XIX e XX, criaram a maioria das variantes de solidariedade e mutualismo existentes hoje em dia. Os mecanismos de solidariedade, hospitais, clínicas, escolas, fundos de pensões, bens e capitais assim criados pelos trabalhadores à margem das relações directas de poder e de trabalho (e portanto não sujeitas à extracção de mais-valia) tornaram-se no início do século XX um objecto muito apetecível de apropriação. Foram por isso mesmo apropriados pelo Estado capitalista, retirando-se o seu controle das mãos dos trabalhadores.

A formação contemporânea de dívida pública, como processo de concentração do capital, corre em paralelo com a apropriação dos bens e serviços de solidariedade social criados pelos trabalhadores. Combater a dívida tem de significar também o combate à apropriação privada ou estatal dos fundos e mecanismos da segurança social e de outros elementos do estado-providência; tem de significar a reinvenção de formas directas de controle dos trabalhadores em tudo quanto se refere a solidariedade social, produção e redistribuição da riqueza e mecanismos de assistência mutualista.

3. Sem regalias sociais Portugal é um país ingovernável.

Salazar, o ditador que disciplinou a força de trabalho em Portugal, gostava de dizer que os Portugueses eram um povo «brandos costumes», cândidos, doces e não «discutiam política nem religião» porque a sua «política era o trabalho».

Mas a ideologia do ditador português não sobreviveu à realidade histórica. Portugal, à semelhança de todos os países europeus, é um país ingovernável sem direitos sociais. Tivemos 2 únicos momentos de ausência de conflitos sociais radicais nos últimos 150 anos: a ditadura – foi para isso que ela foi feita – e o período entre sensivelmente 1988 e 2005 – em que amplas camadas da população conseguiram objectivamente melhorias de vida.

As análises centradas na psicologia e na «índole» dos povos (saudade, medo de existir, brandos costumes) são ficções alheias à realidade concreta. Primeiro, a Europa “não existe”; Portugal “não existe”: o Portugal de Belmiro de Azevedo ou Américo Amorim não é o mesmo Portugal da classe média empobrecida e muito menos o Portugal dos bairros periféricos e guetizados, nem a Europa da mão-de-obra barata importada dos

A historical analysis of the origins and development of the welfare state reveals that throughout the 19th and 20th centuries it was the working class movement and workers in general who created most of the forms of solidarity and mutualism that exist today. These solidarity mechanisms, hospitals, clinics, schools, pension funds, assets and capital created by workers on the fringes of direct power and labour relationships (and therefore not subject to the extraction of surplus value) became a highly desirable object for appropriation at the beginning of the 20th century. They were therefore duly appropriated by the capitalist state and removed from the control of the workers.

The present-day formation of the public debt, as a process involving the concentration of capital, runs parallel to the appropriation of social goods and services of solidarity created by workers. Fighting the debt must therefore also mean fighting private or state appropriation of social security funds and mechanisms and other elements of the welfare state. It must mean the reinvention of direct forms of workers' control over everything relating to social solidarity, the production and redistribution of wealth and mutual aid mechanisms.

3. Without welfare benefits Portugal is ungovernable.

Salazar, the dictator who disciplined the labour force in Portugal, liked to say that the Portuguese were a people of «gentle ways», candid, good-natured, who didn't «discuss politics or religion» since «work was their politics».

However, the ideology of the Portuguese dictator has not survived the historical reality. Portugal, like all European countries, is ungovernable without social rights. There have been only two periods in the last 150 years without radical social conflict: the dictatorship – that is the reason why it was established – and the period roughly between 1988 and 2005 – in which large sections of the population managed to objectively improve their standard of living.

Analyses focussing on the psychology and the «character» of populations (discussing things like “saudade”, “fear of existence”, “gentle ways”) are fictions far removed from concrete reality. First of all, Europe “does not exist” and Portugal “does not exist”: the Portugal of Belmiro de Azevedo or Américo Amorim is not the same as the Portugal of the impoverished middle class, far less the Portugal of the peripheral, ghettoised

países periféricos, da Turquia, da América do Sul ou de África.

Com as medidas de 2008 pela primeira vez o neoliberalismo atingiu a coluna dos que ainda tinham direitos – cortou 30% dos salários (directamente ou por via de aumento de impostos), aprovou um novo código laboral tremendo para todos, novos e mais velhos. Desta feita não é só o bolseiro universitário que não tem direitos, o subcontratado na fábrica, o professor, o recibo verde da administração, mas também o catedrático, o operário com 40 anos de casa, o director da escola, o chefe de serviço.

Estas políticas neoliberais eliminam o sujeito social que as apoiou – classes médias do período áureo do cavaquismo –, bem como o sujeito social que não as contrariou – o movimento operário organizado através dos sindicatos e partidos políticos da esquerda institucional. Muitos interrogam-se atónitos como foi possível as políticas neoliberais conquistarem tão brutalmente o continente que se gabava de ter inventado o welfare state – excelente pergunta, pois revela a falência das políticas de pacto social que a esquerda parlamentar vendeu à classe trabalhadora, amansando a sua luta contra o Estado capitalista e abrindo assim as portas ao assalto ultraliberal.

O Estado de todos os cidadãos não existe; o que existe é um Estado encarregado de gerir os negócios de uns quantos BPN e do capital em geral – um Estado cujo Governo corta continuamente na despesa, mas entendendo única e exclusivamente por despesa o custo dos interesses imediatos da esmagadora maioria da população. Esta política não é realizada por um regime fascista, nem a democracia «foi suspensa». Esta política foi feita e aplicada num regime democrático-representativo (burguês) e hoje é este regime que objectivamente ameaça o Trabalho. E por isso é um regime desacreditado, sobretudo aos olhos daqueles que menos têm – os trabalhadores precários e os desempregados.

Foi com espanto e até alguma apreensão que a esquerda instituci-onal europeia descobriu que as maiores manifestações desde há décadas não são as convocadas pelas centrais sindicais ou partidos, mas sim por uma massa de gente cujo rastilho são as redes sociais e organizações informais, assembleárias (12 de Março de 2011, 15 de Outubro de 2011, 15 de Setembro de 2012, inúmeras manifestações e assembleias em Espanha e noutros países). Foi com espanto que viram que, para não serem ostracizados em assembleias públicas, não podem sequer dizer que são militantes partidários, apresentando-se por isso como membros das frentes

neighbourhoods, nor the Europe of cheap imported labour from peripheral countries, from Turkey, South America or Africa.

With the 2008 measures, neo-liberalism for the first time hit those who still had rights – it cut salaries by 30% (directly or through rising taxes) and passed a new labour code that had tremendous impact on everyone, both old and young. This time it is not only college students on grants who have no rights, or sub-contracted workers in factories, school teachers, and people working in administration as self-employed, but also university professors, workers with 40 years of service, and heads of schools and departments.

These neo-liberal policies eliminated the social subject that had supported them – the middle classes from the golden years of Cavaco Silva – as well as the social subject that did not challenge them – the organised workers' movement in the form of the trade unions and the political parties of the institutionalised left. Many wondered, bewildered, how it was possible for neo-liberal policies to so brutally conquer the continent that prided itself on having invented the welfare state – an excellent question since it reveals the failure of the politics of social pact that the parliamentary left had sold to the working class, taming its struggle against the capitalist state and thus paving the way for the ultraliberal assault.

The citizen's state does not exist; what exists is a state entrusted with managing the business of a few BPNs and capital in general – a state whose government is continually cutting expenditure, understood solely and exclusively as the cost of the immediate interests of the overwhelming majority of the population. This policy is not being carried out by a fascist regime, nor has democracy «been suspended». It was created and applied under a democratic-representative (bourgeois) regime and it is this regime that is nowadays threatening labour. It is therefore a discredited regime, above all in the eyes of those who have the least – those in precarious employment and the unemployed.

It was with surprise and even some apprehension that the institutional left in Europe discovered that the largest demonstrations in decades had not been convened by the main trade unions or parties but by a mass of people via social networks, informal organisations and assemblies (12 March 2011, 15 October 2011, 15 September 2012, countless demonstrations and assemblies in Spain and in other countries). They were also astonished to realise that, in order to avoid being ostracised in public assemblies, they could not even say

destes partidos (ecológicas, precários, feministas, sindicais).

Este sentimento «antipolítica», que resulta da inutilidade dos parlamentos e da ineficácia dos deputados de esquerda, não tem nada de fascista – objectivamente é um sentimento que carrega em si algo de progressista, porque não propõe um caudilho mas antes o poder do povo.

Entre 2007 e 2012 Portugal teve cinco greves gerais e várias greves gerais da administração pública¹². Este número é histórico, incomum. Independentemente da sua maior ou menor mobilização, expressa a incapacidade de a sociedade portuguesa, como um todo, acomodar as diferenças sociais que a atravessam.

A actual crise está provavelmente a destruir também as condições que permitiram o pacto social, graças ao qual as lutas dos trabalhadores foram durante 3 a 6 décadas (consoante os países) amansadas e canalizadas para uma presença parlamentar inconsequente. A erosão da base social que sustentou o pacto social é evidente, o que não significa uma crise automática no próprio regime, mas muda as condições objectivas para a ruptura.

Não sabemos como vão os povos da Europa encontrar caminhos novos para a emancipação, a cooperação, a luta e a resistência. Mas o que vemos na Grécia, em Espanha e Portugal é o início de uma crise política que urge aprofundar em toda a Europa, quebrando de vez a tarraxa do capital. Porque «todas as revoluções são impossíveis até se tornarem inevitáveis».

4. União Europeia é um projecto imperialista, o nome sério para a globalização.

A globalização, ou pelo menos os seus primórdios, começa no estômago.

Por volta de 3000 a. C., os cereais, as ovelhas, as favas, as lenti-lhas, o grão-de-bico, a maioria dos legumes e árvores de fruto que hoje conhecemos, depois de domesticados no Crescente Fértil, alastram lentamente para os territórios norte e sul do Medi-terrâneo, e daí para o Norte da Europa. O milho-painço da China avança para a Índia, África, Mediterrâneo. O arroz do Sueste Asiático espalha-se pela China, Sul da Índia, Indonésia. Os inhames asiáticos conquistam o continente africano. Mas tudo isto foi uma caminhada lenta de milénios,

that they were party militants and therefore had to present themselves as members of fronts within these parties (e.g. concerning ecology, precarious employment, feminism, trade unions).

There is nothing fascist about these «anti-political» sentiments, resulting from the uselessness of parliaments and the ineffectiveness of left-wing MPs – objectively speaking they are sentiments that contain a progressive element, since they do not advocate leaders but rather the power of the people.

Between 2007 and 2012 Portugal had five general strikes and various public sector¹² general strikes. This is a rare, historic total. Regardless of the larger or smaller numbers mobilised, it is an expression of the inability of Portuguese society as a whole to adjust to the social differences it is experiencing.

The current crisis is probably also destroying the conditions that allowed for the social pact, under which for 3 to 6 decades (depending on the country) the struggles of the workers were tamed and channelled towards an inconsequential parliamentary presence. The erosion of the social base that sustained the social pact is evident; this does not mean an automatic crisis in the regime itself but changes the objective conditions for a rupture.

We do not know how the peoples of Europe will find new paths towards emancipation, cooperation, struggle and resistance. However, what we see in Greece, Spain and Portugal is the beginning of a political crisis that is persistently deepening throughout Europe, breaking the grip of capital – for «all revolutions are impossible until they become inevitable».

4. The European Union is an imperialist project, the real name for globalisation.

Globalisation, or at least its predecessors, began in the stomach.

In around 3000 BC, cereals, sheep, fava beans, lentils, chick peas and most of the vegetables and fruit trees that we know today, after having been domesticated in the Fertile Crescent, slowly spread to northern and southern Mediterranean territories and from there to the north of Europe. Millet from China travelled to India, Africa and the Mediterranean. Rice from Southeast Asia spread to China, South India and Indonesia. Asian yams conquered the African continent. However, all this took place slowly over the course of millennia and

nada que se compare com a aceleração globalizante da era das Descobertas. Portugueses e espanhóis descobrem um supermercado repleto e exportam-no instantaneamente para a Europa: 100 das 640 plantas alimentares mais importantes em todo o mundo foram domesticadas pelos ameríndios. O consumo médio europeu de 2000 calorias, antes das Descobertas, subiu em flecha.

Em suma: globalização, para os europeus, sempre significou uma coisa simples: encher o bandulho e matar a fome, extrair recursos do Terceiro Mundo. Paradoxalmente, a globalização tornou-se sinónimo de empobrecimento – empobrecimento da biodiversidade e das populações de ambos os lados do oceano.

Em 1750 a população europeia era de 140 milhões. Um século depois ascendia a 266 milhões e regressava à dieta de 1800 calorias (abaixo da era pré-Descobertas), por falta de alimento para tanta gente. Os capitalistas, primeiro felicíssimos com esta explosão mal-thusiana da mão-de-obra, deparam-se logo a seguir com um pequeno problema: os trabalhadores já não têm força para trabalhar, a produção cai a pique.

A exploração e a dominação são fractais: a Europa não poderá praticar qualquer espécie de cooperação fraterna dentro de si mesma, ao mesmo tempo que consome computadores montados por crianças orientais em regime escravagista e desumano. Estamos perante uma impossibilidade absoluta: ser justo, equitativo e mutuamente respeitoso em casa, e praticar o oposto quando se sai à rua.

A construção de uma outra Europa fraterna, democrática (de-mocracia na produção com abolição da propriedade privada) e cooperante está votada ao fracasso se os povos europeus não quiserem alargar a sua noção de fraternidade activa além-fronteiras; se não deixarem de disfarçar as mais variadas tentações imperialistas sob a etiqueta eufemística da globalização.

Notas:

1. O desemprego é uma forma de regular os salários dos trabalhadores no activo, puxando-os para baixo.
2. <http://www.movimentosememprego.info/>
3. In Diário Económico, 16/10/2007, http://economico.sapo.pt/edicion/diarioeconomico/edicion_impresa/economia/pt/desarrollo/1046490.html

was nothing in comparison with the globalised acceleration of the era of the Discoveries. The Portuguese and Spanish discovered a well-stocked supermarket and instantly exported it to Europe: 100 of the 640 most important edible plants in the entire world were domesticated by the indigenous peoples of the Americas. The average European consumption of 2000 calories prior to the Discoveries suddenly shot up.

In short, globalisation, for the Europeans, always meant one simple thing: filling up the belly and staving off hunger by extracting re-sources from the Third World. Paradoxically, globalisation became synonymous with impoverishment – the impoverishment of biodiversity and populations on both sides of the ocean.

In 1750 the population of Europe totalled 140 million. One century later it had risen to 266 million and the calorie intake had fallen to 1800 calories (below the level of the pre-Discoversies era) due to a shortage of food needed to supply so many people. Capitalists, at first delighted with this Malthusian explosion of the labour force, later came up against a small problem: workers had no more strength to work and production plummeted.

Exploitation and domination are fractal: Europe will not be able to engage in any kind of fraternal cooperation within its boundaries whilst using computers assembled by children in the east under an inhumane regime of slave labour. We are facing a total impossibility: being fair and equitable and showing mutual respect at home, whilst practising the opposite outside.

The construction of different Europe, fraternal, democratic (involving democracy in production through the abolition of private property) and cooperative, is doomed to failure if the European peoples are unwilling to enlarge their idea of active fraternity across borders and if they do not stop disguising a wide range of imperialist ventures under the euphemistic label of globalisation.

Notes:

1. Unemployment is a means of regulating the salaries of the working population, by lowering them.
2. <http://www.movimentosememprego.info/>
3. In Diário Económico, 16/10/2007, http://economico.sapo.pt/edicion/diarioeconomico/edicion_impresa/economia/pt/desarrollo/1046490.html

4. In Diário de Notícias, 28/6/2012 http://www.dn.pt/bolsa/interior.aspx?content_id=1605098 e também l-online, 1477/2012 <http://www.ionline.pt/dinheiro/pobreza-tres-milhoes-vivem-menos-500-euros>
5. In Jornal de Notícias, 7/6/2010 http://www.jn.pt/PaginalInicial/Sociedade/Interior.aspx?content_id=1587203
6. Jornal Expresso, 25/10/20011 <http://expresso.sapo.pt/passos-coelho-so-vamos-sair-da-crise-empobrecendo-video=f683176>
7. Coggiola, Osvaldo, A Crise de 29 e a Grande Depressão da Década de 30, In VARELA, Raquel (coord), Quem Paga o Estado Social em Portugal?. Lisboa, Bertrand, 2012.
8. <http://stats.oecd.org/Index.aspx?DatasetCode=ANHRS>
9. O conceito de «renegociação» da dívida, termo inicialmente avançado por alguns sectores de forma indefinida e abstracta, acabou por revelar-se expressamente aquilo que sempre significou: renegociar prazos de maturidade e juros da dívida, ou seja, manter a lógica do endividamento, empurrando para a frente (para cima de ainda mais gerações futuras) a espiral crescente de endividamento e miséria das populações.
10. VARELA, Raquel (coord), Quem Paga o Estado Social em Portugal?, Lisboa, Bertrand, 2012. Ver em particular artigos de GUEDES, Renato, e PEREIRA, Rui Viana, ROSA, Eugénio, SHAIKH, Anwar.
11. <http://www.revistarubra.org/?p=3137>
12. 30 de maio de 2007; 24 de novembro de 2010; 24 de novembro de 2011, 22 de março de 2012. Para detalhes sobre as greves gerais da administração pública ver «A persistência do conflito industrial organizado. Greves em Portugal entre 1960 e 2008». In *Mundos do Trabalho*, GT Mundos do Trabalho da Associação Nacional de História, no v. 3, n. 6, Segundo Semestre de 2011, ISSN: 1984-9222.

4. In Diário de Notícias, 28/6/2012 http://www.dn.pt/bolsa/interior.aspx?content_id=1605098 and also l-online, 1477/2012 <http://www.ionline.pt/dinheiro/pobreza-tres-milhoes-vivem-menos-500-euros>
5. In Jornal de Notícias, 7/6/2010 http://www.jn.pt/PaginalInicial/Sociedade/Interior.aspx?content_id=1587203
6. The Expresso newspaper, 25/10/20011 <http://expresso.sapo.pt/passos-coelho-so-vamos-sair-da-crise-empobrecendo-video=f683176>
7. Coggiola, Osvaldo, A Crise de 29 e a Grande Depressão da Década de 30, In VARELA, Raquel (org), Quem Paga o Estado Social em Portugal?. Lisbon, Bertrand, 2012.
8. <http://stats.oecd.org/Index.aspx?DatasetCode=ANHRS>
9. The concept of the «renegotiation» of the debt, a term initially proposed by certain sectors in a vague and abstract way, eventually turned out to be exactly what it had always meant: renegotiating the maturity dates and interest rates; in other words, maintaining the logic of indebtedness and extending its duration (for even more future generations) in an ever-increasing spiral of indebtedness and misery for populations.
10. VARELA, Raquel (coord), Quem Paga o Estado Social em Portugal?, Lisbon, Bertrand, 2012. See, particularly, the articles by GUEDES, Renato, and by PEREIRA, Rui Viana, ROSA, Eugénio, SHAIKH, Anwar.
11. <http://www.revistarubra.org/?p=3137>, Banking institution bailed by the state (translator's note)
12. 30 May 2007; 24 November 2010; 24 November 2011, 22 March 2012. For details of the public sector strikes, see «A persistência do conflito industrial organizado. Greves em Portugal entre 1960 e 2008». In *Mundos do Trabalho*, GT Mundos do Trabalho da Associação Nacional de História, no v. 3, n. 6, second semester of 2011, ISSN: 1984-9222.



Estimados AMIGOS Europeos. Presente.

En primer lugar queremos saludar y agradecer su invitación a nuestro Colectivo Ecuatoriano que seguimos siendo numeroso en España y desear que el trabajo por la reivindicación de nuestros pueblos en el mundo sea fructífera y positiva para los ciudadanos de nuestros países.

Ya en el 2008 según datos de los Ayuntamiento en España existíamos 800.000 ciudadanos procedente de Ecuador (y los no empadronados?) , salimos con fuerza a raíz de la crisis bancaria del 98 de nuestro país de origen en busca de una vida mejor para nosotros y nuestras familias.

Muchos de nosotros elegimos España como destino pero también Francia,Italia,Londres y Alemania. La lengua, los lazos que nos unen desde hace más de 520 años con España(no nos olvidamos de la supuesta conquista) y las posibilidades de trabajo y bienestar que parecían ofrecerse nos trajeron hasta aquí.

Los primeros años no fueron fáciles. Tuvimos que emprender una vida nueva, costumbres diferentes, alejados de nuestros seres queridos, con escasos recursos y vago conocimiento del nuevo entorno. Nada nos echó para atrás. Miramos el futuro con esperanza y, poco a poco y con paciencia, fuimos logrando superar las dificultades materiales y legales para nuestra permanencia en el nuevo país.

Muchos de nosotros nos hemos hecho cargo de los trabajos más duros, en las obras en construcción,hostelería, en las residencias de ancianos, haciéndonos cargo de niños y enfermos, en el transporte, en la agricultura, contribuimos al enriquecimiento de este país

Dear European FRIENDS. Present

Firstly we would like to greet and thank your invitation to our Ecuatorian Colective which continues to be numerous in Spain, and to wish that the work for the claims of our people in the world might be fruitful and positive for the citizens of our countries.

According to data from the Spanish City Councils, there were 800.000 citizens from Ecuador (and the unregistered?) in 2008 already. We massively left our country of origin due to the banking crisis that was affecting our country in 1998, in search for a better life for ourselves and our families.

Many of us elected Spain as our destination, but also France, Italy, London and Germany. The language and the ties that have bonded us for over 520 years with Spain (we do not forget the alleged conquest),as well as the job opportunities and the quality of life it seem to offered, brought us here.

The first years were not easy. We had to take on a new life, different habits, away from our dearest ones, with scarce resources and a vague knowledge of the new environment. Nothing detained us. We looked at the future with hope and, little by little, and patiently, we were able to overcome the material and legal difficulties of our permanence in the new country.

Many of us have taken charge of the toughest jobs, in the construction sites, hotel industry, nursing homes, taking charge of the children and the sick, in transportation and agriculture. We contributed to the enrichment of this country while simultaneously, with great sacrifice,

al mismo tiempo que, con gran sacrificio, enviábamos parte de nuestros ingresos a nuestro país de origen, contribuyendo al mismo tiempo a reforzar su economía.

Decididos a permanecer en este país de acogida, buscamos aquí mejorar las condiciones para establecernos con nuestras familias. Era necesario disponer de una vivienda para instalar a nuestras familias, a nuestros hijos, en muchos casos incluso condición previa para lograr las autorizaciones para la reunificación de familiar, tal y como se establece en la legislación española.

Según la Constitución, “todos los españoles tienen derecho a disfrutar de una vivienda digna y adecuada. Los poderes públicos promoverán las condiciones necesarias y establecerán las normas pertinentes para hacer efectivo este derecho, regulando la utilización del suelo de acuerdo con el interés general para impedir la especulación. La comunidad participará en las plusvalías que genere la acción urbanística de los entes públicos”.

Pero este artículo 47 de la Constitución española quedó en papel mojado y la vivienda en España se convirtió en objeto de especulación pura y dura. Los precios de los alquileres, muy elevados, devoraban un porcentaje alto de nuestros ingresos, así es que en un comienzo nos arreglamos como pudimos, hacinados en pequeños pisos en los que compartíamos las habitaciones con otros compatriotas o con emigrantes de otro origen. Pero esas condiciones no eran las más adecuadas para nuestro desarrollo social y el de nuestros hijos, así es que a medida que comprendíamos que nuestra estancia aquí iba a ser prolongada, buscamos ir mejorando nuestras vidas

Al mismo tiempo, los bancos, siempre alertas a la búsqueda de nueva clientela, se dieron cuenta de que la envergadura alcanzada por la inmigración podía ser un nuevo sector para engrosar sus ingresos, e iniciaron la persecución de nuevos clientes para sus créditos usurarios: primero y antes que nada, la vivienda. En complicidad con las empresas constructoras de vivienda a las que ya se había financiado, nos ofrecieron la solución: un crédito hipotecario prácticamente al cien por cien (o más en ocasiones) nos permitiría tener una vivienda propia que pagaríamos en 30, 40 o más años. La cosa resultaba sencilla. Enumerar aquí todas las irregularidades que se cometieron a la hora de conceder, con mano ancha, estas hipotecas, nos llevaría varias páginas, igualmente no es oportuno describir aquí el fenómeno de todos conocido de la burbuja inmobiliaria que ha conducido a la crisis a este país y de la que hemos resultado ser las primeras víctimas.

we sent part of our income to our country, contributing to strengthen its economy as well.

Determined to stay in this host country, we sought to improve the conditions to settle down with our families.

It was necessary to provide a home to settle our families, our children. In many cases this was a precondition for the authorization of family reunification, as established under Spanish Law.

According to the Constitution, “All Spaniards have the right to enjoy decent and adequate housing. The public authorities shall promote the necessary conditions and establish appropriate standards in order to enforce this right, regulating land use in accordance with the general interest in order to prevent speculation.

The community shall have a share in the benefits accruing from the town-planning policies of public bodies.”

But this article 47 of the Spanish Constitution has fallen on wet paper and housing in Spain became the target of pure and simple speculation. The very high rental prices devoured a high percentage of our income, so at first we managed as best as we could, crammed into small flats where we shared rooms with other fellow countrymen or with migrants of another origin. But these conditions were not the best for our social development and for that of our children, so as we understood that our stay here would be prolonged, we went on trying to improve our lives.

At the same time, banks, ever vigilant in finding new customers, realized that the size reached by immigration could be a new sector to increase their income, and began the pursuit of new clients for their usurious loans: first and above all, housing. In collusion with homebuilders companies which were already funded, they offered us the solution: a mortgage credit of almost one hundred percent (and more in some cases) would allow us to own a home that we would pay for 30, 40 or more years. The thing was simple. To list here all the irregularities that were committed at the time of granting these mortgages would take several pages. Also it is not proper to describe here the well-known phenomenon of the housing bubble that led this country to the crisis and of which we have been the first victims.

El espejismo se deshizo y muchos de nosotros nos vimos en el desempleo, sin recursos, destinando el escaso dinero del paro a pagar las hipotecas contraídas, sin darnos cuenta de que esos subsidios tienen una corta fecha de caducidad y, por lo tanto, abocados a ser arrojados, más pronto o más tarde, de nuestras recién adquiridas viviendas junto con toda nuestra familia, en la calle y en la miseria. Ante la oleada de impagos, los bancos actuaron sin piedad –la ley esta de su parte- y hoy somos cientos de miles, tanto ciudadanos españoles como procedentes de otras nacionalidades, los que ya hemos sido arrojados a la calle o nos encontramos bajo la amenaza de ser en los próximos días, semanas, o meses. En un inicio, y ante la dimensión alcanzada por este desastre social, empezamos a organizarnos para tratar de afrontar esta situación, en primer lugar denunciando las irregularidades, más tarde intentando buscar salidas de negociación con los bancos. Y así han ido surgiendo por todo el país diversas plataformas y colectivos de apoyo a las personas afectadas y amenazadas de desahucio. La situación es tan crítica que se han llegado a emprender acciones extremas de resistencia: huelgas de hambre, encierros, ocupación de sucursales bancarias y hasta suicidios.

En estos días que corren, y ante la creciente alarma social, parece que las autoridades, -hasta ahora ocupadas en exclusivamente en buscar una salida a la crisis ocasionada por la mala gestión de la banca, inyectándole miles de millones de Euros y dejando endeudado al país-, se proponen también buscar una salida a las víctimas de las hipotecas, salida a la que desde luego no se dedicará la ingente cantidad de recursos que se destina al sistema financiero.

Sin extendernos más sobre este tema, sobre el que podemos aportarles suficiente información adicional si la requieren, nos dirigimos a ustedes, solidarios con su pueblo a difundir y sensibilizar nuestra situación y que si asisto al encuentro que están organizando , para solicitar que tengan presente este tema como uno de los temas clave a incluir en las agendas de discusión para exigir a las autoridades españolas, verdad, justicia y reparación sobre esta sangrante situación de tantos ciudadanos Ecuatorianos, condenados de nuevo a la miseria y la exclusión, víctimas de un sistema injusto.

Aída Quinatoa

7 de Enero del 2013.

PORTAVOZ PAH (PLATAFORMA AFECTADOS POR LAS HIPOTECAS) Y PRESIDENTA DE COORDINADORA NACIONAL DE ECUATORIANOS EN ESPAÑA (CONADEE).

The illusion fell apart and many of us saw ourselves unemployed, without resources, allocating the scarce money of unemployment benefits to pay the undertaken mortgages, not realizing that these subsidies have a short expiration date and, therefore, that we were doomed to be thrown out, sooner or later, of our newly acquired homes along with our entire family, on the street and in misery. In the wave of defaults, banks acted ruthlessly – law is on their side – and today we are hundreds of thousands, both Spanish citizens and of other nationalities, who have been thrown out into the street or are under threat to be homeless in the coming days, weeks, or months. Initially, and to the extent reached by this social disaster, we began to organize and tried to address this situation, first denouncing irregularities, and later trying to find solutions by negotiating with the banks. Therefore, various platforms and support groups for people affected and threatened with eviction across the country. The situation is so critical that extreme actions of resistance have been implemented: hunger strikes, sit-ins, occupation of bank branches and even suicide.

In this day and age, and with growing social unrest, it appears that authorities – until now exclusively occupied with seeking a solution to the crisis caused by the mismanagement of banks by injecting them with billions of Euros and leaving the country in debt –, also intend to seek a way out for the victims of the mortgages, with a solution that will certainly not devote the enormous amount of resources assigned to the financial system.

Without dwelling any further on this subject, on which we can give enough additional information if needed, we come to share with you, in solidarity with your people, to disseminate and sensitize our situation and to request that, if I attend the meeting you are organizing, to bear this issue as one of the key issues to include on the discussion agenda to demand the Spanish authorities, truth, justice and reparation for this bloody situation for many Ecuadorians, again condemned to poverty and exclusion, victims of an unjust system .

Aída Quinatoa

7 January 2013.

SPOKESPERSON PAH (PLATAFORMA AFECTADOS POR LAS HIPOTECAS) AND PRESIDENT OF THE COORDINADORA NACIONAL DE ECUATORIANOS EN ESPAÑA (CONADEE).



Letter to the European White Left¹:

We are writing these lines to you with Aime Cesaire, Frantz Fanon, Tupac Katari, Bartolina Sisa, Audre Lorde, Gloria Anzaldua, Malcolm X, Ali Shariati, Kwame Nkrumah, Steven Biko and all the other people whose struggle has preceded ours.

You might recognize some of these names, and you might know a bit about their struggle. We mention them here because we want to invite you to get thorough acquaintance with them, and with us.

Together with contemporary activists and thinkers from the South, they prove Boaventura de Sousa Santos' point that the knowledge of the world is much vaster than the western understanding of the world.

And they also prove that the alternatives to the problems that we face today in Europe are much vaster than that which the western understanding of the world can provide.

We are not writing this letter in order to impose anything on you. What we want, however, is to argue that your struggles - the strategic goal of ending Capitalism, Imperialism and Patriarchy - cannot be achieved without a strong political alliance with non-White peoples across European territories. And in our view, the main obstacle to this alliance is the epistemological blindness you exercise towards the racial divide between White oppressed people and non-White oppressed people. This blindness is one of the effects of the long-lasting system against which your struggles are aimed. So we do not write this letter to say that you are blind by default. Instead, we intend to contribute to your struggles by explaining one of the fundamental issues that we think inhibits you - and us - to effect profound changes in our societies.

We want to explain that our struggle is your struggle too. To understand this, it is important that you know

Carta à Esquerda Europeia Branca¹:

Escrevemos-vos estas linhas com Aime Cesaire, Frantz Fanon, Tupac Katari, Bartolina Sisa, Audre Lorde, Gloria Anzaldua, Malcolm X, Ali Shariati, Kwame Nkrumah, Steven Biko e todas as outras pessoas cuja luta antecedeu a nossa.

Vocês poderão reconhecer alguns destes nomes e conhecer um pouco da sua luta. Nós mencionamo-los aqui porque queremos que convidar-vos a obter um conhecimento aprofundado com eles, e conosco. Juntamente com ativistas e pensadores contemporâneos do Sul, eles provam a ideia de Boaventura de Sousa Santos de que o conhecimento do mundo é muito mais vasto do que o entendimento ocidental do mundo.

E eles também provam que as alternativas aos problemas que enfrentamos hoje em dia na Europa são muito mais vastas do que aquelas que o entendimento ocidental do mundo pode fornecer.

Nós não estamos a escrever esta carta para vos impor nada. Pelo contrário, o que queremos é argumentar que as vossas lutas - o objetivo estratégico de acabar com o Capitalismo, o Imperialismo e o Patriarcado - não pode ser atingido sem uma aliança política forte com pessoas não-brancas dos territórios europeus. E do nosso ponto de vista, o maior obstáculo a esta aliança é a cegueira epistemológica que vocês exercitam face à divisão racial entre pessoas brancas oprimidas e pessoas não-brancas oprimidas. Esta cegueira é um dos muitos efeitos do sistema, de longa duração, contra o qual as vossas lutas se batem. Por isso, nós não escrevemos esta carta para vos dizer que vocês são cegos por defeito. Ao invés, nós pretendemos contribuir para as vossas lutas, explicando uma das questões fundamentais que vos - e nos - inibe de conseguir mudanças profundas nas nossas sociedades.

Nós queremos explicar-vos que a vossa luta é também a nossa luta. Para compreender isto é importante

that we are not leftist. We are the victims of those leftist politics and political views which, in essence, are no different from those of the political right. This is because both Right and Left share an idea of a 'greater good' that implies "democracy", "humanism", "anti-racism" and "gender-equality" that in fact is mobilized to dismantle our struggles. In multiple ways, we are the victims of that 'greater good'. We have seen and lived its violent nature, and in the later years you have become a bit more acquainted with some aspects of this condition.

Indeed, we write as the victims of the White ideas of democracy and humanism, these tales that the dominant White capitalist/patriarchal world elites tell to invade our countries and legitimate paternalist practices in relation to our struggles. The tales by which they legitimate treating us as second-class citizens inside Europe. We also write as victims of that elites' so-called anti-racism, this tale they tell to pretend that systematic racism is not integral to their institutions, their knowledge and ideas. Finally, we write as victims of the so-called gender equality propagated by those same elites, this tale they tell to attack our people, to dismember our communities and to delegitimize our struggles. So when we write to you we write as those who are not included in the 'greater good'-thinking of the White world, but as those who have been the victims of that 'greater good'.

Those in the zone of non-being are a global majority. Yet, through their 'greater good' thinking, the dominant world elites continuously believe that they are entitled to decide upon the priorities of our struggles. Throughout history they have worked to cover over the dark side of their 'greater good' so that even you, the European White Left, are supposed not to see it. The more they can sustain your blindness, the less effective your struggles will be. They want your struggles and our struggles to be in conflict, their interest is that we do not unite. And this is a serious problem.

Frantz Fanon spoke about a global racial division between those who live racial privilege (even if oppressed) and those who are the victims of the racial privilege of the first.

que vocês saibam que nós não somos esquerdistas. Nós somos vítimas dessas políticas e visões da esquerda que, na essência, não são diferentes das da direita. Isto acontece porque tanto a Direita como a Esquerda partilham a ideia de um "bem maior" que implica "democracia", "humanismo", "anti-racismo" e "igualdade de gênero" que, na verdade, funciona para mobilizar o processo de desmantelamento das nossas lutas. De muitas formas, nós somos as vítimas desse "bem maior". Nós vimos e vivemos a sua natureza violenta e, nos últimos anos, vocês puderam tomar consciência e conhecimento de alguns aspectos dessa condição.

De facto, nós escrevemos como vítimas das ideias Brancas de democracia e humanismo, essas fábulas que as elites mundiais brancas patriarcais / capitalistas contam para invadir os nossos países e legitimar práticas paternalistas em relação às nossas lutas. As histórias pelas quais eles legitimam a forma como nos tratam como cidadãos de segunda classe dentro da Europa. Nós também escrevemos como vítimas do anti-racismo de elite, a história que eles contam para fazer de conta que o racismo sistemático não é parte integrante das suas instituições, do seu conhecimento e das suas ideias. Finalmente, escrevemos como vítimas da chamada igualdade de gênero propagada por essas mesmas elites, essa fábula que eles contam para atacar o nosso povo, para desmembrar as nossas comunidades e para deslegitimar as nossas lutas. Por isso, quando vos escrevemos, escrevemos na condição dos que não estão incluídos no pensamento de um "bem maior" do mundo branco, na condição dos que têm sido as vítimas desse "bem maior".

Aqueles que vivem na 'zona do não-ser' são uma maioria global. Porém, através do pensamento baseado no "bem maior", as elites mundiais dominantes acreditaram de forma continuada que foram indigitados para decidir as prioridades das nossas lutas. Através da história, elas trabalharam para encobrir o lado obscuro do "bem maior" de tal forma que até mesmo vocês, a Esquerda Europeia Branca, não o vê. Quanto mais elas conseguem assegurar a vossa cegueira, menos eficientes serão as vossas lutas. Elas querem que as vossas lutas e as nossas lutas estejam em conflito, o interesse delas é que nós não nos unamos. E este é um problema sério e grave.

Frantz Fanon falou sobre uma divisão global racial entre aqueles que viviam o privilégio racial (ainda que oprimidos) e os que eram vítimas do privilégio racial dos primeiros.

He used the metaphor of zones; those who live racial privilege can be oppressors and oppressed, but they nonetheless share racial privilege. They live in the “zone of being.” Fanon’s point was that in spite of there being oppressors and oppressed in the zone of being, both are oppressors in relation to those who do not live racial privilege. The latter are in the zone of non-being. That is, from the perspective of the ones who enjoy racial privilege, the others are non-existing, in the sense that they are believed to be less human, and thereby less “democratic”, less “intelligent”, or “less respectful of women rights.”

To be in the zone of being is thus a three-fold movement; those in the zone of being grant racial privilege to themselves at the same time that they oppress those in the zone of non-being; they invisibilize this relationship of racial domination and, finally, they also negate the lifeworld (knowledge, world-view, subjectivity, etc.) of those in the zone of non-being. In other words, this racial split produces several blind spots and misunderstandings in the vision of the world that impedes a fruitful dialogue with and political openness to the experience and struggles of non-White peoples.

People living in the zone of being, oppressors and oppressed, rich and poor, right and left, have tended to define the ‘greater good’ of all from criteria that meet their interests. This is because the dominant narrative is so naturalized that it is invisible. This dominant narrative leaves room for you, the White Left, but not for us. The dominant narrative includes you as superior beings in its tales about superior and inferior beings, and by this, it forces you to consider as sub-Humans or non-Humans those who are the victims of their ‘greater good’ – the South², those in the zone of nonbeing. They only recognize your humanity, not ours. The tale of the dominant world elites recognizes all of your heterogeneous forms of social existence such as your thinking, living, acting, being and spiritual expressions as part of the “Human.” This is why we say that even though you are oppressed, you are in the zone of being. In our view, it is crucial that you understand this particularity about the ways in which the dominant White capitalist/patriarchal world elites are still, in many cases, controlling your thinking: by recognizing your humanity in their terms, they are forcing you to participate in the negation of our humanity. This is why we say that we are the victims of “humanism”. The White “humanisms” we have met consider all of our forms of thinking, living, acting, being and spiritual expressions as being inferior, that is, as belonging to the zone of non-being.

Ele usou a metáfora das zonas; aqueles que vivem o privilégio racial podem ser opressores e oprimidos, mas partilham o privilégio racial. Eles vivem na ‘zona do ser’. O argumento de Fanon era que, apesar de haver opressores e oprimidos na ‘zona do ser’, ambos são opressores em relação àqueles que não vivem o privilégio racial. Os últimos estão na ‘zona do não-ser’. Isto é, a partir da perspectiva daqueles que gozam de privilégio racial, os outros são não-existentes, no sentido em que se acredita que eles são menos humanos e, por conseguinte, menos “democráticos”, menos “inteligentes” ou “menos respeitadores dos direitos das mulheres”.

Estar na ‘zona do ser’ é, portanto, um movimento composto por três partes: aqueles que estão na ‘zona do ser’ garantem o privilégio racial para si próprios ao mesmo tempo que oprimem aqueles que estão na ‘zona do não-ser’; eles invisibilizam esta relação de dominação racial e, finalmente, também negam a cosmologia (conhecimento, visão do mundo, subjectividade, etc.) daqueles na ‘zona de não-ser’. Noutras palavras, esta divisão racial produz diferentes pontos cegos, assim como mal-entendidos na visão do mundo que impedem um diálogo produtivo e uma abertura política à experiência e lutas nos não-Brancos.

As pessoas que vivem na ‘zona do ser’, opressores e oprimidos, ricos e pobres, de direita e de esquerda têm tendido a definir o “bem maior” para todos a partir de critérios que vão ao encontro dos seus interesses. Isto acontece porque a narrativa dominante é tão naturalizada que é invisível. Esta narrativa deixa espaço para vocês, a esquerda Branca, mas não para nós. A narrativa dominante inclui-vos a vocês enquanto seres superiores nas suas fábulas sobre seres superiores e inferiores e, ao fazerem-no, força-vos a considerar sub-Humanos ou não-Humanos aqueles que são vítimas do vosso “bem maior” – o Sul², aqueles nas ‘zonas de não-ser’. Eles apenas reconhecem a vossa humanidade, não a nossa. A fábula das elites dominantes reconhece todas as vossas formas heterogêneas de existência social, tal como o vosso modo de pensar, viver, agir, expressões do ser e do espiritual como parte do “Humano”: É por isso que nós dizemos que apesar de serem oprimidos, vocês estão na ‘zona do ser’. Na nossa perspectiva, é crucial que vocês entendam esta particularidade acerca dos modos como as elites mundiais brancas capitalistas/patriarcas continuam, de muitas formas, a controlar o vosso pensamento: ao reconhecer a vossa humanidade nos seus termos, eles estão-vos a forçar a participar na negação da nossa humanidade. É por isso que dizemos que somos as vítimas do “humanismo”. Os “humanismos” brancos que nós conhecemos consideram todas as nossas formas de pensar, viver, agir, expressões do ser e do espiritual” como sendo inferiores, isto é, como pertencentes à ‘zona do não-ser’.

This split, which we call Racism, continues to be a fundamental structuring logic of the hierarchies of power of the civilization that we call the “modern/colonial capitalist/patriarchal western-centric/Christian-centric global system.”

We can hear already some of you saying “this is a racial reductionism”, “this is too simplistic”, “things are more complex”, “where is class in this schema”, “this is essentialist,” etc. So far, our point might sound abstract... to you. But this is a concrete reality to people whose experience in the world is in the zone of non-being, to the victims of the dominant elites’ ‘greater good’.

We know that your zone, the zone of being, is not a homogenous zone. It is a heterogeneous zone with lots of conflicts. We are aware of the fact that there are class, gender, sexual, and national oppressions inside the zone of being. There is an imperialist/capitalist/patriarchal oppressor “I” and an oppressed “Other” (worker, women, queer, nation, etc.) in the zone of being. These “Others” in the zone of being live an intersectionality of oppressions along several hierarchies of power, such as those carried out on the basis of class, sexual orientation, gender, and nationality.

However, our point is that class, gender, sexual, and national oppressions are lived without devastation in the zone of being because here you have access to more resources and power. And you have access to more resources and power because the dominant world elites grant you that racial privilege to keep us at bay, and hence continue their national domination and exploitation of countries and peoples of the Global South. Moreover, the oppressions without devastation that you live are possible only because of the way in which the modern/colonial capitalist/patriarchal western-centric/Christian-centric global system manages conflicts in the zone of being. Indeed, this system manages conflict in the zone of being through regulation and emancipation, while in the zone of nonbeing it does so through dispossession and violence³.

Given that your humanity, which is the humanity of the oppressed in the zone of being, is recognized, codes of law such as labor rights, human rights, or women rights are recognized and applied in relation to you. This is what we mean by regulation. Similarly, your emancipation discourses such as equality, autonomy, liberty,

Esta divisão, à qual chamamos Racismo, continua a ser uma lógica estruturante das hierarquias de poder das civilizações às quais chamamos o “sistema global moderno/colonial/capitalista/patriarca centrado no ocidente/ centrado no cristianismo”.

Nós até conseguimos ouvir alguns de vocês a dizer “isto é um reducionismo racial”, “isto é muito simplista”, “as coisas são mais complexas”, “onde está a classe neste esquema”, “isto é essencialista,” etc. Até agora, a nossa perspetiva pode soar abstrata ... para vocês. Mas esta é uma realidade concreta para as pessoas cujas experiências do mundo são feitas na ‘zona do não-ser’, ou seja, para as vítimas do “bem maior” das elites dominantes.

Nós sabemos que a vossa zona, a ‘zona do ser’, não é uma zona homogénea. É uma zona heterogénea com imensos conflitos. Nós estamos conscientes do facto de que há opressões com base na classe, género, sexo, nacionalidade dentro da ‘zona do ser’. Há um “eu” opressor imperialista/capitalista/patriarca e um “Outro” oprimido (trabalhador, mulher, queer, nacional, etc.) na ‘zona do ser’. Estes “outros” na ‘zona do ser’ vivem uma interseccionalidade entre opressões que se manifestam ao longo de diferentes hierarquias de poder, tais como as desenvolvidas tendo como base a classe, a orientação sexual, o género e a nacionalidade.

Porém, o nosso argumento defende que opressões baseadas na classe, no género, na nacionalidade ou sexuais são vividas sem devastação na zona do ser’ porque aqui vocês têm mais acesso a recursos e a poder. E vocês têm mais acesso a recursos e a poder porque as elites dominantes mundiais dão-vos o privilégio racial para nos manter em segurança/controlo e, assim, continuarem a sua dominação e exploração nacional de países e povos do Sul Global. Além disso, as opressões sem devastação que vocês vivem apenas são possíveis por causa do modo como o sistema global moderno/colonial/capitalista /patriarcal, centrado no ocidente/ centrado no cristianismo gere os conflitos na ‘zona do ser’. Na verdade, este sistema gere os conflitos na ‘zona do ser’ através da regulação e da emancipação, enquanto que nas ‘zonas do não ser’ fá-lo através de desapropriação e violência³.

Dado que a vossa humanidade, que é a humanidade do oprimido na ‘zona do ser’, é reconhecida, códigos legais tais como os direitos de trabalho, direitos humanos, direitos das mulheres são reconhecidos e aplicados em relação a vocês. Isto é o que nós queremos dizer com regulação. Do mesmo modo, os vossos discursos

individual or human dignity are recognized by the dominant White capitalist/patriarchal world elites. Thus, as a trend, in the zone of being the system manages conflicts through peaceful means, with exceptional moments of violence.

You might find this point difficult to digest, but we think this is precisely part of the strategy of the dominant world elites. As White European Left, you share something very important with your oppressors; you all live racial privilege.

The dominant elites offer this privilege to you so that you participate in defending those ideas of a 'greater good' of which we are the victims. In this sense, you are manipulated to be complicit with the oppressions sustained towards those in the zone of non-being.

You are right when you assert that people in the zone of non-being also live the multiple forms of oppression that you live. What you fail to understand is that these oppressions are aggravated by racial oppression. In the zone of non-being class, gender, sexual, and national oppression is worsened by racial domination. This "aggravation" or "worsening" is very deep, material and concrete. In the zone of non-being conflict is not managed by regulation and emancipation as in the zone of being. In the zone of non-being codes of law such as labor rights, human rights, or women rights are suspended, and emancipation discourses such as equality, autonomy, liberty, individual or human dignity are not recognized. In the zone of non-being, the system manages conflicts with violence and appropriation. Given that the humanity of the "non-being Other" is not recognized, regulation (codes of law) and emancipatory discourses collapse in the zone of non-being. Thus, as a trend, the system manages conflicts through violence, with exceptional moments of peace.

Let's take an example of class exploitation. Workers in the Airbus Company in France live in the zone of being and are formally exploited. They work 8 hours a day, they earn 150 euro an hour, have access to labor rights and the right to organize a union. They have conflicts with the corporation. They might organize a strike, legal battles in the tribunals, or a demonstration against the corporation. All of these workers know that if they do any of the above, their life is not at stake.

de emancipação tais como igualdade, liberdade, dignidade individual ou humana são reconhecidos pelas elites mundiais dominantes brancas capitalistas/patriarcais. Deste modo, a tendência é que na 'zona do ser' o sistema gere os conflitos através de meios pacíficos, com momentos excepcionais de violência.

Podem achar este ponto difícil de digerir, mas nós acreditamos que isto é precisamente uma parte da estratégia das elites mundiais dominantes. Como Esquerda Europeia Branca, vocês partilham uma coisa muito importante com os vossos opressores; todos vocês vivem o privilégio racial.

As elites dominantes oferecem-vos este privilégio para que vocês possam participar na defesa dessas ideias de "bem maior" da qual nós somos as vítimas. Neste sentido, vocês são manipulados para serem cúmplices das opressões desenvolvidas em relação à 'zona do não-ser'.

Vocês estão certos quando afirmam que as pessoas que vivem na 'zona do não-ser' também vivem as múltiplas formas de opressão que vocês vivem. O que vocês não entendem é que estas repressões são agravadas pela opressão racial. Na 'zona de não-ser' a opressão de classe, género, sexual e de nacionalidade é agravada pela dominação racial. Este agravamento é muito profundo, material e concreto. Na 'zona de não-ser' o conflito não é gerido através de regulação e emancipação tal como nas 'zonas do ser'. Na 'zona de não-ser', os códigos legais tais como direitos laborais, direitos humanos, direitos de mulheres são suspensos e os discursos de emancipação tais como igualdade, autonomia, liberdade e dignidade individual ou humana não são reconhecidos. Na 'zona não-ser, o sistema gere conflitos com violência e apropriação. Dado que a humanidade do "Outro" na zona do não-ser' não é reconhecida, a regulação (códigos legais) e os discursos emancipatórios colapsam na zona do não-ser. Assim, o sistema tende a gerir os conflitos através de violência, com momentos de paz em registo excepcional.

Vejamos como exemplo a exploração de classe. Trabalhadores da Companhia Airbus em França vivem na 'zona do ser' e são formalmente explorados. Eles trabalham 8 horas por dia, ganham 150 euros por hora, têm acesso a direitos laborais e direito de criar um sindicato. Eles têm conflitos com a empresa. Eles podem organizar uma greve, batalhas legais travadas nos tribunais ou fazer um protesto contra a empresa. Todos estes trabalhadores sabem que se fizerem qualquer uma das coisas acima mencionadas, a sua vida não corre perigo.

Contrary to the exploited workers in the zone of being, exploited workers in the zone of non-being live a very different reality. In a maquiladora sweatshop in the Third World (where 90% of global workers are women of color and do not make more than 1 dollar a day) or in a First World global city, they earn less than the minimum wage, they have neither labor nor union rights, and they work 10 to 16 hours a day. Because their humanity is not recognized, any conflict they have with the corporation is managed by the state through violence and appropriation. Due to the violent methods used to manage conflicts in the zone of non-being, they risk their life if they try to oppose the capitalist owners.

We can see the same divide with Western women or Western LGBTs vis-a-vis non-Western Women and non-Western LGBTs. The form of gender or sexual domination lived by the former is quite different from the same oppression lived by the latter. White women or White LGBTs have more power, privileges, resources and recognition of rights than a woman or LGBT of color. Non-Western women or LGBTs are submitted to worse forms of violence and none recognition of their rights inside Europe than Western women or LGBTs.

These two different modes of domination regulation/emancipation in the zone of being vs. violence/appropriation in the zone of non-being imply a different material/emotional/psychological/spatial/body/social reality that requires different modes of theorizing and different strategies of liberation.

The critical theories that you as White Leftist use, are based on the social-historical experiences of those oppressed Others in the zone of being. There is nothing wrong with theorizing from the lived experience of oppressed peoples.

The problem is that these theories have failed to understand that part of the hegemonic strategies of White capitalist/patriarchal elites to keep you at bay is to grant you privilege in relation to us, and thereby to educate you within a system that writes us out of existence. This is why you probably got acquainted with a bit of Marxism, Critical Theory, Psychoanalysis, or Post-structuralism in school, but not with Cesaire or Fanon. Another problem with the theorizing from the lived experience of the oppressed in the zone of being arises when this theorizing has the pretention of being Universalistic and explaining all forms of oppressions in

Contrariamente aos trabalhadores explorados na 'zona do ser', os trabalhadores explorados na 'zona do não-ser' vivem uma realidade muito diferente. Numa "maquiladora sweatshop" no Terceiro Mundo (onde 90% dos trabalhadores globais são mulheres de cor e não recebem mais do que um dólar por dia) ou numa cidade do Primeiro Mundo, eles ganham menos do que o salário mínimo, não têm direitos laborais ou sindicatos e trabalham de 10 a 16 horas por dia. Uma vez que a sua humanidade não é reconhecida, qualquer conflito que tenham com a empresa é gerido pelo Estado através da violência e da apropriação. Devido aos métodos violentos usados para gerir conflitos na 'zona de não-ser', eles arriscam a sua vida se se tentam opor aos proprietários capitalistas.

Conseguimos ver a mesma divisão entre mulheres ocidentais e LGBTs ocidentais e as mulheres não-ocidentais e LGBTs não-ocidentais. A forma de dominação sexual ou de género vivida pelos últimos é bastante diferente da mesma opressão vivida pelos primeiros. Mulheres brancas ou LGBTs branc@s têm mais poder, privilégios, recursos e reconhecimento dos seus direitos do que uma mulher ou LGBT de cor. Mulheres não-Ocidentais ou LGBTs são submetidas a piores formas de violência e de não reconhecimento de direitos dentro da Europa do que as Mulheres ou LGBTs ocidentais.

Estas duas formas de dominação regulação/emancipação na 'zona do ser' vs. violência/apropriação na 'zona do não-ser' implicam uma realidade material/emocional/psicológica/espacial/corporal/social diferente que requiere diferentes modos de teorização e diferentes estratégias de libertação.

As teorias críticas que vocês, enquanto Esquerda Branca usam, estão baseadas nas experiências socio-históricas dos Outros oprimidos na 'zona do ser'. Não há nada de errado com teorização feita a partir da experiência dos povos oprimidos.

O problema é que estas teorias falharam na compreensão de que parte das estratégias hegemónicas das elites brancas capitalistas/ patriarcais para vos controlarem é concederem-vos privilégios em relação a nós e, por conseguinte, educar-vos dentro de um sistema que nos coloca fora da existência. Foi talvez por isso que vocês conheceram um pouco de Marxismo, Teoria Crítica, Psicanálise, Pós-Estruturalismo, mas não conheceram Cesaire e Fanon. Outro problema que decorre da teorização sobre a experiência dos oprimidos na 'zona do ser' emerge quando esta teorização tem a pretensão de ser universal e de explicar todas as

the world.

From the theories based on the social-historical experience of oppression (class, gender, sexual, national, etc.) lived in the zone of being, you simply cannot extrapolate to explain the social-historical experience of oppression in the zone of non-being. When this happens, we are in the face of coloniality of knowledge from the Left. Indeed, in our experience, many people pretend that the theories used to explain the oppressions in your zone, the zone of being, should be applicable to understand the oppressions lived in the zone of non-being. We do not deny that Marx, Freud, Foucault, Derrida, Negri, Zizek, Kristeva, Irigaray, Cixous and others can be useful to understand the oppression lived in the zone of being. However, we underline that those theories are blind to what happens to an oppressed subject in the zone of non-being. Moreover, when these theories pretend to explain from their social-historical experience of oppression in the zone of being the experiences of oppression in the multiple zones of non-being, they become colonialist of the Left.

This colonial attitude is a reproduction of the arrogance of imperial beings that assumes their theories to be superior while the theories produced from the zone of non-being are considered inferior. This racist/sexist epistemology that most of the White Left reproduces has its foundation on the White Imperial Right Wing colonialist projects. It is only from accepting that your own theories account only for a particular experience of oppression in the world that we can attempt a conversation towards building political coalitions. If in your life experience of oppression Class becomes the central category, for colonial subjects Race is the central category. This difference has to do with different locations in the structures of domination and exploitation in the system. We do not deny class exploitation, we just say that class exploitation is entangled with race domination. Whatever work you are assigned to do in the international division of labor and how much income you earn is organized by the racial/ethnic hierarchies of the global system.

To understand that as well as the experience of oppression in the zone of non-being we need other theorists thinking from the “geopolitics of knowledge” and “body-politics of knowledge” of the Global South – those who preceded us in our struggle mentioned in the beginning of this letter, and those who are leading the struggle today such as Angela Davis, Sylvia Wynter, Silvia Rivera Cusicanqui, Houria Bouteldja, Esteban Ticona, Dew Baboeram, Arzu Merali, Abadio Green, Asma Lamrabet, Sirin Adlbi, etc. As with those before them, these

formas de opressão do mundo.

Não se pode extrapolar das teorias baseadas na experiência socio-histórica da opressão (baseada na classe, gênero, nacionalidade, sexual, etc.) na ‘zona do ser’ para uma explicação da experiência socio-histórica da opressão na ‘zona do não-ser’. Quando isto acontece, estamos perante a colonialidade do conhecimento da Esquerda. Na verdade, na nossa experiência, muitas pessoas pretendem que as teorias usadas para explicar a opressão na vossa zona, a ‘zona do ser’, deveriam ser aplicáveis na compreensão das opressões vividas na ‘zona do não-ser’. Nós não negamos que Marx, Freud, Foucault, Derrida, Negri, Zizek, Kristeva, Irigaray, Cixous e outros possam ser úteis para compreender a opressão vivida nas ‘zonas do ser’. Porém, nós sublinhamos que essas teorias não vêem o que acontece a um sujeito oprimido na ‘zona do não ser’. Além disso, quando estas teorias têm a intenção de explicar as experiências de opressão nas múltiplas ‘zonas de não-ser’ a partir da experiência socio-histórica das ‘zonas de ser’, tornam-se colonizadores de Esquerda.

Esta atitude colonial é uma reprodução da arrogância imperial que assume que as suas teorias são superiores e que as teorias produzidas pelas ‘zonas de não ser’ são consideradas inferiores. A epistemologia racista/sexista que a maioria da esquerda branca reproduz tem os seus alicerces nos projectos coloniais da direita imperial. É apenas através da aceitação de que as vossas teorias têm apenas em conta uma experiência específica de opressão no mundo que podemos tentar conversar rumo a uma construção de coligação política. Se na vossa experiência de opressão, a classe é a vossa categoria central, para os sujeitos coloniais a raça é a categoria central Esta diferença prende-se com distintas localizações nas estruturas de dominação e exploração do sistema. Nós não negamos a exploração baseada na classe, apenas dizemos que a exploração de classe está enredada na dominação racial. Tanto o trabalho que se é designado a desempenhar na divisão internacional do trabalho, quanto o rendimento que se ganha com ele, são organizados pela hierarquias étnicas/raciais do sistema global.

Para compreender tanto isto como a experiência de opressão nas ‘zonas de não-ser’ precisamos de outro pensamento teórico da “geopolítica do conhecimento” e “corpo-político de conhecimento” do Sul Global – aqueles que nos precederam nesta nossa luta, e que foram mencionados no início desta carta, e aqueles que lideram a luta hoje, tais como Angela Davis, Sylvia Wynter, Silvia Rivera Cusicanqui, Houria Bouteldja, Esteban Ticona, Dew Baboeram, Arzu Merali, Abadio Green, Asma Lamrabet, Sirin Adlbi, etc. Tal como aqueles

thinkers are often ignored or “inferiorized” – also by the White left.

What is to be done? We are not blaming you, the oppressed people in the zone of being for being granted racial privilege relative to those oppressed who happen to be born as non-Whites and, thus, live the intersectionality of oppressions aggravated by racial domination. However, we are asking you, the White Left and those oppressed in the zone of being, to assume responsibility.

Instead of ignoring non-White oppressed subjects or trying to understand their experience using your Northern-centric views that racially “inferiorize” the knowledge of colonial subjects, you should assume indignation at the ways in which the dominant world elites grant you racial privilege at the expense of us, and at the expense of the real possibility of constructing alternative futures; a world where other worlds are possible. We invite you to use the awareness of being manipulated in that way, and so assume a decolonial, humble, attitude and take seriously the ways for thinking and acting of the South in Europe.

You, the White Left, have the possibility of joining the decolonial struggle. To do this, you must study our critical analyses of the global system of power, of history, and of European so-called science.

And you must also study our critical analyses of the ways in which you historically have worked together with those domination powers, because this will give you very important insights to the ways that you have been manipulated. After you have studied this, you are welcome to join our struggle by inviting more people of your kind to study what you studied and to use the privilege that the dominant Capitalist/Patriarchal White world elites have given you in order to contribute to dismantle the “modern/colonial capitalist/patriarchal western-centric/Christian-centric global system” towards a more just and democratic world beyond this system. A struggle that would allow for “a world where all worlds are possible.”

Yours sincerely,

Ramón Grosfoguel and Julia Suárez-Krabbe
Decoloniality Europe

que os antecederam, estes pensadores são frequentemente ignorados ou “inferiorizados”- também pela Esquerda Branca.

O que deve ser feito? Nós não vos estamos a culpar, oprimidos na ‘zona do ser’ por terem recebido o privilégio racial face àqueles que nasceram não-brancos e que, por isso, vivem a interseccionalidade de opressões agravada pela dominação racial. No entanto, estamos a pedir-vos, esquerda branca e a todos os oprimidos da ‘zona de ser’, que assumam responsabilidade.

Em vez de ignorar os sujeitos não-brancos oprimidos ou tentar compreender a sua experiência usando as vossas visões Norte-cêntricas, que inferiorizam racialmente o conhecimento dos sujeitos coloniais, deviam assumir indignação em relação ao modo como as elites mundiais dominantes vos dão o privilégio racial à custa dos nossos povos e à custa da possibilidade real da construção de futuros alternativos; um mundo onde outros mundos são possíveis. Nós convidamos-vos a usarem a consciência de estarem a ser manipulados nesse sentido e assumirem uma atitude descolonial humilde e levar a sério os modos de pensar e agir do Sul na Europa.

Vocês, a esquerda-branca, têm a possibilidade de se juntar à luta descolonial. Para isso, devem estudar as nossas análises críticas do sistema de poder global, da história e da chamada ciência europeia.

E vocês devem também estudar as nossas análise críticas sobre os modos como vocês, historicamente, têm trabalhado juntamente com os poderes de dominação, uma vez que isso vos vai dar um importante conhecimento sobre os modos como têm sido manipulados. Depois de terem estudado isso, vocês são bem-vindos a juntarem-se à nossa luta, convidando mais dos vossos para estudar o que vocês estudaram e para usar o privilégio que as elites mundiais dominantes capitalistas/patriarcais e brancas vos deram de forma a contribuir para o desmantelamento do “sistema global moderno/colonial capitalista/patriarcal centrado no ocidente/centrado no cristianismo” rumo a um mundo mais justo e democrático. Uma luta que permita “um mundo em que todos os mundos sejam possíveis.”

Atentamente,

Ramón Grosfoguel e Julia Suárez-Krabbe
Decoloniality Europe

Notes:

1. When we say "White left" we do not refer to a "skin color," but to an epistemic perspective coming from a position of "superiority" in racial/ethnic power hierarchies. To be "White left" is to think, theorize and conceptualize the world from the Western left cannon of thought that is based on the social-historical experience of those oppressed in Fanon's zone of being, that is, those whose theories are thought from the experience of oppressed people that in the racial/ethnic hierarchies belong to the "superior race." The colonialist pretension of the "White left" is that their theories and strategies are Universal. The question here is not racial origin, but epistemic perspective. Socially speaking, you can be classified as Black, Arab-Muslim or Roma people and belong to the White Left if you uphold their Eurocentric epistemology or, vice-versa, you can be classified as White or Western European and uphold a decolonial epistemology. The latter are rare cases of Whites who take seriously the Epistemologies of the South. A good example of this is Boaventura de Sousa Santos, a Portuguese decolonial sociologist.

2. The South for us is not reducible to geography. It is a metaphor to talk about a position of subordination in imperialist/capitalist/colonialist/patriarchal power relations of domination and exploitation that are organized around the idea of "Race." The notion of Global South implies that there is a South of the North and there is a South inside the North.

3. Here we are enriching Fanon's "zone of being" and "zone of non-being" with Boaventura de Sousa Santos' concept of the "abyssal line." We read Santos' abyssal line as equivalent to Fanon's line of the Human; the racial divide. For Santos, above the abyssal line the system manages conflicts with methods and discourses of regulation and emancipation, while below the line the system uses violence and appropriation.

Notas:

1. Quando dizemos "esquerda branca" não nos referimos a uma "cor da pele", mas a uma perspectiva epistemológica que vem de uma posição de "superioridade" hierarquias de poder baseadas na raça / etnia. Para ser "Branco de esquerda" é pensa-se, teoriza-se e conceptualiza-se o mundo a partir do cânone da esquerda ocidental que se baseia na experiência histórico-social dos oprimidos na zona do ser de Fanon, ou seja, aqueles cujas teorias são pensados a partir da experiência de um povo oprimido que nas hierarquias raciais / étnicas pertencem à "raça superior." A pretensão colonialista da "esquerda branca" é que as suas teorias e estratégias são universais. A questão aqui não é a origem racial, mas a perspectiva epistémica. Socialmente falando, pode-se ser classificado como negro, povo árabe-muçulmano ou Roma e pertencer à esquerda branca se se defender a sua epistemologia eurocêntrica, ou vice-versa, pode ser classificado como branco ou da Europa Ocidental e defender uma epistemologia descolonial. Estes últimos são casos raros de brancos que levam a sério as Epistemologias do sul. Um bom exemplo disto é a Boaventura de Sousa Santos, sociólogo descolonial Português

2. O Sul para nós não é redutível a geografia. É uma metáfora para falar sobre a posição de subordinação em relações de poder de dominação e exploração imperialistas / capitalistas / coloniais / patriarcais que estão organizadas em torno da ideia de "raça." A noção de Sul Global implica que há um Sul do Norte e há um sul dentro do Norte..

3. Nós aqui estamos a enriquecer a 'zona do ser' e zona do não ser' de Fanon com o conceito da "linha abissal" de Boaventura de Sousa Santos. Nós interpretamos o conceito da "linha abissal" de Boaventura de Sousa Santos como equivalente à linha do Humano de Fanon, a divisão rática. . Para Santos, acima da linha abissal o sistema gere conflitos com métodos e discursos de regulação e emancipação, enquanto abaixo da linha o sistema usa a violência ea apropriação.



Carta aos “europeus”

“Un cosmopolitismo más genuino es, en primer lugar, una orientación, una voluntad de comprometerse con el Otro. Comporta una actitud intelectual y estética abierta a las experiencias culturales diversas, una búsqueda de contrastes antes que de uniformidad.” Ulf Hannerz

No âmbito da Universidade Popular dos Movimentos Sociais (UPMS), pediu-se ao SOS Racismo que escrevesse uma carta aos europeus. Mas, como se adivinha, este exercício epistolar pressupõe discutir as relações sociais entre sujeitos e actores políticos “europeus” e a instituição Europa. Porém, escrever aos europeus e por extensão à Europa revela-se um exercício difícil por várias ordens de razão e pelo menos porque há, no mínimo, dois requisitos a preencher para escrever uma carta (seja ela qual for e seja quem for o seu destinatário): é preciso saber sobre que escrever e a quem ou para quem escrever? No entanto, isto não é hoje de todo adquirido no caso da categoria “europeus”, tal como percebida do ponto de vista cultural e político e ainda o é muito menos no que toca à categoria “Europa”! Portanto, convinha essencialmente saber o que é exactamente a Europa (se é uma ideia, um espaço e quais as suas geografias?) e para que serve.

De facto, a pergunta que se impõe quando se quer falar da Europa e/ou com a Europa é a de saber se sendo uma ou outra coisa e, quase sempre, as duas em simultâneo, ou seja uma ideia e um espaço, a Europa é ou não abrangente e é ou não fechada? Às vezes, e são quase sempre muitas e propositadas, consoante as agendas políticas e os interesses que lhe são inerentes, a Europa tende em enclausurar-se nos limites da

Letter to “Europeans”

“A genuine cosmopolitanism is first of all an orientation, a willingness to engage with the Other. It implies an intellectual and aesthetic stance of openness toward divergent cultural experiences, a search for contrasts rather than uniformity.” Ulf Hannerz

SOS Racismo has been invited by the Popular University of Social Movements (UPMS) to write a letter to europeans. However, as might be imagined, this exercise presupposes discussing the social relations between “European” subjects and political actors and Europe as an institution. Therefore, writing to the people of Europe and, by extension, to Europe proves to be a difficult exercise for various reasons, not the least because a minimum of two requirements have to be met in order to write a letter (whatever it is about and whoever the recipient may be): it is necessary to know what to write about and for whom or to whom it should be written. Nowadays, however, the category “European”, as perceived from a cultural and political point of view, cannot be taken for granted, far less the category “Europe”! Consequently, it would be helpful to know, in essence, what exactly Europe is (whether it is an idea or a space and what its boundaries are) and what purpose it serves.

In fact, the question that arises when talking about and/or with Europe is that of knowing whether, being an idea or a space, or, almost always, both at the same time, Europe is all-inclusive or whether it is restrictive. On occasion, and there are almost always many, intentional occasions, according to political agendas and their inherent interests, Europe tends to enclose itself within the limits of the distinction between a political

distinção entre o espaço político e o tempo histórico para ser, além de uma ideia e um espaço fechados e excludentes, uma verdadeira fortaleza política, económica, cultural, e geográfica.

Assim, a história e as geografias (social, cultural, política, etc) do passado e no presente condicionam imenso a percepção do que se entende pela categoria “europeus” e quem dela pode ou não fazer parte! Para nós, os “europeus” como categoria social e sujeito político são indissociáveis da Europa como projecto de sociedade! Por isso, é-nos impossível escrever aos “europeus” e para a Europa sem (d)escrever a Europa e sem falar sobre ela e, sobretudo, sem questionar a verdadeira história de muitas estórias de exclusão no seu trajecto político - desde a sua criação como espaço geopolítico - no que concerne o seu relacionamento com a diversidade cultural e o racismo. E porque infelizmente, esta história, para milhões de pessoas, não é cor-de-rosa, antes pelo contrário, ela é em muitos casos, dramática e trágica!

Ora, nessas circunstâncias escrever uma carta aos “europeus” e forçosamente à Europa, é obviamente um acto de denúncia senão mesmo de confronto, porque (d)escrever a Europa não pode ser senão um acto de desconstrução dos vários mitos que alimentam os seus imaginários e quotidianos na prática política e nas relações sociais.

Esta história, contada sistematicamente através de lentes eurocéntricas, tornadas hegemónicas no tempo, passam, em larga escala, pelo silenciamento ou pelo mascarar de um conjunto de acontecimentos relacionados com a (re)produção do capitalismo e da modernidade das democracias ocidentais. Estas narrativas dominantes tornam omissas um conjunto de práticas, profundamente ancoradas em espaços físicos e simbólicos de violência, exploração, expropriação e dominação, tais como o colonialismo, a escravatura e o racismo. Neste sentido, só o repensar dessas narrativas permitirá, em grande parte, questionar os seus legados reais e, conseqüentemente, fomentar um pensamento crítico sobre o racismo larvar das sociedades contemporâneas. É neste sentido que, pensar a Europa urge que se repensem os paradigmas através dos quais esta se reproduz, desconstruindo-os.

Obrigados aqui a uma economia de contextualização histórica das relações, ao longo do tempo, entre os “europeus” e aqueles/as constituídos/as como os/as seus/suas outros/as afastando os fantasmas das generalizações abusivas, podemos dizer que a larga maioria dos “europeus” sempre flirtou e ainda flerta com o racismo no limite da arrogância e do sentimento de superioridade civilizacional. Tomando apenas como marco temporal, os últimos 30 anos, cujo ponto cardeal foram os motins de Londres em 1981, podemos constatar,

space and a period in history to become, in addition to a closed, excluding idea and space, an authentic political, economic, cultural and geographical fortress.

Therefore the history and geographies (social, cultural, political, etc) of the past and the present greatly influence the perception of what is understood by the category “europeans” and who can, or cannot, be part of it! For us, “europeans” as a social category and political subject is inseparable from Europe as a social project! So, it is impossible for us to write to “europeans” and to Europe without (de)scribing Europe and talking about it and, above all, without questioning the true history of the many stories of exclusion that are part of its political trajectory – since its creation as a geopolitical space – in its relationship with cultural diversity and racism. Unfortunately, for thousands of people, this history is not a happy one – on the contrary, in many cases it is dramatic and tragic!

In these circumstances writing a letter to “europeans”, and therefore to Europe, is obviously an act of denunciation, if not actual confrontation, since (de)scribing Europe cannot be anything other than an act of deconstructing the various myths that fuel its imaginaries and everyday experience in political practices and social relations.

This history, systematically recounted from a Eurocentric perspective that has become hegemonic over time, includes the silencing or masking on a large scale of a series of events relating to the (re)production of capitalism and the modernity of western democracies. These dominant narratives omit a series of practices that are deeply rooted in physical spaces and are symbolic of violence, exploitation, expropriation and domination, such as colonialism, slavery and racism. Thus it is only, to a large extent, by rethinking these narratives that it becomes possible to question their real legacies and consequently foster critical thinking about the nascent racism of contemporary societies. In this sense, thinking about Europe demands rethinking the paradigms through which it is reproduced, deconstructing them.

Restricted here to a brief historical contextualisation of the relations, over time, between “europeans” and those established as their “Others” and avoiding abusive generalisations, it may be said that the great majority of “europeans” has always flirted with racism within the limits of arrogance and feeling of civilisational superiority, and still does. Taking only the last 30 years as a time reference, in which the London riots of 1981 are the main reference, it may be said, unfortunately in many cases with the acquiescence of “europeans”, that

infelizmente, em muitos casos, com a anuência dos “europeus”, que a Europa tem vindo a ressuscitar todas as formas políticas de dominação e de opressão que orientaram o seu imperialismo e que estiveram e estão na base do racismo como o conhecemos e como ainda subsiste. A proliferação de leis que, sob pretexto, quer de defesa da laicidade, quer do modelo social, cultural e civilizacional ocidental - supostamente mais avançado – mas, ameaçado pela presença das comunidades imigrantes e pelas suas práticas culturais, se inscrevem numa doutrina ideológica racista de supremacia cultural e que é objectivamente direccionada contra os não “europeus”, ainda que muitos nascidos na Europa.

A larga maioria dos “europeus” a quem escrevemos esta carta convive há muitas décadas com mais de 20 milhões de cidadãos a quem a Europa, enquanto ideia e projecto político, não reconhece direito de pertença e de identificação com ela.

Mais de vinte milhões de pessoas que vivem na Europa estão excluídas da comunidade política e relegados à categoria de “cidadãos de países terceiros”. Os “europeus” até agora conviveram relativamente bem e com naturalidade com a ideia de que estes mais de vinte milhões de pessoas são uma parte estranha do seu corpus social e político! É assim que na realidade somos levados a constatar que há um racismo que se esconde por detrás da orientação política da Europa e da sua redobrada produção de leis de excepção que nada mais são senão uma vontade de cimentar politicamente e legitimar socialmente a categoria de “não europeu”.

Se nos lembrarmos dos motins urbanos de Londres em 1981 e 2011 e de Paris em 2005, das deportações em massa de ciganos na Itália e que prosseguem em França, se olharmos para os despejos e demolições de casas em bairros sociais em Portugal, se ainda pensarmos que 20 anos depois dos ataques racistas de Rostock (Alemanha) em Agosto de 1992, 12 anos após em El Ejido (Estado espanhol), em Fevereiro de 2000 e depois em Rosarno (Itália) em Janeiro de 2010, ou o que se passa atualmente na Grécia, somos levados a ver uma Europa num inquietante e “acelerado processo de desumanização”! Não deixa de ser aqui obrigatório realçar que, após a revisitação de uma história de opressão na Europa, contínua e continuada, ao longo de décadas, perpetrada dentro e fora das suas fronteiras, se veja hoje atribuído a este mesmo espaço, o Prémio Nobel da Paz comprovando que todos estes acontecimentos - ao longo dos últimos trinta anos - resultaram do consenso social e político da percepção europeia sobre a diversidade cultural bem como as respostas políticas na sua gestão. A pergunta que colocamos aos “europeus” é de saber: até onde é preciso ir para que finalmente se perceba que este caminho, para além de perigoso e conducente à negação da humanidade,

Europe has revived all the political forms of domination and oppression that steered its imperialism and were, and still are, the basis of racism as we know it and as it remains today. The proliferation of laws which, either under the pretext of defending secular society or the - supposedly more advanced - western social, cultural and civilisational model threatened by the presence of immigrant communities and their cultural practices, are inscribed in a racist ideological doctrine of cultural supremacy objectively directed against non-“europeans”, even though many of them were born in Europe.

The great majority of “europeans” to whom we are writing this letter have lived for decades alongside over 20 million citizens Europe, as an idea and a political project, does not recognise having the right to belong and identify with it.

More than twenty million people who live in Europe are excluded from the political community and relegated to the category of “citizens of third countries”. The “europeans” up to now have relatively lived comfortably and naturally with the idea that more than twenty million people are alien to their social and political corpus! Thus in reality we are led to conclude that there is a racism hidden behind the political orientation of Europe and its intensified production of laws of exception which amount to nothing more than the will to politically cement and socially legitimise the category of “non-European”.

If we recall the urban riots in London in 1981 and 2011, and in Paris in 2005, the mass deportations of gypsies in Italy and those ongoing in France, the evictions and demolition of houses in council estates in Portugal, or consider, 20 years after the racist attacks in Rostock (Germany) in August 1992, 12 years after those in El Ejido (in the Spanish state) in February 2000 and those in Rosarno (Italy) in January 2010, or what is currently happening in Greece, we see a Europe engaged in a disturbing and “accelerated process of dehumanisation”! It is essential to emphasise here that, after the revisitation of a continuous and continuing history of European oppression over the decades, perpetrated within and outside its borders, this same space has now been awarded the Nobel Peace Prize, proving that all these events – throughout the last thirty years – are the result of a social and political consensus on the European perception of cultural diversity, as well as on the political responses to its management. The question we would put to “europeans” concerns how far we have to go before it is finally understood that this road, in addition to being a dangerous one leading to a

é ética e politicamente insustentável e inaceitável?

O despoletar do ódio e das violências contra os imigrantes e as minorias étnicas traduzem, naturalmente, o resultado das políticas que se inscrevem no regresso ao nacionalismo racista que se alimenta da ideia racista da preferência nacional e, por extensão, europeia!

A memória como instrumento de legitimação política tem servido de base retórica política e legislativa para reintroduzir um conjunto de leis, cujo objectivo principal é, para além de consagrar a categorização socio-racial, legitimar o racismo - como nos tempos da colonização, da escravatura, do estatuto do indigenato, do holocausto, do apartheid, entre outros. Falaciosamente, a defesa da modernidade civilizacional contra a barbárie e o atraso cultural das comunidades imigrantes e do espaço público contra o proselitismo religioso, serviram, em toda a Europa, de argumento para a criação das ditas leis de excepção, quer em relação à imigração, como ao em relação ao véu e à memória (e.g. França). A ciganofobia e a negrofobia constituem um traço marcante do ambiente social, da política e da vivência quotidiana de milhões de pessoas. Na verdade, todas as leis de excepção que surgiram nos últimos tempos, seja a pretexto da defesa da laicidade, seja a pretexto da defesa do modelo cultural vigente e, seja ainda, a pretexto da recuperação e da reconciliação com um passado de higienização e expurgado do fantasma dos seus horrores, são uma clara manifestação da utilização do racismo como instrumento ideológico. O passado escravagista, colonial e nazi da Europa paira sobre esta política que vê na diferença a justificação da política de fechamento, herdeira da ideologia da supremacia racial.

Esta Europa, cuja política de imigração e de gestão da diversidade oscila entre ideologia de guerra e leis de excepção, inventou a Frontex (o mais poderoso e sofisticado sistema militar-policial desde a Segunda Guerra Mundial), exclusivamente para caçar pessoas apenas por serem diferentes e não pertencentes ao espaço geográfico e político europeu - os imigrantes. A semântica e prática da ideologia da guerra nas políticas de imigração, materializado desde 2004 na Frontex, e a legitimação política da islamofobia, da ciganofobia e da negrofobia, numa só palavra, do racismo, através de um sem número de leis de excepção, são algumas das geografias da Europa contra as quais os "europeus" - a quem esta carta se dirige - devem posicionar-se e erguer-se, uma vez que estas barreiras impostas, físicas e simbólicas, têm servido amplamente para (re)forçar a construção de fronteiras entre "eles" e os "outros".

denial of humanity, is ethically and politically unsustainable and unacceptable.

The unleashing of hatred and violence against immigrants and ethnic minorities is naturally the result of policies inscribed in the return of racist nationalism which is fuelled by the racist idea of national and, by extension, European preference!

Memory, as an instrument of political legitimation, has served as the rhetorical political and legislative basis for reintroducing a series of laws whose main objective, in addition to consecrating socio-racial categorisation, is to legitimise racism – as in the times of colonialism, slavery, indigenous status, the holocaust, apartheid and other periods. Fallaciously, the defence of modern civilisation against barbarism and the cultural backwardness of immigrant communities, and of public spaces against religious proselytism, has served throughout Europe as the argument for the creation of these laws of exception, pertaining to issues as immigration, the wearing of the veil or memory (e.g. in France). Romaphobia and negrophobia are a feature of the social and political environment and everyday life of millions of people. In fact, all the laws of exception that have emerged in recent times, whether under the pretext of defending a secular society or the prevailing cultural model or even the recovery and reconciliation of a sanitised past expurgated of its horrors, are a clear manifestation of the use of racism as an ideological tool. Europe's slave trading, colonial, Nazi past hovers over this policy, which sees difference as the justification for a policy of restriction, a legacy of the ideology of racial supremacy.

This Europe, whose policies on immigration and the management of diversity waver between the ideology of war and laws of exception, invented Frontex (the most powerful and sophisticated military-police system since the Second World War), exclusively to hunt down people who are different and do not belong to the European geographical and political space, namely immigrants. The semantics and practice of the ideology of war in immigration policies, materialising since 2004 in the form of Frontex, and the political legitimisation of islamophobia, romaphobia and negrophobia or, in a word, racism, through countless laws of exception, are some of the geographies of Europe against which "europeans" – to whom this letter is addressed – should rise up and take a stance, given that these imposed physical and symbolic barriers have widely served to (re)enforce the building of barriers between "them" and the "others".

Com efeito, desde o dia 14 de Junho de 1985, com o Acordo de Schengen, passando pelos dias 15 de Junho de 1990, com os Acordos de Dublin, 07 de Fevereiro de 1992, com o Tratado de Maastricht, 02 Outubro de 1997, com o Tratado de Amesterdão, 26 de Fevereiro de 2001 com o Tratado de Nice e 13 de Dezembro de 2007, com o Tratado de Lisboa, que a Europa tem vindo a caminhar para uma lógica política esquizofrénica de fechamento à diferença, em contraciclo com a realidade sociológica da sua composição étnica, indelutavelmente diversa (desde a sua génese, enquanto projecto, até aos dias de hoje). Ou seja, desde os Acordos de Schengen em 1985 até ao Tratado de Lisboa em 2007, “os europeus” foram incapazes de forçar uma mudança política que alterasse este estado das coisas e que levasse a Europa não só a aceitar a diversidade e a diferença, como a incorporá-las e, sobretudo, respeitá-las. Esta conivência culminaria, no dia 18 de Junho de 2008, com a adopção da Directiva da Vergonha que foi depois legitimada pelo famigerado Pacto Sarkozy sobre imigração e asilo, em Setembro/Outubro do mesmo ano.

A Carta de Princípios da Universidade Popular dos Movimentos Sociais afirma que: “A UPMS constitui um espaço aberto para o aprofundamento da reflexão, o debate democrático de ideias, a formulação de propostas, a troca livre de experiências e a articulação para ações eficazes, de entidades e movimentos sociais locais, nacionais e globais que se opõem ao domínio do mundo pelo capitalismo, pelo colonialismo, pelo racismo e pelo patriarcado, contra o sofrimento humano causado pelas injustiças, exclusões, discriminações, dominações, opressões que deles decorrem.” Em sintonia com estes princípios, aceitamos o desafio de escrever esta carta aos “europeus”. E depois da pequena caracterização acima feita da Europa que não queremos, gostaríamos de contar com os “europeus” na construção de uma Europa sem racismos e discriminações, sem injustiças e opressões. A Europa que não queremos, é aquela que acredita que a “humanidade cessa nas suas fronteiras”, que os “estrangeiros são uns selvagens” e que as minorias étnicas não gozam ou não podem gozar de plena cidadania! É por isso que aqui lançamos um repto democrático aos “europeus”:

- a. para tornar a cidadania uma realidade, lutar pelo direito de voto dos imigrantes em todas as eleições, porque a democracia só será completa quando todos e todas nela participam, se representam e estão representados;
- b. para lutar pelo direito de solo, abolindo o direito de sangue e ultrapassar o nacionalismo bacoco que o sustenta e nega o direito de pertença a quem aqui nasce;

In fact, since the Schengen Agreement of 14 June 1985, followed by the Dublin Convention of 15 June 1990 and the Treaties of Maastricht (7 February 1992), Amsterdam (2 October 1997), Nice (26 February 2001) and Lisbon (13 December 2007), Europe has been heading towards a schizophrenic political logic of restriction of difference, in direct opposition to the sociological reality of its ethnic makeup, which is undeniably diverse (since its foundation, as a project, up to the present day). In other words, from the Schengen Agreement of 1985 to the Treaty of Lisbon in 2007, “europeans” have been incapable of forcing any political change that would alter the state of things and encourage Europe not only to accept diversity and difference but also incorporate them and, above all, respect them. This connivance culminated, on 18 June 2008, in the adoption of the Directive of Shame, later legitimised in the infamous Sarkozy Pact on immigration and asylum in September/October of the same year.

The Charter of Principles of the Popular University of Social Movements states that: “The UPMS is an open meeting place for reflective thinking, the democratic debate of ideas, formulation of proposals, free exchange of experiences and interlinking for effective action for local, national and global entities and social movements opposed to the domination of the world by capitalism, colonialism, racism and patriarchy, and the human suffering caused by the injustice, exclusion, discrimination, domination and oppression which those create.” In accordance with these principles, we accept the challenge of writing this letter to “europeans”. Following our brief characterisation of the Europe we do not want, we would like to count on “europeans” to build a Europe free of racism and discrimination, and free of injustice and oppression. The Europe we do not want is the one that believes that “humanity ends at its borders”, that “foreigners are savages” and that ethnic minorities do not, or cannot, enjoy full citizenship! Therefore we launch this democratic challenge to “europeans”:

- a. to make citizenship a reality and to struggle for the right of immigrants to vote in all elections, since democracy will only be complete when each and every individual can take part in it, can represent and be represented;
- b. to struggle for nationality by birthplace and abolish nationality by parentage, defeating the infantile nationalism that underpins this and denies the right to belong to a place to people who are born there;

- c. para exigir reconhecimento jurídico e dignidade humana aos homens e às mulheres que são mantidos em clandestinidade jurídica, legalizando todas e todos os indocumentados; e, no limite, para que o direito à mobilidade seja um bem universal.
- d. para exigir o fim das expulsões e dos centros de detenção na Europa e na sua periferia em nome do respeito pelos direitos humanos e pela dignidade humana e manifestar solidariedade a quem está detido apenas pela sua condição de imigrante;
- e. para lutar por leis efectivas contra o racismo, a xenofobia e a discriminação, nomeadamente, criminalizando o racismo e todos os actos discriminatórios que atentem à dignidade e à integridade física e moral das pessoas;
- f. para assumir com frontalidade um combate político, ideológico e cultural contra a extrema-direita;
- g. para empenhar-se para que a academia não se transforme num espaço de produção científica de legitimação histórica e política do racismo; exigindo que se questionem os fundamentos epistemológicos das narrativas dominantes.
- h. para desafiar a academia a “descolonizar” os estudos pós-coloniais mas também a aprofundar o estudo e a reflexão sobre as declinações semânticas dos racismos, nomeadamente, a ciganofobia, a afrofobia e a islamofobia;
- i. para exigir uma revisão dos currículos e manuais escolares, reflectindo e valorizando a diversidade cultural, promovendo a interculturalidade e os seus vários aportes nas disciplinas escolares e académicas;
- j. e, por fim, para se mobilizar pelo ensino bilingue como um dos instrumentos, não apenas de preservação linguístico-cultural, mas também como ferramenta de interacção e de socialização das diferenças nas comunidades escolares.

- c. to demand legal recognition and human dignity for men and women who are kept in legal clandestinity, regularising the status of everyone without documents and, ultimately, to demand that the right to mobility becomes universal.
- d. to demand an end to expulsions and detention centres in Europe and its periphery in the respect for human rights and human dignity and to show solidarity with those who are detained solely on account of their status as immigrants;
- e. to struggle for effective laws against racism, xenophobia and discrimination, namely by criminalising racism and all acts of discrimination directed against the dignity and the physical and moral integrity of individuals;
- f. to clearly commit to a political, ideological and cultural fight against the far-right;
- g. to strive to ensure that academia is not transformed into a space for the scientific production of historical and political legitimations of racism, demanding that the epistemological basis of dominant narratives is questioned.
- h. to challenge academia to “decolonise” post-colonial studies and also to deepen research and reflexion on the semantic declensions of racisms, namely romaphobia, afrophobia and islamophobia;
- i. to demand a review of curricula and school textbooks, to ensure that they reflect and value cultural diversity and promote interculturality and its various contributions in school and academic subjects;
- j. finally, to mobilise in support of bilingual teaching as one of the instruments that not only ensures linguistic-cultural preservation but is also a tool for interaction and socialisation of differences in school communities.

Caros “europeus”,

Com certeza que muito haveria para dizer, no entanto sendo esta carta um exercício de convite ao debate e ao aprofundamento do mesmo, o diálogo que aqui quisemos estabelecer com todos os “europeus” e sobretudo com a Europa – enquanto ideia, espaço e projecto político de sociedade- tem, necessariamente, para o SOS Racismo, que resultar num combate contra a obsessão com a diferença que continua a fazer pairar os fantasmas da escravatura, do colonialismo e do holocausto.

É este o espaço de confronto que escolhemos para dialogar com “os europeus” porque é preciso, para além da ruptura epistemológica sobre o conceito e a categoria de “europeus”, uma ruptura política na concepção e na definição actual da Europa, do ponto de vista das várias geografias da humanidade que a compõem! E é também a razão da escolha da citação de Ulf Hannerz que abre esta carta, porque precisamente, acreditamos que a pergunta já não será se as diversidades que encerram o cosmopolitismo europeu são reais e irreversíveis, mas sim, se os “europeus” continuarão a não perceber isso e a não conviver bem com a diversidade?

Dear “europeans”,

Knowing that there will doubtless be a great deal to discuss and that this letter is an invitation to join in and extend the debate, the dialogue that we wish to establish here with all “europeans” and above all with Europe – as an idea, space and political project for society – must, for SOS Racismo, result in combating the obsession with difference that keeps the phantoms of slavery, colonialism and the holocaust still lingering over us.

This is the arena we have chosen in order to engage in a dialogue with “europeans” because it is necessary, in addition to establishing an epistemological break with the concept and category of “europeans”, a political break with the concept and current definition of Europe, from the point of view of its varied human geographies! It is also the reason for quoting the words of Ulf Hannerz which open this letter, precisely because we believe that the question is no longer whether the diversity that frames European cosmopolitanism is real and irreversible, but instead whether “europeans” will continue to fail to understand this and liveuncomfortably with diversity.



Abdelaziz Hammaoui, presidente del Centro Cultural Islámico de Valencia.
29 años. Ingeniero en Telecomunicaciones. Máster en Coaching y Gestión del Talento. Estudiante de Sociología y Ciencias políticas.

Mi Experiencia Personal

Llegué a España en Agosto 2000. Yo tenía por aquél entonces 17 años, y no tenía ninguna necesidad de emigrar a Europa, pues la situación económica de mi familia era bastante cómoda. Pero cuando llegué aquí, sentí algo especial por este país que me hizo plantearme la idea de quedarme a vivir aquí, aunque eso suponía para mí una serie de dificultades: un idioma nuevo, una cultura diferente, mis estudios, mi familia... etc.

Lo que me atraía no era el desarrollo tecnológico o el bienestar económico, era algo inmaterial que no encontraba en mi país: La libertad, los derechos humanos, la diversidad, la igualdad ante la ley... etc.

Lo que más me gustaba era que no veía mucha diferencia entre una persona pobre y otra rica. Los dos tenían derecho a la salud, al trabajo, a una vivienda digna, a una protección por la ley, a la seguridad...etc. En definitiva, los dos podían ser felices.

Esos fueron los motivos que me llevaron a dejar mi país, Marruecos, y emigrar a Europa. Con el paso de los años, me fui dando cuenta de que no todo era maravilloso y perfecto en España. Viví algunas situaciones de racismo y discriminación, pero para no ser injusto, nunca quise reconocerlo, siempre defendí que esos eran casos aislados y que los españoles no eran racistas, y mucho menos el sistema jurídico español.

Llegaban las elecciones, y veía como todos los ciudadanos tenían derecho a votar y elegir a sus dirigentes, menos yo... preguntaba por el motivo, y me contestaban: ¡Eres extranjero!

La ley de extranjería era cada vez más dura con quienes eran como yo: ¡Extranjeros!. Por ley, yo no podía viajar

Abdelaziz Hammaoui, president of the Islamic Cultural Centre in Valencia,
29 years old, engineer in Telecommunications. Master in Coaching and Talent Management. Student in Sociology and Political Science

My personal experience

I arrived to Spain in August 2000. I was 17 years old then and I had no need to immigrate to Europe since my family's economic condition was quite good. But when I arrived here, I felt something really special for this country which made me think about staying and living here, despite the difficulties that posed: a new idiom, a different culture, my studies, my family, etc.

What attracted me was not the technological development or the economic well-being but something immaterial that I could not find in my country: freedom, human rights, diversity, and the equality before the law, etc. What I liked the most was that I didn't see significant difference between a poor person and rich one. Both had the right to health care, work, decent housing, and protection by the law, security...etc. Ultimately, both could be happy.

Those were the reasons that led me to leave my country, Morocco, and emigrate to Europe. As the years went by, I realized that not everything was wonderful and perfect in Spain. I lived some situations of racism and discrimination but, in order to not be unfair, I never wanted to recognize it, and I always defended that these were isolated cases and Spanish were not racists, let alone the Spanish legal system.

Elections came and I saw how all citizens had the right to vote and elect their leaders but me...I asked why and they would answer: You're a foreigner!

Immigration law was getting tougher and tougher for those like me: Foreigners! According to the law I could

el tiempo que quisiera fuera del país. Por ley, yo no podía acceder a determinadas becas y oposiciones. Por ley, yo tenía que cotizar a la seguridad social un mínimo de seis meses al año para mantener mi permiso de residencia. Y si no cumplía con esa ley, terminaba pasando al otro lado de la legalidad, sería “un individuo ilegal”, además de extranjero!

Ser Extranjero en España

De hecho, me pasó todo esto... Un año que, por motivo de estudios, no pude trabajar los seis meses que obligatoriamente me exige la ley de extranjería, y la administración me denegó la renovación de mi permiso de residencia y me quedé en una situación irregular durante más de un año. Estuve todo ese tiempo sin poder ir a ver a mi madre en Marruecos, y lo peor sucedió cuando un día fui a la comisaría a denunciar un robo y el policía me detuvo a mí en vez de al ladrón. ¿Por qué? Pues porque yo, según la ley, era un criminal no menos peligroso para la sociedad que un ladrón o un asesino. Tuve que pasar una noche en comisaría, fue la peor de toda mi vida, al lado de toda clase de criminales. Mi crimen no fue otro que “Ser Extranjero”.

Así fui llevándome decepciones, una tras otra, del modelo “Europeo”. ¿Dónde está la democracia? ¿Dónde están los derechos humanos? ¿Esta es Europa que nos enseñaban en las películas como “Un paraíso en la tierra”?

Ser Musulmán en España

El 11-S fue otra fecha clave en mi experiencia de extranjero en España. Sentí con mucho dolor, como cualquier persona sensata, lo que sucedió en Nueva York y lo vi como un acto terrorista salvaje. Pero, como musulmán que soy, noté que todas las miradas empezaban a dirigirse a mí y que la gente de mi alrededor me pedía explicaciones por algo que yo mismo no entendía. La gente es ignorante y no lo hace con maldad, me decía yo para justificar el cambio de notaba en el trato de mis amigos y mis profesores.

Los medios de comunicación adoptaron todos la misma política: El Islam es el enemigo de Occidente. Los musulmanes son unos bárbaros, retrógrados, violentos, machistas, autoritarios, dictadores, ignorantes.... Y un sinfín de atributos negativos que sembraban, y siguen sembrando, el miedo en la opinión pública española y europea.

not travel out of the country for the time I wanted. According to the law, I could not access some grants and competitive examinations. According to the law I had to pay at least six months of social security to keep my residence permit. And if I didn't comply I would end up on the other side of the law, and I would be an “illegal person” in addition to foreigner!

Being a foreigner in Spain

In fact, all of this happened to me. One year, in which I was not able to work the six months required by the immigration law due to my studies, the administration denied me the renovation of my residence permit and I was in an irregular situation for over a year. During that time I was unable to go visit my mother in Morocco. The worst happened when, one day, I went to the police station to denounce a theft and the policemen arrested me instead of the thief. Why? Because, according to the law, I was not a less dangerous criminal for society than a thief or a murderer. I had to spend the night at the police station, next to all kinds of criminals, and it was the worst night of my life. I had committed no crime other than being a foreigner!

In this way I was faced with many deceptions with the European model, one after the other. Where is Democracy? Where are Human Rights? Is this the Europe taught to us in movies like “Paradise on Earth”?

Being a Muslim in Spain

The September 11 was another milestone in my experience as a foreigner in Spain. Like any other wise person, I really felt sorrow for what happened in New York and I saw it as a brutal terrorist act. However, and being a Muslim, I noted that people's eyes were turning to me and that those around me wanted explanations of something that I could not understand. People are ignorant and they don't do it with malice, I said to myself to justify the changes I had noticed in the treatment of my friends and professors.

The media all adopted the same policy: Islam is the enemy of the West. Muslims are barbaric, backward, violent, sexist, authoritarian, dictators, ignorant...and an endless list of negative attributes which sowed and still spread the fear in the Spanish and European public opinion.

Todo esto nos convertía a los musulmanes en una minoría desprotegida y vulnerable. Ni siquiera la ley nos ampara, porque todo acto islamófobo se justifica en Europa con la libertad de expresión.

La islamofobia, para quien no lo sepa, es una discriminación legal en España: Las noticias hablan diariamente de "Terrorismo islamista", vinculan la fe y la doctrina islámicas con el fanatismo, muestran a una mujer con hiyab como una persona oprimida, abrir una mezquita es una misión imposible, las asociaciones islámicas son culpables y están controladas hasta que demuestren su inocencia, ha habido detenciones ilegales bajo la bandera de "La guerra contra el terrorismo", los derechos reconocidos para musulmanes no se cumplen.. etc

Así lo confirman los estudios y las estadísticas:

Según un estudio del Pew Center de octubre del año 2008, [España es el país de Europa cuyos ciudadanos tienen en mayor número una opinión negativa sobre el islam.](#)

Un sondeo del Instituto Elcano tras el 11-M afirmaba que un **80% de los españoles califican a los musulmanes como «autoritarios» y un 57% como «violentos», y el 20% son partidarios de la expulsión de los marroquíes de España.**

Según el informe anual para 2007 de la ODIHR (Oficina para los Derechos Humanos de la OSCE), titulado **Crímenes de odio en la región de la OSCE: incidentes y respuestas:** "Durante el 2007, el odio y la intolerancia hacia los musulmanes se expresó a través de violentas agresiones físicas contra personas; incendios provocados y vandalismo contra mezquitas, escuelas islámicas y cementerios; acoso verbal y amenazas, y la petición de que los musulmanes sean deportados o expulsados de Europa. Individuos identificables visualmente como musulmanes, como las mujeres musulmanas con velo y los imanes usando vestimenta religiosa, así como las mezquitas, centros islámicos y las escuelas musulmanas, fueron los principales objetivos de los ataques antimusulmanes en toda la región de la OSCE en 2007. Además, 2007 fue testigo de la aparición de organizaciones de base y de redes paneuropeas que han manifestado su rechazo de la presencia de los musulmanes y su cultura en Europa a través de diversas protestas, en particular centrándose en la construcción de mezquitas."

El 11-S, 11-M, 7-J o un atentado terrorista en Afganistán, en la India o en Nigeria, es un motivo suficiente

All of this made us, Muslims, into an unprotected and vulnerable minority. Not even the law protects us because every islamophobic act is justified in Europe with the freedom of expression.

Islamophobia, for those unaware, is a legal discrimination in Spain: the news talk about "islamist terrorism" daily and link Islamic doctrine and faith with fanaticism, and they show a woman with Hiyab as an oppressed person; opening a mosque is an impossible mission; Islamic associations are considered guilty and are controlled until their innocence is proven; there have been illegal detentions in the name of the "war against terrorism"; recognized rights for Muslims are not complied...etc.

This is confirmed by studies and statistics:

According to a 2008 study from Pew Centre, [Spain is the European country which has the highest number of citizens with a negative opinion about Islam.](#)

A survey done by Instituto Elcano after March 11 claimed that about **80% of the Spanish qualify Muslims as "authoritarian", 57% as "violent", and about 20% are in favour of expelling Moroccan from Spain.**

According to the 2007 Annual Report from ODIHR (Office for Democratic Institutions and Human Rights of OSCE), entitled **Hate Crimes in the OSCE Region: Incidents and Responses,** "During 2007, the hatred and intolerance against Muslims was expressed through violent physical attacks on people, arson and vandalism against mosques, Islamic schools and cemeteries; verbal harassment and threats; and the request for Muslims to be deported or expelled from Europe. Individuals visually identifiable as Muslims, such as the Muslim women wearing the veil or the Imams wearing their religious outfits, and mosques, Islamic centres and Muslim schools were the main targets of anti-Muslim attacks throughout the OSCE region. Also, 2007 testified the emergence of grassroots organizations and pan-European networks that have expressed their rejection over the presence of Muslims and their culture in Europe through different protests, focusing particularly on the construction of mosques."

The September 11, March 11, July 7 or a terrorist attack in Afghanistan, India or Nigeria, is enough reason

para que la comunidad musulmana en España se sintiera de nuevo en el punto de mira y una especie de “Estado de excepción”.

Lo que más duele de todo es que se cuestione nuestra lealtad al estado y nuestro amor a nuestro país. Los musulmanes en España somos más de un millón y medio, y un 30% son españoles, nacionalizados o nativos. Pero, según ciertos académicos y políticos, un musulmán nunca puede ser “100% Español”.

La situación es cada vez más delicada y preocupante. ¿Cómo se siente, en medio de todo, un joven musulmán español? Ha nacido aquí, no ha conocido otra tierra, tiene la misma cultura, las mismas costumbres, las mismas inquietudes y los mismos sueños que todos los jóvenes españoles de su edad. Pero se encuentra con que, simplemente por ser musulmán, hay quienes le ponen obstáculos en el camino y le dificultan su andadura hacia sus propósitos.

Se vive un malestar dentro de la comunidad musulmán y se siente mucha presión: ¿Por qué nos miran mal? ¿Por qué nos consideran sospechosos? ¿Por qué tenemos que aguantar toda esta presión mediática? ¿Por qué la ley no nos protege? Estas preguntas se hacen por los adultos y por los jóvenes, por las mujeres y por los hombres, y nadie les da una respuesta.

Mis Mensajes para “Los Europeos”

1. Los musulmanes somos ciudadanos europeos. Queremos cumplir con nuestras obligaciones y tener nuestros derechos. Queremos convivir en paz y armonía con nuestros conciudadanos. Queremos trabajar por el progreso de nuestros países, no me refiero a Marruecos, Egipto o Pakistán. Nuestros países son España, Francia, Alemania y Portugal. Somos de aquí... No somos de fuera. La mayoría de nosotros han nacido aquí y no han vivido nunca fuera de las fronteras europeas.

2. El Islam no es una amenaza para Europa y no es incompatible con sus valores democráticos. La civilización islámica tuvo su auge en Occidente y dejó su huella en la ciencia y en el pensamiento occidentales. Hoy, el Islam puede aportar muchos valores a Europa. No hay que tenerle miedo, el Islam ocupa ocho siglos de la historia de España. Al Andalus era el centro cultural más importante del mundo.

for the Muslim community to feel again under surveillance and a kind of “state of exception”.

What hurts the most is to have our loyalty to the state and the love to our country questioned. Muslims in Spain are more than a million and a half, and about 30% of them are Spanish, naturalized or native. However, and according to some academics and experts, a Muslim can never be 100% Spanish.

The situation is becoming more and more delicate and worrying. How does a young Muslim Spanish man feel amidst all this? He was born here, he has not known a different place, and he has the same culture, the same habits, the same concerns and the same dreams like all the Spanish youngsters of his age. But he finds that, by simply being Muslim, there are people who will place obstacles in his way, hindering the path towards his goals.

There is a discomfort within the muslim community and a lot of pressure is felt: Why are we looked at with disdain? Why are we considered suspects? Why do we have to endure all this media pressure? Why aren't we protected by the law? These questions are made by adults and youngsters, women and men, and nobody gives them an answer.

My message for “The Europeans”

1. Muslims are European Citizens. We want to fulfil our obligations and have our rights. We want to live in peace and harmony with our fellow citizens. We want to work for the progress of our countries and I am not referring to Morocco, Egypt or Pakistan. Our countries are Spain, France, Germany and Portugal. We belong here...we are not outsiders. Most of us were born here and have never lived outside the European borders.

2. Islam is not a threat to Europe and it is not incompatible with its democratic values. Islamic civilization had its peak in the West and left its mark on the Western science and thought. Today, Islam can bring many values to Europe. One must not fear this since Islam has eight centuries of Spain history. Al Andalus was the most important cultural centre of the world.

3. La islamofobia no es un problema de los musulmanes, es un problema de todos. Toda clase de discriminación debe ser tratada del mismo modo: Con un rechazo absoluto. La islamofobia es una amenaza para una sociedad democrática y plural.

4. Los musulmanes no pedimos privilegios, simplemente queremos que el islam se vea como algo normal y deje de ser noticia.

5. La primavera árabe está produciendo unos cambios importantes en el mundo árabe. Sus pueblos quieren la democracia y la justicia, están luchando y sacrificando mucho para lograrlo. Europa tiene una oportunidad para reconciliarse con el mundo árabe y no debe cometer los mismos errores del pasado. El primer error fue el colonialismo y el segundo fue su apoyo a los unos regímenes dictatoriales en esos países. Hoy, Europa y EEUU deben respetar la elección de los pueblos árabes y permitirles que elijan libremente a sus gobiernos. De este modo, el futuro de las relaciones entre Occidente y el mundo árabe puede ser brillante.

Conclusión

Los valores de libertad, justicia, igualdad, democracia y derechos humanos, están en peligro en la Europa actual. Estamos viendo como la extrema derecha va ganando cada vez más terreno y estamos escuchando en los últimos años discursos políticos, haciendo apología del odio y la discriminación, que no se escuchaban desde hace décadas en Europa.

Esto nos debe preocupar seriamente a todos y a todas. El enemigo de Europa no es el islam y no es la inmigración. El enemigo de Europa es la injusticia, el racismo y la desigualdad.

Organizaciones sociales e instituciones académicas, políticos y medios de comunicación, todos debemos unirnos a esta lucha por los valores democráticos, para que Europa sea de verdad "Un paraíso en la tierra", y eso no se logrará saqueando las riquezas de países pobres o multiplicando las reservas del petróleo. Europa se mantendrá fuerte, unida y estable, si garantiza a todos sus ciudadanos la justicia, la igualdad, la seguridad, la democracia y los derechos humanos.

Valencia, a 23 de Enero de 2013

3. Islamophobia is not a Muslims' problem: it is a problem for all. All kinds of discrimination must be treated in the same way: with a clear rejection. Islamophobia is a threat for a democratic and plural society.

4. Muslims do not ask for privileges; we simply want Islam to be seen as something normal and stop being news.

5. The Arab Spring is creating major changes in the Arab world. Their people want democracy and justice and are fighting and sacrificing much to achieve it. Europe has an opportunity to reconcile with the Arab world and must not make the same mistakes of the past. The first mistake was colonialism and the second was the support to some dictatorial regimes in those countries. Today, Europe and United States must respect the choice of Arab people and allow them to freely choose their governments. In this way, the future relations between the West and the Arab world may be brilliant.

Conclusion

The values of freedom, justice, equality, democracy and human rights are in danger in Europe today. We are witnessing how the far right is gaining more space and, in the last years, we have been listening to political discourses preaching discrimination and hate, which hadn't been heard in Europe for decades.

This must be a serious concern to us all. Europe's enemy is not Islam and it is not immigration. Europe's enemy is injustice, racism and inequality.

Social organizations and academic institutions, politicians and the media, we must all unite in this struggle for the democratic values, so that Europe becomes truly a "Paradise on earth". That will not be achieved by plundering the wealth of poor countries or by multiplying the oil reserves. Europe will only remain strong, united and stable if it assures to all its citizens justice, equality, security, democracy and human rights.

Valencia, January 23 2013



« Racisme anti-blanc » : Comme Frantz Fanon, Français et Européens doivent refuser cette arme de la contre-révolution coloniale

Lettre aux Européens

Je suis une militante issue de l'immigration post-coloniale. J'appartiens à un parti politique décolonial et autonome français, le Parti des indigènes de la république. Je suis en outre la première personne en France à être poursuivie pour racisme anti-blanc. Le risque d'une condamnation n'est plus exclu. Le 15 octobre 2012, le parquet de Toulouse a requis ma condamnation pour racisme anti-blanc. Pour rappel, l'AGRIF (Association générale pour le respect de l'identité française et chrétienne) a porté plainte contre moi pour injure à l'encontre des « Français de souche ». Le 21 juin 2007, dans l'émission *Ce soir ou jamais*, j'avais moqué l'expression « Français de souche » en inventant, croyais-je, le néologisme « souchien ». Ce mot, utilisé sans vacarme par Jean-Louis Borloo¹ (homme politique de droite) avant moi en novembre 2006, et ensuite par Esther Benbassa (intellectuelle française) et Bruno Gollnisch, (homme politique d'extrême droite) suscite un effroi de commande et une indignation préfabriqués dès lors qu'il est prononcé par moi. Dans un premier temps, l'affaire avait été classée sans suite. Puis en décembre 2011, en première instance, le parquet demande la relaxe. Le tribunal quant à lui, tranche : les « Français de souche » n'existent pas, il ne peut donc pas y avoir d'injure, puisqu'il n'y a pas de victimes. En appel, le 15 octobre, le parquet fait volte-face et déclare qu'il y a infraction se rangeant ainsi sur les positions de l'AGRIF. Comme l'a dit mon avocat, maître Braun, lors de l'audience, cela revient à reconnaître l'existence de Français de souche et donc, selon lui, de la race blanche.

« Racismo anti-branco »: tal como o fez Frantz Fanon, franceses e europeus devem recusar esta arma da contrarrevolução colonial.

Carta aos Europeus

Sou uma militante oriunda da imigração pós-colonial. Pertencço a um partido político descolonial e autónomo francês, o Partido dos Indígenas da República. Para além disso, sou a primeira pessoa em França a ser julgada por racismo antibranco. O risco de uma condenação tornou-se uma realidade. A 15 de outubro de 2012, o Ministério Público de Toulouse pediu a minha condenação por racismo antibranco. Relembro que a AGRIF (Aliança Geral contra o Racismo e pelo Respeito da Identidade Francesa e cristã) apresentou queixa contra mim por injúria contra os « Franceses de raiz ». A 21 de junho de 2007, no programa televisivo *Ce soir ou jamais*¹, gracejei relativamente à expressão « Francês de raiz » ao inventar, julgava eu, o neologismo « souchien² ». Esta palavra, utilizada antes de mim sem provocar alarido por Jean-Louis Borloo³ (homem político de direita) em novembro de 2006, e de seguida por Esther Benbassa (intelectual francesa) e Bruno Gollnisch (homem político de extrema-direita), suscita um choque fingido e uma indignação pré-fabricados quando pronunciada por mim. Numa primeira fase, o processo foi arquivado. De seguida, em dezembro de 2011, o Ministério Público pede ilibação em primeira instância. O tribunal decide : não existem « Franceses de raiz », não pode portanto haver injúria, uma vez que não há vítimas. No recurso a 15 de Outubro, o Ministério Público dá uma reviravolta e declara que há infração, subscrevendo assim as posições da AGRIF. Como afirmou o meu advogado dr. Braun durante a audiência, tal equivale a reconhecer a existência de Franceses

Ce que nous reprochons, non pas à l'Agrif qui est une association d'extrême droite mais à l'avocate générale qui représente l'Etat, c'est que dans son réquisitoire elle s'abstient de prouver en quoi il y aurait injure. Car, si certain entendent un tiret comme Jeanne d'Arc entendait des voix, pourquoi n'entend-on pas de tiret chez Jean-Louis Borloo ou Bruno Gollnisch ? De cela, il ne sera pas question. Il est clair que le procès a pris une tournure politique et qu'il s'agit visiblement de conforter la thèse du racisme anti-blanc, chère à Jean-François Copé (homme politique de droite, proche de l'ancien président français, Nicolas Sarkozy). Mais allons nous reprocher à la droite « respectable » de mettre de l'huile sur le feu quand une association antiraciste historique, comme le Mrap, a validé l'idée du racisme anti-blanc à l'occasion de son dernier congrès ?

A l'évidence, le contexte politique français et européen n'est pas étranger à l'irruption de la notion de racisme anti-blanc.

Frantz Fanon situait l'émergence de cette thèse dans une séquence historique précise : celle où les dominés sortent du silence et exigent l'égalité. C'est la prise de parole des colonisés ou des noirs états-uniens qui fait que « assez inattendument le groupe raciste dénonce l'apparition d'un racisme chez les hommes opprimés ». Aujourd'hui, c'est parce que les principaux concernés, les indigènes, prennent leur destin en main que cette thèse ressurgit dans le débat et qu'elle est utilisée comme une arme redoutable pour faire taire nos revendications de dignité.

Si j'écris cette lettre, c'est parce que dans cette affaire, je suis d'abord innocente : Je n'ai pas insulté les « Français de souche ». « Souchien » est le synonyme de « Français de souche ». Or, à ma connaissance, personne ne considère cette expression comme une injure. Elle est même plutôt utilisée en faveur des citoyens français considérés comme légitimes au détriment des Français dont je suis et qui à défaut de souche, ont le flux migratoire qui coule dans leur sang ce qui en fait des citoyens de seconde zone, des indigènes. Et au fond, si insulter les Français avait un sens pour moi, je n'aurais pas hésité à le faire. Le Parti des indigènes de la République, dont je suis membre, a, si j'ose dire, fait pire que ça : il a posé dans le débat public la question de ce que nous appelons les « races sociales » comme construction historique – ce mot, « race » qui se chuchote à peine, alors que la chose, elle, n'en finit pas d'exister et de tisser les rapports sociaux. C'est la racialisation de la société française qui cimente les discriminations à l'emploi, à l'avancement, au logement, dans l'accès aux loisirs ou aux instances médiatiques et politiques, dans les pratiques policières et judiciaires,

de raiz e consequentemente, na opinião dele, a existência da raça branca. O que censuramos à advogada geral que representa o Estado (e não à AGRIF, que é uma associação de extrema-direita), é ela se escusar a provar na sua acusação em que é que houve injúria. Porque se alguns ouvem um hífen como Joana d'Arc ouvia vozes, porque é que não ouvem esse mesmo hífen na voz de Jean-Louis Borloo ou de Bruno Gollnisch ? Esse assunto não será abordado. Fica claro que o processo adquiriu contornos políticos e que se trata visivelmente de corroborar a tese do racismo antibranco, prezada por Jean-François Copé (homem político de direita, próximo do antigo presidente francês Nicolas Sarkozy). Mas vamos censurar a direita « respeitável » por estar a deitar achas para a fogueira quando uma associação antirracismo histórica como o MRAP validou a ideia do racismo antibranco aquando do seu último congresso?

O contexto político francês e europeu contribuiu manifestamente para o aparecimento da noção de racismo antibranco.

Frantz Fanon estabelece a emergência desta tese numa sequência histórica específica : aquela onde os dominados saem do silêncio e exigem igualdade. É a tomada de palavra dos colonizados ou dos Negros dos Estados Unidos que leva a que « de forma bastante inesperada o grupo racista denuncia o aparecimento de um racismo por parte dos homens oprimidos ». Atualmente, é por os indigènes, que são os principais interessados, tomarem as rédeas do seu destino que esta tese volta a surgir no debate e é utilizada como uma terrível arma para silenciar as nossas reivindicações de dignidade.

Se escrevo esta carta é porque neste processo estou, antes de mais, inocente : não insultei os « Franceses de raiz ». « Souchien » é sinónimo de « Francês de raiz ». Ora, que eu saiba, ninguém considera esta expressão ofensiva. Pelo contrário, tende até a ser utilizada a favor dos cidadãos franceses considerados legítimos, em prejuízo dos Franceses dos quais faço parte e que, à falta de raiz, têm o fluxo migratório a correr-lhes nas veias, o que os torna cidadãos de segunda zona, indigènes. E no fundo, se para mim fizesse sentido insultar os Franceses, não teria hesitado em fazê-lo. O Partido dos Indigènes da República, a que pertença, fez pior, se assim o posso dizer: levantou no debate público a questão do que designamos por « raças sociais » como construção histórica – esta palavra, « raça », que mal ousamos sussurrar, mas que enquanto fenómeno perdura e define laços sociais. É a racialização da sociedade francesa que consolida as discriminações no emprego, na carreira, no alojamento, no acesso ao lazer ou às instâncias mediáticas e políticas, nas práticas policiais

etc. Malgré l'adversité, depuis bientôt huit années, nous avons pris au sérieux « les questions qui fâchent » : nous ne cessons de remettre en cause le tabou républicain, nous avons pris fait et cause pour les femmes musulmanes portant le foulard, nous n'avons aucun complexe à dénoncer la Françafrique, le sionisme et nous nous sommes prononcés pour le boycott des produits israéliens. Bref, si j'avais insulté les Blancs, je l'assumerais pleinement.

Si je ne l'ai pas fait, c'est que cela n'appartient ni à notre vision du monde ni à notre registre. Notre travail d'élaboration participe à la proposition d'une alternative sociale égalitaire. Ce projet est plus que d'actualité : l'homme africain qui ne serait pas entré dans l'histoire selon Sarkozy, l'inégalité des civilisations assumée par Claude Guéant (ancien ministre de l'intérieur), l'impunité policière (non-lieu dans l'affaire Ali Ziri et Zied Benna et Bouna Traoré²), la proposition de loi contre les nounous voilées, la promotion de l'idée de racisme anti-blanc par Jean-François Copé,... en témoignent largement.

Lorsque les indigènes posent la question de la « souche », ils sont au cœur de l'actualité. Mais pour commenter l'acharnement judiciaire dont je suis l'objet – je voudrais revenir sur une question qui n'a pas été tranchée par le tribunal, en grande partie parce que les outils juridiques ne le permettent pas : qui sont les victimes du racisme ?

Quand je dis que le racisme antiblanc ne peut pas exister, je dis deux choses.

A partir du moment où l'on considère que le racisme est un mode de domination, il ne peut pas exister un racisme contre les dominants : le racisme est le mode de pensée qui permet de justifier qu'une catégorie socialement construite, les Blancs, bénéficie d'un certain nombre de privilèges indissociables les uns des autres – dans l'accès au travail, la promotion sociale, à travers l'appartenance à une culture considérée comme seule légitime voire universelle, dans la représentation politique, etc... Ce privilège n'existe qu'au détriment d'une autre catégorie sociale, les non-Blancs.

Loin de moi l'idée qu'il n'y aurait pas de violence exercée à l'encontre des Blancs de la part des non-Blancs, sous des formes qui se rapprochent effectivement de l'injure raciale ou de l'acte raciste. Mais si les non-Blancs reprennent à leur compte ces attitudes, s'ils dénigrent ou violentent des individus sur la base de leur appartenance supposée à une race, c'est-là tout simplement une conséquence de la domination raciste dont ils

e judiciárias, etc. Apesar das adversidades, há quase oito anos que nos debruçamos seriamente sobre « as questões que irritam »: questionamos continuamente o tabu republicano, defendemos as mulheres muçulmanas que usam o véu, não temos qualquer pejo em denunciar a Françáfrica, o sionismo e assumimo-nos a favor do boicote de produtos israelitas. Resumindo, se tivesse insultado os Brancos, iria assumi-lo plenamente.

Não o fiz porque não é essa a nossa visão do mundo nem é esse o nosso registro. O nosso trabalho de elaboração visa a proposta de uma alternativa social igualitária. Este projeto não poderia ser mais atual : o homem africano que não teria entrado na história de acordo com Sarkozy, a desigualdade das civilizações afirmada por Claude Guéant (antigo ministro do Interior), a impunidade policial (arquivamento do processo Ali Ziri e Zied Benna e Bouna Traoré⁴), a proposta de lei contra as amas que usam véu, a promoção do conceito de racismo antibranco por Jean-François Copé,... mostram claramente a sua relevância.

Quando os indígenas levantam a questão da « raiz », ficam no epicentro da atualidade. Mas para comentar a perseguição judicial de que sou alvo, gostaria de voltar a uma questão sobre a qual o tribunal não se pronunciou, em grande parte porque as ferramentas jurídicas assim não permitem : quem são as vítimas do racismo ?

Quando afirmo que não pode existir racismo antibranco, estou a dizer duas coisas.

A partir do momento em que se considera o racismo como um modo de dominação, não pode existir um racismo contra os dominantes : o racismo é um modo de pensamento que permite justificar que uma categoria socialmente construída, os Brancos, beneficie de um determinado número de privilégios indissociáveis uns dos outros – no acesso ao trabalho, na promoção social, através da pertença a uma cultura considerada como única legítima ou mesmo universal, na representação política, etc... Este privilégio só pode existir em prejuízo de uma outra categoria social, os não-Brancos.

Com isto não afirmo de forma alguma que não poderia haver violência exercida contra os Brancos por não-Brancos, sob formas que se aproximam efetivamente da injúria racial ou do ato racista. Mas se os não-Brancos se apoderam destas atitudes, se difamam ou exercem violência contra indivíduos baseando-se na sua suposta pertença a uma raça, trata-se muito simplesmente de uma consequência da dominação racista

sont victimes. Oui, les dominés sont aussi sous l'emprise de l'idéologie dominante.

Il n'en demeure pas moins que, quand les dominés reprennent ces schémas, ils sont dépourvus de tout pouvoir alors que le racisme réellement existant, lui, s'adosse à de multiples dispositifs de pouvoir. Quand des Blancs s'amuse entre eux en se moquant, même au second degré, de leur collègue Arabe ou Noir, ils véhiculent des stéréotypes qui mettent en péril son insertion professionnelle. Peut-on en dire autant de la situation inverse ?

La réponse est évidente.

Tout cela montre bien que, sur un plan politique, on ne peut pas mettre au même niveau ces deux faits de société que sont les discriminations racistes à l'encontre des non-Blancs, et la violence de certains non blancs à l'encontre des Blancs. Avec ou sans les Indigènes de la république, cette dernière violence existe. Elle est d'abord le fait du système raciste. Ce qui est malheureux pour les Blancs qui subissent cette violence, c'est qu'ils paient, eux aussi à l'échelle individuelle, le prix de la domination raciste dont ils bénéficient collectivement.

Dans cette histoire, le rôle d'une organisation politique qui pense la race sous l'angle d'un rapport social de domination, c'est de lutter contre le racisme. C'est donc avant tout organiser les indigènes pour leur donner des outils de lutte efficaces. Et c'est aussi politiser les Blancs antiracistes pour qu'ils cessent de perdre leur temps à combattre la haine de l'Autre. Leur énergie doit désormais se consacrer tout entière à la lutte contre le racisme comme système de domination.

Il existe d'autres organisations pour penser la race – mais cette fois, comme une entité culturelle ou biologique : l'AGRIF, en premier lieu, qui me poursuit devant les tribunaux.

Il ne faut pas sous-estimer les conséquences d'une telle offensive. Nous sommes face à une véritable tentative de criminalisation des mouvements antiracistes – et au-delà, de tout le mouvement social. Je répète solennellement : consacrer dans le droit l'idée fallacieuse du racisme anti-blanc est une responsabilité politique et morale dont les conséquences devront être assumées par l'ensemble de la société.

de que são vítimas. É verdade, os dominados também se encontram sob o poder da ideologia dominante.

No entanto, quando os dominados se apoderam destes esquemas, não dispõem de qualquer poder ; o racismo existente, em contrapartida, apoia-se em múltiplos dispositivos de poder. Quando Brancos trocam piadas, mesmo de segundo grau, sobre o seu colega árabe ou negro, propagam estereótipos que comprometem a sua inserção profissional. Poder-se-á dizer o mesmo na situação inversa?

A resposta é óbvia.

Tudo isto mostra bem como é impossível, em termos políticos, equiparar estes dois fenómenos sociais que são as discriminações racistas contra os não-Brancos e a violência de alguns não-Brancos contra Brancos. Com ou sem os Indígenas da República, esta última violência existe. É, em primeiro lugar, produto do sistema racista. Infelizmente para os Brancos que sofrem este tipo de violência, estão a pagar a título individual o preço da dominação racista da qual beneficiam à escala coletiva.

Neste contexto, uma organização política que pensa a raça na perspetiva de uma relação social de dominação tem como missão lutar contra o racismo. Trata-se portanto, antes de mais, de organizar os indigènes para lhes facultar ferramentas de luta eficazes. Trata-se também de politizar os Brancos antiracistas para que deixem de perder o seu tempo em lutas contra o ódio ao Outro. Devem doravante canalizar toda a sua energia para a luta contra o racismo como sistema de dominação.

Existem outras organizações que pensam a raça – mas como uma entidade cultural ou biológica : a AGRIF, em primeiro lugar, que me persegue em tribunal.

Não devemos subestimar as consequências de uma ofensiva desta ordem. Estamos perante uma verdadeira tentativa de criminalização dos movimentos antiracistas – e de forma mais lata, de todo o movimento social. Repito solenemente : consagrar na lei o conceito falacioso de racismo antibranco é uma responsabilidade política e moral cujas consequências deverão ser assumidas pelo conjunto da sociedade.

Stupéfaction.

Deux autres militants antiracistes issus de l’immigration, Said Bouamama et le rappeur Saidou, viennent d’être mis en examen pour racisme anti-blanc. Cela me fait penser à Desproges, un humoriste français connu pour son cynisme : « On ne m’ôtera pas de l’idée que, pendant la dernière guerre mondiale de nombreux Juifs ont eu une attitude carrément hostile à l’égard du régime nazi. »

Houria Bouteldja, membre du Parti des Indigènes de la République

Notes:

1. http://www.dailymotion.com/video/xms6bi_borloo-et-les-souchiens_news?search_algo=2
2. Trois victimes de crimes policiers

Estupefação.

Dois outros militantes antirracistas oriundos da imigração, Said Bouamama e o rapper Saidou, acabam de ser formalmente acusados de racismo antibranco. Vem-me ao pensamento Desproges, um humorista francês conhecido pelo seu cinismo : « Estou convencido que durante a última guerra mundial muitos Judeus tiveram uma atitude francamente hostil para com o regime nazi. »

Houria Bouteldja, membro do Partido dos Indígenas da República

Notas:

1. Esta noite ou nunca – NdT.
2. “Souchien” é um neologismo derivado de “souche” (raiz), que é interpretado neste contexto como “Francês de raiz” em relação direta com a expressão “Français de souche”; no entanto, este neologismo pode dar azo a uma ambiguidade interpretativa no registo oral por ser homófono da expressão “sous-chien”, que se traduz literalmente por “sub-cão” – NdT.
3. http://www.dailymotion.com/video/xms6bi_borloo-et-les-souchiens_news?search_algo=2
4. Referência à ambiguidade interpretativa do neologismo “souchien” mencionada na nota 2 – NdT.
5. MRAP : Movimento contra o Racismo e para a Amizade entre os Povos (Mouvement contre le racisme et pour l’amitié entre les peuples) – NdT.
6. Três vítimas de crimes policiais



Carta às europeias e aos europeus:

A UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta – é uma associação de mulheres que desenvolve um extenso trabalho em diversas áreas de intervenção com o objetivo principal de acabar com as práticas que subalternizam as mulheres, ao mesmo tempo que promove a desconstrução dos processos que informam essas mesmas práticas.

Defendemos que o projeto neoliberal se baseia numa complexa rede de instituições e práticas (Day: 2005) que reproduzem determinadas relações entre seres-humanos. Neste contexto, transformação social, significa abrir espaço para outras possíveis relações entre seres-humanos. (Landauer apud Gaarder: 2009) Os modelos políticos, económicos e sociais dominantes nas sociedades ocidentais regulam o projeto neoliberal. Este projeto pretende de forma sistemática estabelecer uma hegemonia global, criando profundos desarranjos de poder que afetam principalmente as vidas e os corpos das mulheres pois estas sofrem mais formas de exclusão.

Recusamos veementemente ideologias neoconservadoras (re)produtoras de estereótipos vinculados a pressupostos sexistas, homofóbicas e racistas que estão na origem de políticas que inviabilizam a emancipação das mulheres, confinando-as a papéis subalternos.

Rejeitamos os modelos normativos e os discursos dominantes que os naturalizam concomitantemente reivindicamos a diversidade e procuramos resistir lutando contra as discriminações com base no sexo, na idade, na religião, na classe, na sexualidade, numa incapacidade, ou numa alegada raça.

Apostamos na elaboração de respostas alternativas que fomentem a autonomia das mulheres através da

Letter to Europeans:

UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta – is a women's organisation engaged in extensive work in various different areas with the main aim of ending practices which subordinate women, whilst also deconstructing the processes which inform these practices.

We argue that the neoliberal project is based on a complex network of institutions and practices (Day: 2005) which reproduce particular relationships between human beings. Within this context, social change means creating a space for other possible relationships between people. (Landauer apud Gaarder: 2009) The prevailing political, economic and social models in western societies regulate the neoliberal project, which systematically aims to establish a global hegemony. This creates profound imbalances of power that primarily affect women's lives and bodies, since they are subjected to more forms of exclusion.

We strongly reject neoconservative ideologies that (re)produce stereotypes linked to the sexist, homophobic and racist presumptions that form the basis of policies destined to thwart the emancipation of women by restricting them to subordinate roles.

We reject the normative models and dominant discourses that naturalise this, whilst at the same time calling for diversity, and we aim to resist by fighting discrimination based on gender, age, religion, class, sexual orientation, disability or presumed race.

We focus on producing alternative responses that foster women's autonomy by creating spaces for interven-

criação de espaços de intervenção. As actividades da UMAR baseiam-se nas experiências de vida das mulheres que participam nestes espaços estabelecendo parcerias com outras associações e agindo em solidariedade com outros movimentos e/ou sujeitos na definição de uma agenda feminista.

Promovemos o usufruto de ferramentas capazes de subverter as desigualdades que regulam as nossas vidas apostando na capacidade de agência de sujeitos políticos feministas que lutam pela auto-gestão dos seus próprios corpos e questionam as práticas e os modelos teóricos que fomentam e invisibilizam as múltiplas formas de opressão sobre as mulheres.

Revoltamo-nos contra os cortes orçamentais que têm um impacto superior nas vidas das mulheres. Por exemplo, as medidas e cortes baseadas em modelos institucionais que atribuem as responsabilidades com a população infantil e com a população idosa às famílias, ou seja às mulheres, as alegadas cuidadoras, e jamais aos homens a um sujeito coletivo. Desta forma, as mulheres acumulam as jornadas de trabalho remunerado com as jornadas de trabalho informal, aquele que é desempenhado na esfera familiar e não é remunerado.

Consideramos prioritário denunciar as narrativas nacionalistas e colonialistas que emolduram práticas xenófobas tal como acontece na Europa com a representação das mulheres que usam véu quando estas representações servem o propósito de justificar hierarquias (Shahd Wadi: 2012). Estas formas de discriminação a par como o sistema capitalista concorrem para legitimar a ideia de que as pessoas oprimidas merecem ser oprimidas quando de facto as subalternas são construções sociais económicas e políticas (Spivak apud Bebiano: 2013) e devemos combatê-las.

UMAR

Referências:

Day, J.F. Richard (2005) Gramsci is Dead: Anarchist Currents in the Newest Social Currents. London: Pluto Press. (Landauer apud Gaarder: 2009)

Amster, Randall; DeLeon, Abraham; Fernandez, Luis A.; Nocella, Anthony J. II and Shannon, Deric (Org.) (2009) Contemporary Anarchist Studies: An introductory anthology of anarchy in the academy. New York: Routledge.

(Spivak apud Bebiano: 2013)
9 de Março de 2013

tion. UMAR activities are based on the experiences of women who are involved in this work, establishing partnerships with other associations and acting in solidarity with other movements and/or subjects to define a feminist agenda.

We encourage the use of tools that subvert the inequalities that rule our lives, investing in the empowerment of feminist political subjects fighting for self-determination over their own bodies and questioning the practices and theoretical models that foster and render invisible the many forms of women's oppression.

We are in revolt against cuts to the state budget that have a greater impact on women's lives. These include measures and cuts based on institutional models which attribute responsibility for children and the elderly to families or, in other words, to women, as their alleged carers, and never to men as a collective subject. In this way, women accumulate double shifts of paid work and informal, unpaid work within the home.

We consider it a priority to denounce nationalist and colonialist narratives which shape xenophobic practices, as is the case in Europe with the representation of women who wear the veil, when these representations serve as a pretext for justifying hierarchies (Shahd Wadi: 2012). These forms of discrimination, together with the capitalist system, combine to legitimise the idea that the oppressed deserve their fate, when in fact these forms of subordination are social, economic and political constructs (Spivak apud Bebiano: 2013) which should be contested.

UMAR

References:

Day, J.F. Richard (2005) Gramsci is Dead: Anarchist Currents in the Newest Social Currents. London: Pluto Press. (Landauer apud Gaarder: 2009)

Amster, Randall; DeLeon, Abraham; Fernandez, Luis A.; Nocella, Anthony J. II and Shannon, Deric (Org.) (2009) Contemporary Anarchist Studies: An introductory anthology of anarchy in the academy. New York: Routledge.

(Spivak apud Bebiano: 2013)
9 March 2013
Centro de Estudos Sociais Coimbra -Coimbra

Centro de Estudos Sociais Coimbra -Coimbra
Debate: Feminismos em debate
Organização: República das Marias do Loureiro
Adriana Bebiano -(CES/ FLUC -Estudos Feministas)
Ana Mateus -(FLUC/ Marias do Loureiro)

(Shahd Wadi: 2012)
19 de Janeiro de 2012
Centro de Estudos Sociais -Coimbra
GenderWorkshop: A manipulação xenófoba dos direitos das mulheres Organização: Teresa Toldy (NHUMEP)
Mihaela Mihai (POLICREDOS) Júlia Garraio (DECIDe)
Comunicação apresentada por: Shahd Wadi – “Branqueamento rosa de vidas ‘inumanas’: o conflito israelo-árabe entre misoginia e a homofobia”

Debate: Feminismos em debate (Feminisms under debate)
Organisers: República das Marias do Loureiro
Adriana Bebiano -(CES/ FLUC -Estudos Feministas)
Ana Mateus -(FLUC/ Marias do Loureiro)

(Shahd Wadi: 2012)
19 January 2012
Centro de Estudos Sociais -Coimbra
Gender Workshop: A manipulação xenófoba dos direitos das mulheres (Xenophobic manipulation of women's rights)
Organisers: Teresa Toldy (NHUMEP) Mihaela Mihai (POLICREDOS) Júlia Garraio (DECIDe)
Paper presented by Shahd Wadi – Branqueamento rosa de vidas ‘inumanas’: o conflito israelo-árabe entre misoginia e a homofobia (The whitewashing of “inhumane” existences: misogyny and homophobia in the Arab-Israeli conflict)



Carta a la l@s trabajador@s europe@s

María Teresa Rodríguez-Rubio Vázquez

Delegada sindical de Ustea - Cádiz-Andalucía-Estado español

Estimad@s compañer@s,

Me dirijo a vosotr@s sin conoceros, desde esa solidaridad con los desconocid@s que fundamenta las bases de la militancia revolucionaria, pero a la vez con la certeza de que nuestra condición y el patrimonio de nuestras victorias y nuestras derrotas nos unen con un lazo invisible, con el convencimiento también de que nuestros destinos están unidos como a los del resto de personas trabajadoras de todo el mundo.

Confieso que no sé muy bien lo que significa ser europea. Vivo a escasos cien kilómetros de África y mi forma de comer, bailar, cantar y mover las manos al hablar tiene más que ver con la de cualquier mujer marroquí, que con la de una francesa, inglesa o polaca. Por otra parte, todo lo que me enseñaron en la escuela que era Europa forma parte de una larga lista de reyes, guerras, invasiones, expolio, cruces gamadas y oligarquías financieras ingenieras de aparatajes institucionales del más variado calibre. En ese sentido ando por el mundo con una especie de complejo congénito europeo.

Sin embargo, sí sé lo que significa ser trabajadora. Esa condición ha marcado mi vida, la de mi familia, mis vecin@s, mis amig@s. Esa condición constituye, junto a la de ser mujer, el elemento más básico de mi identidad individual y de mi consciencia colectiva, de mi cultura y de mi imaginario. En ese sentido, sí que nos conocemos aunque no nos hayamos visto nunca.

A nosotr@s l@s trabajador@s que vivimos en este suelo, en este continente, bajo el mandato de esta oligarquía y su aparato estatal y supraestatal, lo de ser europe@s nunca nos sirvió para mucho más que para

Letter for European Workers

María Teresa Rodríguez-Rubio Vázquez

Trade Union Delegate of Ustea - Cádiz-Andalucía-Spanish State

Dear companions,

I address you without knowing you, with that solidarity towards strangers that substantiates the basis of revolutionary militancy, but also with the certainty that our condition and the heritage of our victories and our defeats unite us with an invisible bond, as well as with the conviction that our destinies are linked like with the rest of working people worldwide.

I confess I do not quite know what it means to be European. I live just a hundred kilometers from Africa and the way I eat, dance, sing, and move my hands while talking, has more to do with any Moroccan woman, that of with a French, English or Polish one. Moreover, everything that I was taught in school regarding Europe was a long list of kings, wars, invasions, pillaging, swastikas and financial oligarchies capable of engineering institutional apparatuses of every sort. In this sense, I walk through the world with a kind of congenital European complex.

However, I do know what it means to be a worker. That condition has shaped my life, the life of my family, of my neighbours, and my friends. That condition is next to being a woman, the most basic element of my personal identity and of my collective consciousness, my culture and my imaginary. In this sense, yes we know each other although we have never met.

To us workers who live in this land, in this continent, under the rule of this oligarchy and its state and supra-state apparatus, being European never helped us much more than to benefit subsidiarily from the crumbs

beneficiarnos subsidiariamente de las migajas del pan indigno del botín colonial, neocolonial e imperialista. Haciendo memoria, cada uno de los pasos que se han dado para integrarnos por arriba, no han servido más que para alimentar el poder de nuestros enemigos para explotarnos: de la patronal, de la banca. En mi región, integrarnos en la Unión Europea supuso cambiar nuestro futuro, nuestras fábricas y nuestros cultivos por aceras limpias y subvenciones miserables e indignas que hoy se acabaron. Hoy, en mi provincia, cuatro de cada diez personas, parte de eso tan inexacto que se llama “población activa”, está desempleada.

Difícilmente hemos conseguido avanzar en el camino de la integración por abajo, difícilmente hemos sido capaces de entendernos iguales y difícilmente hemos tenido la capacidad suficiente para organizarnos junt@s, como deberían organizarse los de abajo, con otras herramientas, con otras maneras que no son las del enemigo. Tradicionalmente nos hemos sentido más vinculad@s a nuestros opresores que a nuestr@s iguales más allá de las fronteras nacionales o estatales, las culturas, las religiones, los idiomas. Hemos vivido en la alienación anestesiada de sentirnos clase media y europea, depositari@s, por tanto, de la exclusividad civilizatoria, de las artes y de las letras, de la Cultura, con mayúsculas, del bienestar, del bien hacer. Vencimos en necesidad a Ulises y fuimos derechitos a la isla de las sirenas cantantes, pero no eran sirenas sino repeinad@s polític@s profesionales. Nos pensamos montad@s en el vagón clase club Europa de un tren de alta velocidad para darnos cuenta luego de que nos tocaba alimentar la máquina de un viejo tren de mercancías con carbón, sudor y sangre. Tan eficaz fue el engaño, que cuando empezamos a darnos cuenta de que nos habían dado gato por liebre, empezamos a mirarnos con extrañeza, con desconfianza, a odiarnos, a culparnos a nosotr@s mism@s, a competir con las reglas del enemigo y a rechazarnos con la extensible xenofobia y el racismo que aprendimos de quienes en nuestro nombre expoliaron, explotaron y siguen sometiendo al resto de los pueblos del mundo.

Nos toca encontrarnos, sí, nos toca entendernos y nos toca organizarnos, pero antes tenemos que desengañarnos; tenemos que encender la llama pero primero tenemos que bajarnos los humos.

Tenemos que conseguir reconciliarnos con nosotr@s mism@s, reconocern@s, con hijab y con turbante, con los ojos claros y con la piel oscura, nómadas, rurales y urbanitas. Tenemos que reconocernos con mil disfraces y tenemos que reconocernos a mil kilómetros. Y ahora, que es más fácil que nunca ya que se les

of the unworthy bread of colonial, neocolonial and imperialistic spoils. Looking back, each of the steps designed, top-down, to integrate us have served no purpose but to strengthen the power of our enemies – of employers, of the banking system - to exploit us. In my region, to be integrated in the European Union meant changing our future, our factories and our crops for clean sidewalks and miserable and unworthy grants that have come to an end. Today, in my province, four out of ten people, part of the so inaccurately called ‘active population’, are unemployed.

Hardly have we made progress through the road of integration from the bottom-up, hardly have we been able to see each other as equals, and hardly have we been able to organize together, as ones on the bottom should, using tools and ways other than our enemy’s. Traditionally, we have felt more connected to our oppressors than to our equals beyond national or state borders, cultures, religions, languages. We have lived in the anesthetized alienation that is feeling middle-class and european, and therefore custodians of civilizational exclusivity, of the arts and literature, of Culture, with a capital letter, of welfare, of good deeds. We have been more foolish than Ulysses and went straight for the island of Sirens, although they were not mermaids but finely combed professional politicians. We thought we were riding on a high-speed train in Europe Club class, only to realize our place was to feed the machine of an old freight train with coal, sweat and blood. So effective was the deception, that when we started to realize that we had been taken for a ride, we started looking at ourselves as strangers, with suspicion, hating and blaming ourselves, competing with the rules of the enemy and rejecting each other with the extensible xenophobia and racism we learned from those who – in our name – have plundered, looted and continue to subject the rest of the world’s peoples.

We must meet, yes, we must understand each other and we must organize ourselves, but first we mustn’t fool ourselves any longer; we must kindle the flame but first we have to dissipate the smoke screen.

We must reconcile with each other, recognize each other, with hijab and with turban, with bright eyes and dark skin, nomads, rural and urban people. We must recognize each other with a thousand disguises and we must recognize ourselves a thousand kilometers away. And now, more easily than ever since the masks fell off,

cayeron las máscaras, tenemos que ser capaces de reconocer al enemigo, a quienes durante muchos años se disfrazaron con nuestras ropas y nos vendieron aquello del Estado Social y de Derecho y nos chantajearon con aquello del capitalismo popular y el mercado libre. Y no sólo la justicia de nuestra venganza y nuestro resarcimiento será suficiente.

Tendremos que haber aprendido a reinventar el mundo.

Tendremos habernos desprendido de las miserias ideológicas de quienes nos oprimieron, haber aprendido a ver sin las gafas con las que nos hicieron mirar el mundo durante siglos. Y tendremos que habernos desprendido también de nuestras propias miserias, de nuestro egoísmo, haber dejado de pensarnos solos en el mundo. Con la premisa de que no puede emanciparse quien oprime a otr@s, habrá que luchar día a día contra el patriarcado y el especismo, desaprender todo lo que, desde la cultura del opresor y del/a oprimid@, ha organizado hasta ahora la vida en el planeta, trabajar día a día en otra forma de hacer que se convierta en costumbre, tratar de ser y hacer día a día hombres y mujeres nuevas como decía el Che.

En esta tarea estamos much@s y todavía no nos hemos visto de cerca.

El camino es largo y a veces cansado, pero en general es bastante divertido.

we must be able to recognize the enemy, those who for many years were disguised with our clothings and made us buy into those ideas of the Welfare State and the Rule of Law, and blackmailed us with that popular capitalism and free market. And the justice of our vengeance and our due reparation will not be enough.

We will need to have learned to reinvent the world.

We will have to be detached from the ideological miseries of those who oppressed us, and to have learned not to see the world through the lens which were forced on for centuries. And we must have gotten rid of our own miseries, our selfishness, and stopped thinking we are alone in the world. With the premise that those who oppress others cannot emancipate themselves, we will have to fight every day against patriarchy, and speciesism, unlearn everything stemming from the culture of the oppressor and the oppressed that has until now organized life on the planet, work every day in a different way so that it becomes a habit, to be and to make everyday new men and new women, just as Che said.

We are many united in this task and yet we haven't seen each other up close.

The road is long and sometimes tiresome, but overall it's pretty fun.



Dear John and Mary,

I was pleasantly surprised to receive an invitation from the ALICE project to write you a letter. Your names, John and Mary, are the symbols of European culture and identity. John, Juan, Jan, Jean, Mary, Maria, Marietje, Marie: the language is different, but the identity is the same.

I was also surprised by the content of the invitation itself. It states: "Europe as it is today ... has little or nothing to teach the world. Moreover, it does not even have a socially acceptable and fair solution for its own domestic problems. It would be advantageous for Europe to learn from the experiences of the rest of the world, yet five centuries of colonialism seem to have made it incapable of learning from those it has always considered inferior."

But for decades I have been taught that the reverse is true: Non-Europeans have little to teach the world. All relevant knowledge comes from Europe. All solutions for world problems are only valid when it has the stamp of European approval. So imagine my astonishment when I learned that there is a voice in Europe that contradicts this view.

In 1970 I migrated at the age of fifteen with my parents from Suriname, a former Dutch colony, to Holland. I went to secondary school in The Hague and studied economics at the University in Rotterdam.

I learned what Adam Smith and David Ricardo had to say. I discovered how to use mathematics in economic science with the idea that social systems can be managed in the way you manage machines.

I read European philosophers from the Enlightenment: Hume, Locke, Hegel, Kant. I joined the Dutch socialist movement in protesting women's oppression and supporting the struggle against Apartheid in South Africa and colonialism in Angola.

Caros John e Mary,

Foi com agrado que recebi um convite do projeto ALICE para que vos escrevesse uma carta. Os vossos nomes, John e Mary, são os símbolos da cultura e identidade Europeias. John, Juan, Jan, Jean, Mary, Maria, Marietje, Marie: a língua é diferente, mas a identidade é a mesma.

Também fiquei surpreso com o conteúdo do convite ele mesmo. Declara: "A Europa tal como se encontra hoje... tem pouco ou nada a ensinar ao mundo. Para mais, nem sequer tem uma solução justa e socialmente aceitável para os seus próprios problemas domésticos. Seria vantajoso para a Europa aprender com as experiências do resto do mundo, mas no entanto cinco séculos de colonialismo parecem tê-la tornado incapaz de aprender com aqueles que sempre considerou como inferiores."

Mas durante décadas foi-me ensinado que o reverso é verdadeiro: os não-europeus pouco têm para ensinar ao mundo. Todo o conhecimento relevante advém da Europa. Todas as soluções para os problemas mundiais são apenas válidas mediante o selo de aprovação europeu. Por isso, imagine o meu espanto quando tomei conhecimento que existe uma voz na Europa que contradiz esta visão.

Em 1970 migrei com os meus pais do Suriname, uma antiga colónia holandesa, para a Holanda. Frequentei o ensino secundário em Haia e estudei economia na Universidade de Roterdão.

Aprendi o que Adam Smith e David Ricardo tinham para dizer. Descobri como usar a matemática na ciência económica tendo em mente que sistemas sociais podem ser geridos da mesma forma que se gerem máquinas.

Li filósofos europeus do Iluminismo: Hume, Locke, Hegel, Kant. Juntei-me ao movimento socialista holandês que protestava contra a opressão das mulheres e que apoiava a luta contra o Apartheid na África do Sul e o colonialismo em Angola.

I have demonstrated for freedom of speech and clashed with extreme right forces. I studied Marx, Engels, Lenin, Rosa Luxemburg, Trotsky. I have been educated in the best traditions of European social thought and action.

And now, forty years later, I am speaking every two weeks at meetings in the Surinamese community against European social thought and about the need to Decolonize the Mind. I lecture on why the Enlightenment should be named the White Enlightenment, because I have read Hume with different eyes. How could I miss a citation like this, where he writes: "I am apt to suspect the negroes and in general all the other species of men (for there are four or five different kinds) to be naturally inferior to the whites. There never was a civilized nation of any other complexion than white, nor even any individual eminent either in action or speculation. No ingenious manufactures amongst them, no arts, no sciences. On the other hand, the most rude and barbarous of the whites, such as the ancient GERMANS, the present TARTARS, have still something eminent about them, in their valour, form of government, or some other particular. Such a uniform and constant difference could not happen, in so many countries and ages, if nature had not made an original distinction betwixt these breeds of men."

How did I not notice Hegel's comment: "The inferiority of [the Native Americans] in all respects, even in regard to size, is very manifest...[they are] still abiding in their natural condition of rudeness and barbarism.

The Negro, as already observed, exhibits the natural man in his completely wild and untamed state."

Or Kant: "The Negroes of Africa have received from nature no intelligence that rises above the foolish. The difference between the two races is thus a substantial one: it appears to be just as great in respect to the faculties of the mind as in color."

Or Marx: "The conquest of Algeria is an important and fortunate fact for the progress of civilization... And after all, the modern bourgeois, with civilization, industry, order, and at least relative enlightenment following him, is preferable to the feudal marauding robber, with the barbarian state of society to which they belong."

I explain to my audience not only that the European Enlightenment was racially biased, but why it was racially biased. I show the graph that plots the number of people transported from Africa to the colonies in the Americas from 1500-1900 in the transatlantic slavery. That graph shows how White Enlightenment was possible because

Manifestei-me pela liberdade de expressão e confrontei-me com forças de extrema-direita. Estudei Marx, Engels, Lenin, Rosa Luxemburgo, Trotsky. Fui educado nas melhores tradições do pensamento e ação sociais europeus.

E agora, quarenta anos depois, falo a cada duas semanas em encontros da comunidade do Suriname contra o pensamento social europeu e acerca da necessidade de Descolonizar a Mente. Faço palestras sobre como o Iluminismo deveria ser chamado de Iluminismo Branco, porque li Hume com olhos diferentes. Como poderia ter-me escapado uma citação como esta, onde ele escreve: "Inclino-me a suspeitar que negros e, em geral, todas as outras espécies de homens (porque existem quatro ou cinco tipos diferentes) são naturalmente inferiores aos brancos. Nunca existiu uma nação civilizada de qualquer outra complexão que não a branca, nem qualquer indivíduo eminente quer pela sua ação quer pela sua especulação. Não existem manufaturas engenhosas entre eles, nem artes ou ciências. Por outro lado, os mais rudes e bárbaros dos brancos, tais como os antigos GERMANOS, os atuais TÁRTAROS, têm ainda assim algo eminente em si, no seu valor, forma de governo, ou qualquer outro particular. Uma diferença tão uniforme e constante não poderia acontecer, em tantos países e épocas, se a natureza não tivesse operado uma distinção original entre estas espécies de homens."

Como é que não notei o comentário de Hegel: "A inferioridade dos nativos americanos em todos os aspetos, mesmo no que toca ao tamanho, é muito manifesta... ainda se conformam na sua condição natural de rudeza e barbárie. O Negro, como já observado, exhibe o homem natural no seu estado completamente selvagem e indomado."

Ou Kant: "Os Negros de África não receberam da natureza qualquer inteligência que se erga acima da patética. A diferença entre as duas raças é assim uma diferença substancial: parece ser tão grande no que concerne às faculdades da mente como no que concerne à cor."

Ou Marx: "A conquista da Argélia é um facto importante e feliz para o progresso da civilização... E no final de contas, o moderno burguês, com civilização, indústria, ordem, e pelo menos relativo esclarecimento atrás de si, é preferível ao ladrão e saqueador feudal, com o estado de sociedade bárbara ao qual pertencem."

Explico às minhas audiências não apenas que o Iluminismo Europeu racialmente enviesado, mas o porquê desses vieses raciais. Mostro um gráfico que assinala o número de pessoas transportadas de África para as colónias nas Américas entre 1500-1900 na escravatura transatlântica. Os gráficos mostram como o Iluminismo

of colonialism. Material gains and prosperity from colonialism made possible the advances in natural and managerial sciences. They were the greatest in the period of White Enlightenment. And where human dignity and a sincere quest for knowledge would have prescribed that European intellectuals should vehemently protest the rape and genocide committed by whites in the colonies, we see the opposite took shape: the formation of a body of thought that justified rape and genocide with the concept of racism, “the other inferior people” that need the guidance of white Europeans. White Enlightenment was necessary to create this image.

How did I change from an admirer of European social thought and action into one of its fiercest critics? Why did this transformation take place?

Think of me, not as an individual, but as a representative of a larger group of black intellectuals living in the European metropolis. My change is a change of a generation.

My lectures are not targeted at Europeans, but at the migrant communities in Europe. My audience is not the white European intelligentsia, but the community of black activists; some of them have been educated at European universities.

To be honest, I am unhappy with this state of affairs. I do think that the current situation, in which we live in the same spaces, but in different worlds, is an unhappy situation and in the long term a dangerous one. I dream of a world, a Europe, in which my son and daughter, are living and breathing in a space where freedom, human dignity and respect are the most natural values they and your children will share. That is not the world we are living in now.

In the last decades the rise of racism and islamofobia has generated a climate in Europe that creates the divide I mentioned above. This is a major concern for me, because it is determining the future of my children and the children of my generation. European history is going down the road of disaster.

The paramount question in our mind is: what can we do to change the course of European history?

I don't have a definite answer, but I surely try to discover it.

Branco foi possível devido ao colonialismo. Os ganhos materiais e a prosperidade do colonialismo tornaram possíveis os avanços nas ciências naturais e de gestão. Foi no período do Iluminismo Branco que foram mais significativos. E onde a dignidade humana e uma sincera busca pelo conhecimento teriam prescrito que os intelectuais europeus deveriam veementemente protestar contra as violações e genocídio cometidos por brancos nas colônias, vemos que o oposto teve lugar: a formação de um corpo de pensamento que justificava a violação e o genocídio com o conceito de racismo, “os outros povos inferiores” que necessitavam da orientação dos europeus brancos. O Iluminismo Branco foi necessário para criar-se esta imagem.

Como mudei de um admirador do pensamento social e ação europeias para uma das suas maiores críticas? Porque teve lugar esta transformação?

Pensem em mim não como um indivíduo mas como representante de um grupo mais vasto de intelectuais negros vivendo na metrópole europeia. A minha mudança é a mudança de uma geração.

As minhas palestras não têm como alvo os europeus, mas as comunidades migrantes na Europa. A minha audiência não é a intelectualidade europeia branca, mas a comunidade de ativistas negros; alguns deles educados em universidades europeias.

Sendo honesto, estou descontente com o atual estado de coisas. Considero que a atual situação, pela qual vivemos nos mesmos espaços mas em mundos diferentes, é uma situação infeliz e a longo prazo perigosa. Sonho com um mundo, uma Europa, no qual o meu filho e filha vivam e respirem num espaço onde a liberdade, a dignidade humana e o respeito sejam os valores mais naturais que eles e os vossos filhos partilhem. Esse não é o mundo em que vivemos atualmente.

Nas últimas décadas o crescendo do racismo e da islamofobia gerou um clima na Europa que deu origem à divisão que mencionei anteriormente. Isto é para mim uma preocupação central, porque está a determinar o futuro dos meus filhos e dos filhos da minha geração. A história europeia encontra-se a seguir uma via para o desastre.

A mais importante questão nas nossas mentes é: o que podemos nós fazer para alterar o curso da história europeia? Não tenho uma resposta definitiva, mas seguramente que a tento encontrar.

My answer regards knowledge production. Our view of the world and of ourselves is determined by knowledge that is produced by Europeans. Knowledge is the basis for policy making in all fields of life. But this knowledge is Eurocentric and ideological, not scientific. The great majority of textbooks used at the centre of knowledge production and distribution are shaped by a Eurocentric view.

A major task for the future is the production of new knowledge that takes into account the views from “the others”. So, new textbooks in the different fields of science should form the basis for a world view that is free from Euro centrism.

That world view starts with the criticism of the dominant dogmas in the different fields of knowledge. Take the question of European identity for example.

My parents were born in a European colony. My children are born in Europe. The concept of Europe as a collection of nation-states does not exist anymore. The European Union has pervaded every aspect of life in the different nation-state. And this has brought forward the question: what is the identity of a European and what is it based upon? This question is debated among Europeans but in a way as if we are not part of the discussion. We are like the black servants in South Africa during Apartheid, where the whites discussed the future of white South Africa at the dinner table, while the blacks were serving their dinner. They thought that the servants were not able to understand their conversation and have an opinion on their arguments.

Thus we hear European intellectuals debate the nature of the identity of Europe and argue that it should be based on the cultural tradition of Christianity and Judaism. But if so, where does that leave my Hindu and Muslim brothers and sisters living in Europe? And what about the traditional African religion, that was labelled as pagan long ago? Are we doomed to be second class citizens with a non-European culture or should we assimilate and commit cultural suicide?

The white European intellectuals argue that their identity is formed by a common history with highlights of an achievement such as White Enlightenment and nadirs such as the Jewish Holocaust. The Jewish Holocaust

A minha resposta prende-se com a produção de conhecimento. A nossa visão do mundo e de nós mesmos é determinada por conhecimento que é produzido por europeus. O conhecimento é a base da implementação de políticas em todos os campos da vida. Mas este conhecimento é eurocêntrico e ideológico, não científico. A grande maioria de manuais usados no centro de produção e distribuição de conhecimento são moldados segundo uma visão eurocêntrica. Uma tarefa central para o futuro é a produção de novo conhecimento que leve em consideração as perspectivas “dos outros”. Assim, novos manuais nos diferentes campos da ciência deverão constituir a base para uma visão do mundo que seja livre do Euro centrismo.

Essa visão do mundo começa com a crítica de dogmas dominantes nos diferentes campos do saber. Tome-se, por exemplo, a questão da identidade europeia.

Os meus pais nasceram numa colónia europeia. Os meus filhos nasceram na Europa. O conceito de Europa como um conjunto de estados-nação não mais existe. A União Europeia impregnou todos os aspetos da vida nos diferentes estados-nação. E isto levantou a questão: o que é a identidade de um europeu e sobre que se baseia? Esta questão é debatida entre europeus mas como se nós não fôssemos parte da discussão. Somos como os criados negros na África do Sul durante o Apartheid, onde os brancos discutiam o futuro de uma África do Sul branca à mesa de jantar, enquanto negros lhes serviam a refeição. Pensavam que os criados eram incapazes de compreender as suas conversas e ter uma opinião sobre os seus argumentos.

Assim, ouvimos intelectuais europeus debater a natureza da identidade da Europa e argumentar que se deveria basear na tradição cultural do Cristianismo e Judaísmo. Mas se for assim, onde é que isso deixa os meus irmãos e irmãs Hindus e Muçulmanos que vivem na Europa? E que dizer das religiões tradicionais africanas que foram chamadas de pagãs há muito? Estaremos condenados a ser cidadãos de segunda com uma cultura não-europeia, ou devemo-nos assimilar e cometer suicídio cultural?

Os intelectuais brancos europeus argumentam que a sua identidade é formada por uma história comum com realce para feitos como o Iluminismo Branco e pontos baixos como o Holocausto Judaico. O Holocausto Judaico é devidamente encarado como um crime contra a humanidade. Este crime foi perpetrado por Nazis.

is rightly seen as a crime against humanity. This crime was perpetrated by Nazis. The suffering of the Jewish people is part of the suffering of Europe. Suffering and the struggle to overcome pain and anguish is part of the formative process of identity. It is through this suffering that a nation and a people are forming a collective destiny. But suppose Nazism would not have been defeated? What would have been left of the Jewish Holocaust as a formative element in a European identity? Nothing! The crime would have been denied or belittled as is being done with the crime of colonialism.

So if a common history is a major element in the formation of a European identity, where does the history of colonialism as a crime against humanity fit in this identity? From my perspective there is something rotten not in the state of Denmark – to paraphrase Shakespeare - but in the states of Europe.

This discussion is not about history, it is about the future.

Will the future identity of my children be the same as yours? Will they have a common identity? Europe is struggling to find the answer to the question of a national or a European identity in the context of a multicultural society.

But for ages these answers have been found in a painstaking process of trial and error in the new states that arose out of the decolonization process. India is a nation with a variety of cultures and languages. Suriname is a multicultural country that became independent in 1975 and has managed to find an answer. And their answer is as simple as forceful: respect for the diversity of cultures is the foundation of a stable and democratic multicultural society. Europe should take these experiences into account in order to avoid the disastrous trap of clinging to a world that does not exist anymore: the world of cultural homogeneousness.

What will happen once a country decides to take the reverse path: the denial of diversity and the push towards a uniform culture?

First it must create an intellectual climate that poses the diversity of culture in terms of superiority and inferiority. European culture is seen as superior and non-European cultures as inferior. The ideas have been there for centuries.

Next it must develop instruments to prevent the influence of so called backward cultures on European culture. And these instruments are basically the introduction of limits to civil freedoms, such as the freedom of speech, the freedom of religion, the freedom of assembly, the freedom to dress as you like etc.

O sofrimento do povo judeu é parte do sofrimento da Europa. O sofrimento e a luta para vencer a dor e a angústia são parte do processo de formação da identidade. É através deste sofrimento que uma nação e um povo estão a formar um destino coletivo. Mas suponhamos que o Nazismo não tinha sido vencido? O que restaria do Holocausto Judaico como elemento formativo numa identidade europeia? Nada! O crime teria sido negado como tem vindo a ser feito com o crime do colonialismo.

Desta forma, se uma história comum é um elemento fulcral para a formação de uma identidade europeia, onde se encaixa nesta identidade a história do colonialismo como um crime contra a humanidade? Do meu ponto de vista existe algo de podre não no estado da Dinamarca – parafraseando Shakespeare – mas nos estados da Europa.

Esta discussão não é sobre história, é sobre o futuro.

Será a identidade futura dos meus filhos a mesma dos vossos? Terão eles uma identidade comum? A Europa debate-se para encontrar resposta à questão de uma identidade nacional ou europeia no contexto de uma sociedade multicultural.

Mas respostas foram encontradas há muito tempo nos dolorosos processos de tentativa e erro dos novos estados que surgiram dos processos de descolonização. A Índia é uma nação com uma variedade de culturas e línguas. O Suriname é um país multicultural que se tornou independente em 1975 e conseguiu encontrar uma resposta. E a sua resposta tem tanto de simples como de imperativa: o respeito pela diversidade de culturas é o fundamento de uma sociedade multicultural estável e democrática. A Europa deveria ter estas experiências em conta por forma a escapar da armadilha desastrosa de se agarrar a um mundo que já não existe mais: o mundo da homogeneização cultural.

O que acontecerá quando um país decidir tomar o caminho de regresso: a negação da diversidade e um avanço em prol de uma cultura uniforme?

Em primeiro lugar tem de criar um ambiente intelectual que coloque a diversidade de cultura em termos de superioridade e inferioridade. E cultura europeia é vista como superior e as culturas não-europeias como inferiores. Essas ideias têm estado presentes por séculos.

De seguida tem de desenvolver instrumentos que previnam a influência das denominadas culturas retrógradas sobre a cultura europeia. E estes instrumentos são basicamente a introdução de limitações às liberdades civis, tais como a liberdade de expressão, a liberdade de religião, a liberdade de reunião, a liberdade de nos

The signs of the times make me pessimistic for the future. I observe with distress the rise of islamofobia and racism in Europe. I see that the intellectual ghost of the past reappears in the modern discourse of “the other”. I watch how people with whom I demonstrated for women’s rights and freedom are now joining the voices that are so familiar from the time of colonialism and limit the rights of Muslim women to dress and express their religious conviction.

I am glad to hear from ALICE that you are willing to look for answers outside of Europe. There is a rich body of non-European thought and practice that deals with economy, society and morals but has been suppressed for centuries.

Your banking crisis might have been avoided if you had tapped on the experience of Islamic banking that prohibits speculation and fraud and institutes mechanisms in their financial system to prevent this.

In many European countries the people are not allowed to elect their head of states. Their selection is not based on the content of one’s character and ideas, but on the nature of their genes. While many nations in Africa, Asia and Latin America elect their head of state in democratic elections – and many of these elected officials are women – some European nations don’t elect their head of state. The selection is determined by the genes of the monarchs. Why start wars to bring democracy in Iraq, while democracy is still not achieved in Europe? Just learn from the former colonies how to institute democracy.

In many former colonies a process is going on of decolonizing the mind. Non-European intellectuals discuss how colonialism has permeated every aspect of our mind and how this is translated in education, knowledge production, culture and media. Is it not time for European intellectuals to do the same for Europe?

Be aware, that this is not an academic discussion. It is a painful exercise that may harbour unpleasant surprises. Take for example the year 2013. The Dutch will celebrate 150 years of abolition of slavery. In 2007 the British celebrated the bicentennial of the abolition of the slave trade. And other European countries might have organized such celebrations in the past or will organize them in the future.

vestirmos como entendermos, etc.

Os sinais dos tempos fazem-me encarar o futuro com pessimismo. Observo com inquietação o aumento de islamofobia e de racismo na Europa. Vejo que o fantasma intelectual do passado reaparece no moderno discurso sobre “o outro”. Vejo como pessoas com quem me manifestei pelos direitos e liberdades das mulheres se estão agora a juntar a vozes tão familiares dos tempos do colonialismo e a limitar os direitos das mulheres muçulmanas de se vestir e exprimir as suas convicções religiosas.

Apraz-me ouvir do ALICE que estão em busca de respostas de fora da Europa. Existe um corpo rico de pensamentos e práticas não-europeias que lidam com a economia, a sociedade e a moral, mas que tem vindo a ser suprimido ao longo de séculos.

A vossa crise bancária poderia ter sido evitada se tivessem bebido da experiência da banca islâmica, que proíbe a especulação e a fraude e instituiu mecanismos no seu sistema financeiro para prevenir isto mesmo.

Em muitos países europeus as pessoas estão impedidas de eleger os seus chefes de estado. As suas escolhas não se fundamentam no carácter e ideias de cada um, mas na natureza dos seus genes. Enquanto muitas nações em África, na Ásia e na América Latina elegem o seu chefe de estado em eleições democráticas – e muitos destes eleitos são mulheres –, algumas nações europeias não elegem o seu chefe de estado. A seleção é determinada pelos genes dos monarcas. Para quê dar início a guerras para levar a democracia ao Iraque, enquanto essa democracia ainda não foi alcançada na Europa? Aprendam das antigas colónias sobre como instituir a democracia.

Em muitas antigas colónias está em curso um processo de descolonização da mente. Intelectuais não-europeus discutem como o colonialismo se infiltrou em todos os aspetos da nossa mente e como isto se traduziu na educação, na produção de conhecimento, na cultura e nos media. Não será chegado o tempo de intelectuais europeus fazerem o mesmo pela Europa?

Estejam conscientes de que isto não é uma discussão académica. É um exercício doloroso que pode abrigar surpresas desagradáveis.

Tomem por exemplo o ano 2013. Os holandeses irão celebrar 150 anos sobre a abolição da escravatura. Em 2007 os britânicos celebraram o bicentenário da abolição do comércio de escravos. E outros países europeus

I am watching such celebrations and think: "Wow, the Europeans are so proud of the abolition of slavery as a monumental highlight of their civilization, that if there was no transatlantic slavery, they would have invented it just to be able to celebrate its abolition."

But look at what a difference in morals.

In our culture we have learned that if you commit a crime, and you want to regain your humanity and dignity, you should acknowledge that you have committed a crime. The European nations refused to acknowledge that they have committed a crime against humanity.

Our culture obliged us to offer apologies for the crime we have committed and ask the victims for forgiveness. The Europeans refuse to apologize and instead of forgiveness they ask the victims for gratitude for the so called benefits of colonialism.

In our culture we learn that once we acknowledge the crime, we take it upon us to stop walking the path of injustice. After the abolition of slavery the Europeans did not restore human rights in their colonies, they perpetuated the violations of human rights for more than 125 years after the abolition of slavery.

In our culture we are taught that if you cause damage to somebody you pay reparations to compensate for that damage. The Europeans demanded that Germany pay reparations to the Jews. And the Germans did so. They paid up to 200 billion euros to the Jewish state of Israel and every year they are still paying. Last year the German government paid 180 million Euros. But up to this day Europe has not paid a dime for reparations for the damage done with colonialism.

It is not just the morals that Europeans have twisted. It is also their economic theory. I have studied economic textbooks written by Europeans. They propagate the following propositions.

- If you set up an enterprise on the property of another person you should pay rent for the use of that property.
- If you let somebody perform labour for you, you should pay them for their labour.
- If you take goods that do not belong to you, you should pay the owner for these goods.
- If you commit a crime, you should compensate the victims of that crime.
- If you have a debt, you should pay interest on that debt.

são passíveis de ter organizado tais celebrações no passado ou de as vir a organizar num futuro.

Eu observo tais celebrações e penso: "Wow, os europeus estão tão orgulhosos da abolição da escravatura, como um pináculo monumental da sua civilização, que se não tivesse existido escravatura transatlântica eles tinham-na inventado apenas para que pudessem celebrar a sua abolição." Mas vejam que diferença na moral.

Na nossa cultura aprendemos que se cometermos um crime, e quisermos recuperar a nossa humanidade e dignidade, temos de reconhecer que cometemos um crime. As nações europeias recusaram admitir ter cometido um crime contra a humanidade.

A nossa cultura constringia-nos a oferecer as nossas desculpas pelo crime que cometemos, e a pedir perdão às vítimas. Os europeus recusam apresentar desculpas, e em vez de perdão pedem às vítimas gratidão pelos supostos benefícios do colonialismo.

Na nossa cultura aprendemos que mal reconhecemos um crime, tomamos a nosso cargo a tarefa de cessar de percorrer o caminho da injustiça. Após a abolição da escravatura os europeus não restauraram os direitos humanos nas suas colónias, perpetuaram as violações dos direitos humanos por mais de 125 anos após a abolição da escravatura.

Na nossa cultura ensinam-nos que se provocarmos dano a alguém devemos pagar compensações para reparar esses danos. Os europeus exigiram à Alemanha que pagasse compensações aos Judeus. E os alemães fizeram-no. Pagaram cerca de 200 biliões de euros ao estado Judaico de Israel, e continuam a pagar todos os anos. O ano passado o governo alemão pagou 180 milhões de euros. Mas até hoje a Europa não pagou um cêntimo por reparações pelos danos causados pelo colonialismo.

Não foi apenas a moral que os europeus distorceram. Foi também a sua teoria económica. Estudei textos de economia escritos por europeus. Propagam as seguintes proposições.

- Dando início a uma empresa em propriedade de outra pessoa devem pagar-lhe renda pelo uso dessa propriedade.
- Deixando que alguém trabalhe por vocês, devem pagar-lhe pelo seu trabalho.
- Apropriando-se de bens que não vos pertencem, devem pagar-se ao proprietário esses bens.
- Cometendo um crime, devem compensar-se as vítimas desse crime.
- Tendo uma dívida, devem pagar-se juros sobre essa dívida.

If we applied these propositions to the legacy of colonialism then Europe would be confronted with a huge problem. The colonized world has a surface of about 250 million square kilometers (97 square miles). Suppose Europe would have to pay a rent of 1 dollar per square mile per month for 200-400 years.

Suppose Europe would have to pay one dollar cent per hour for the hundreds of millions enslaved Africans that performed forced labour without pay for hundreds of years.

Suppose Europe would have to pay for the minerals (gold and silver) they stole from the Americas (98 million kilogram of silver and 2.6 million kilogram of gold according to one inventory).

Imagine there would be an international court of justice that does not exempt Europe from the rule that criminals should compensate their victims for damage they have caused..

Suppose Europe had to pay interest on the debt that had still not been paid?

These are agonizing discussions.

So if you embark on a mission to set up an infrastructure for the creating of an alternative body of knowledge that rejects the Eurocentric legacy, you should realize that the whole process consists of two parts: getting rid of the legacy of colonialism in European culture and thought (decolonizing the mind) and taking into account that important knowledge production has been going on for centuries outside of Europe. **Now is the time to take these two aspects into account to lay the foundation for a new climate in Europe where my children and yours can live in the same space and the same world filled with freedom, human dignity and respect rather than racism, Euro centrism and islamofobia.**

Yours truly

Sandew Hira

An activist from Holland working on Decolonizing the Mind

The Hague

April 17th 2013

Se aplicássemos estas proposições ao legado do colonialismo, então a Europa seria confrontada com um gigantesco problema. O mundo colonizado tem uma superfície de cerca de 250 milhões de quilómetros quadrados (97 milhões de milhas quadradas). Suponhamos que a Europa teria de pagar uma renda de 1 dólar por milha quadrada, por mês, durante 200-400 anos.

Suponhamos que a Europa teria de pagar um centimo de dólar, por hora, pelas centenas de milhões de africanos escravizados que realizaram trabalhos forçados sem pagamento por centenas de anos.

Suponhamos que a Europa teria de pagar pelos minerais (ouro e prata) que roubaram das Américas (98 milhões de quilogramas de prata e 2.6 milhões de quilogramas de ouro de acordo com um dos inventários).

Imagine-se que existiria um tribunal internacional de justiça que não exonerasse a Europa da regra de que os criminosos devem compensar as suas vítimas pelos danos causados.

Suponhamos que a Europa teria de pagar juros pela dívida ainda por pagar?

Estas são discussões agonizantes.

Por isso se embarcarmos numa missão para montar uma infraestrutura para a criação de um corpo de conhecimentos alternativo que rejeite o legado eurocêntrico, devem dar-se conta que a totalidade do projeto consiste de duas partes: livrarem-se do legado do colonialismo na cultura e pensamento europeus (descolonizando a mente) e levar em consideração que uma importante produção de conhecimento tem vindo a ter lugar faz séculos fora da Europa. **Agora é o momento de levar estes dois aspectos em consideração para fundar um novo clima na Europa, onde os meus filhos e os vossos possam viver no mesmo espaço e no mesmo mundo plenos de liberdade, dignidade humana e respeito, ao invés de racismo, Euro centrismo e islamofobia.**

Vosso

Sandew Hira

Ativista holandesa trabalhando na Descolonização da Mente

Haia

17 de Abril de 2013



Olá Europa,

O mundo pós-moderno ataca em tudo o modo de vida desde o fim da 2ª Guerra no continente. O reconhecimento do lugar central Trabalho, que foi a base das maiores conquistas sociais e societais, é atirado para o lado com a mercantilização de tudo, desde a humanidade à natureza. O declínio das organizações de trabalhadores e das suas lutas vem do ataque explícito a quem trabalha pelo capitalismo neoliberal para aumentar as suas margens de lucro através da desvalorização do trabalho para séculos pré-revolucionários. O regresso da opressão e da exploração vê-se cada dia, em cada bairro social, em cada local de trabalho, em cada rua. Há uma deslocalização territorial entre a democracia teórica e a ditadura prática: vive-se na maioria em países ditos democráticos, mas cada local de trabalho é uma ditadura, oprimindo e explorando as populações. Mas neste ataque de âmbito inédito na História produzem-se efeitos indesejados para quem quer a submissão. Precários e precárias submissas são o que quem constrói este mundo pós-moderno deseja. Rebeldes é o que têm. Cada vez mais.

Com o aumento do nível de especialização do Trabalho, a precariedade ultrapassa a esfera do local de trabalho, abrangendo toda a vida das pessoas, tornando-se uma precariedade existencial. Esta situação é particularmente visível pois as anteriores expectativas civilizacionais das gerações mais jovens melhorarem as suas condições de vida quando comparadas com as anteriores deixam de ser possíveis. Para fazê-lo o plano foi simples: destruir os avanços das últimas décadas, qualificando-os de antigos para impor algo muito mais antigo. Destruindo as leis e os direitos que permitiam que na sociedade e no trabalho não houvesse cidadãos de primeira, trabalhadoras e trabalhadores de segunda, escalas e hierarquias na sociedade baseadas na acumulação de riqueza ou no que auferimos ao fim do mês.

O “preariado” rapidamente se torna a parte predominante da classe trabalhadora na Europa do Sul. A identidade do preariado foi durante muito tempo construída com base em conceitos que lhe foram atribuídos como empreendedorismo, freelancer, a possibilidade de uma flexibilidade laboral com

Hello Europe,

Since the end of the Second World War, the post-modern world has been attacking the way of life in Europe on all fronts. Recognition of the central role played by labour, which formed the basis of the greatest social and societal gains, has been abandoned with the commodification of everything, from humanity to nature. The decline of workers’ organisations and their struggles is the result of a deliberate attack by neoliberal capitalism on those who work in order to increase profit margins by downgrading labour to the status of pre-revolutionary centuries. This return to oppression and exploitation can be seen every day, in every neighbourhood, workplace and street. The ground is shifting from democracy in theory to dictatorship in practice: most people live in so-called democratic countries, yet each workplace is a dictatorship that oppresses and exploits people. However, this unprecedented attack is producing undesirable effects for those who want submission. Those who build this post-modern world want a submissive, precarious workforce. What they are – increasingly - getting is rebellion.

With the rise in specialised levels of work, precarious employment extends beyond the workplace to affect people’s entire lives, making it an existential form of precarity. This is particularly evident since the expectations once held by younger generations of improving their living conditions in comparison with those of their predecessors are no longer feasible. It took a simple plan to achieve this: destroy the progress made in recent decades by calling it old-fashioned, in order to impose something much older. Destroy the laws and rights which ensured that there were no first-class citizens or second-class workers in society and in the workplace, or scales and hierarchies in society based on the accumulation of wealth or what we take home at the end of the month.

The “preariat” is fast becoming the largest sector of the working class in southern Europe. The identity of the preariat was for a long time constructed on the basis of certain concepts attributed to it, such as entrepreneurship, freelancing and the possibility of flexible labour with enormous benefits. Economic

enormes benefícios. Juntaram-se a estas premissas económicas que tornaram a precariedade “inevitável”, como competitividade ou meritocracia.

A essência da flexibilidade é permitir ao capital mudar a divisão laboral rapidamente e sem custos, mudando as funções dos trabalhadores, as suas posições e locais de trabalho quase instantaneamente. É um processo nacional e internacional, baseado na terceirização para trabalhadores em offshores, alterando funções e locais de trabalho para neste processo realocar os trabalhadores dentro dos seus próprios países. O capitalismo continua a usar as diferenças e desigualdades entre os países para promover, através da panaceia competitiva, uma corrida até ao fundo do túnel em termos de direitos sociais. A crise de 2008 ofereceu o timing perfeito para inscrever profundamente estas ideias, ameaçando quem trabalha com o desemprego, o subemprego e a sub-cidadania, impondo condições de vida e laborais precárias.

Os trabalhadores precários já são grupos de sub-cidadãos, marginalizados, privados dos seus direitos básicos, direitos laborais, sociais, económicos, civis e políticos. Na Europa, a nova realidade é a massificação de contratos a termo, part-times, trabalho temporário com empresas intermediárias de empresas. Em todo o mundo, as condições laborais deterioraram-se.

Cada vez menos os trabalhadores precários se definem pelo trabalho que efectuam. Apesar da organização colectiva enquanto precários não seja comum, é desta nova realidade social e laboral que sai o motor das grandes mobilizações por toda a Europa, o que mostra a sua capacidade transformadora, quando organizados em novas formas de mobilização, nas quais se revêm. A construção da Europa é feita com base nesta nova realidade. Uma construção que se faz directamente contra o interesse de quem vive e trabalha de forma precária. Mas esta construção pode e será subvertida por aquelas e aqueles que querem construir um mundo justo, livre e igualitário, social e solidário. A política europeia de ser forte com os fracos e fraca com os fortes verá a mesa ser virada pela força dos fracos, que é muito superior à força dos fortes. A Europa será o campo onde se produzirá primeiro a grande luta pelo futuro e pela destruição da precariedade, que mais não é que a luta por uma sociedade social e progressista. E será quem vive sob a precariedade que se encarregará de fazê-la. **Precários nos Querem? Rebeldes nos Terão!**

assumptions have now been added, such as competitiveness or meritocracy, which make precariousness “inevitable”.

The essence of flexibility is its ability to enable capital to alter the division of labour rapidly and without cost, changing the functions of workers, their positions and workplaces almost instantaneously. It is a national and international process, based on outsourcing to workers offshore and on changing functions and workplaces so that, as part of this process, workers can also be redistributed within their own countries. Capitalism continues to make use of differences and inequalities between countries, using the panacea of competitiveness to promote a race to the bottom in terms of social rights. The crisis of 2008 offered the perfect timing for ensuring these ideas became deeply embedded, threatening those who work with unemployment, underemployment and sub-citizen status by imposing precarious living and working conditions.

Precarious workers already constitute groups of sub-citizens, who are marginalised and deprived of their basic, employment, social, economic, civil and political rights. The new reality in Europe is mass fixed-term contracts, part-time work and temporary work in intermediary companies. Employment conditions are deteriorating worldwide.

Precarious workers are defining themselves less by the work they do. Although organising collectively as such is not common practice, it is from this new social and employment situation that the driving force behind all the major mobilisations throughout Europe has emerged, as evidence of its potential to bring about change if organised into new forms of action in which they become visible once again Europe is constructed on the basis of this new reality. It is a construct that operates directly counter to the interests of those who live and work precariously. Yet this construct can, and will, be overturned by those who want to build a fair, free and egalitarian, social world based on solidarity. The tables will be turned on the European policy of being tough on the weak and weak with the powerful, through the strength of the weak, which is far greater than that of the powerful. Europe will become the arena where the first great struggle for the future and for the destruction of precarity will be played out, which is nothing less than the struggle for a social, progressive society. And it is those who are living in precarity that will undertake this. **They want to make us precarious? They will make us rebels!**



Carta a a los Europeos/as desde Andalucía

Por el Grupo de Estudios del Sindicato Andaluz de Trabajadores en colaboración con Juan Manuel Sánchez Gordillo

Solo los pueblos que sueñan, verán sus sueños convertidos en realidad.

Ernesto Che Guevara

Esta carta es un llamamiento a los pueblos y las personas de Europa. Un llamamiento y una invitación a soñar un mundo nuevo, una Europa nueva.

Tenemos que soñar, ya que en cuanto soñamos otro mundo posible, lo estamos creando, lo estamos viviendo. Debemos soñar y tener el coraje de hacer realidad nuestros propios sueños, aquí y ahora, en la práctica en el terreno de la política: *nuestra vida*.

Este llamamiento está dirigido a todas las europeas y europeos que han soñado tanto de manera personal como colectiva, con una Europa diferente, una Europa donde las personas fueran mas importantes que las cifras de ganancias, donde las personas tuvieran una vida digna y no una Europa de edificios vacíos desahuciados por las grandes corporaciones bancarias. Una Europa donde el derecho a la propiedad consista en el derecho a poseer cosas, a poseer una vivienda, un empleo, una alimentación. Una Europa que esté a la altura de la palabra Democracia, de la palabra Dignidad. Una Europa que despierte de la pesadilla de la crisis del capitalismo. Una Europa que sueñe.

En Marinaleda, un pequeño pueblo de Andalucía, un día tuvimos un sueño. Que todo el mundo tuviera un hogar y tierra que trabajar para alimentar a su familia. Que todas las personas pudieran ir a la escuela y

Letter to Europeans from Andalucía

From the Andaluz Union's Studies Group in collaboration with Juan Manuel Sánchez Gordillo

Only the people who dream, will see their dreams come true.

Ernesto Che Guevara

This letter is an invitation to the people of Europe. It is an appeal and an invitation to dream of a new world, of a new Europe.

We must dream, since when we dream of a new world, we are creating it and living it. We must dream and have the courage of creating our own dreams, here and now, in practice, in the field of politics: our life.

This invitation addresses all the Europeans who either personally or collectively have dreamt with a different Europe, a Europe where people are more important than numbers and profit, where people have a dignified life, instead of a Europe of empty buildings evacuated by big banking companies. A Europe where property rights mean the right to own things, to own a house, jobs, food. A Europe that is up to the Word Democracy, to the Word Dignity. A Europe that wakes up from the nightmare of the crisis of capitalism. A Europe that dreams.

In Marinaleda, a small town in Andalusia, we had, one day, a dream. That everybody would have a house and land to work and feed their family. That everybody could attend school and receive education. Today,

tener una educación. Hoy este sueño es la Utopía que vivimos, es nuestro camino a la paz.

El Sindicato de Obreros del Campo (hoy Sindicato Andaluz de Trabajadores) pertenece y fue miembro fundador de Vía Campesina, que es la organización internacional de todos los campesinos, jornaleros y pequeños productores del Mundo. Nosotros conocemos al MST de Brasil y a todos los movimientos revolucionarios campesinos e indígenas del mundo. Desgraciadamente la estructura de la tierra en Andalucía es muy parecida a la que hay en los países empobrecidos, aquí el 50% de la tierra cultivable esta en manos del 2% de los grandes propietarios. La concentración de la tierra hoy en Andalucía es 10 puntos porcentuales mayor que en la Segunda República, por tanto es mayor hoy que hace 100 años. En Andalucía como en otros países del mundo empobrecido y a diferencia de otros países de Europa, queda por hacer una reforma agraria que ponga la tierra al servicio de las personas. Debido a esta concentración de la tierra en manos de los grandes propietarios, existe hoy un 40 por ciento de paro en Andalucía. Los grandes propietarios no dan puestos de trabajo ya que viven de las subvenciones de la Política Agraria Común que da ayudas según extensión de tierra y no por criterio de productividad o de puestos de trabajo, sin ningún tipo de responsabilidad social ante la grave situación económica que sufre el pueblo andaluz.

En Andalucía existen grandes propietarios miembros de la nobleza española como el Ducado de Alba, o el Ducado del Infantado provenientes de la Bajada Edad Media que poseen inmensas extensiones de tierra que consiguieron gracias a las guerras de ocupación de Al-Ándalus en la Edad Media y a las demsamortizaciones liberales del siglo XIX que dieron todo el poder a los grandes propietarios y a los nueva burguesía terrateniente. Estas familias nobiliarias siguen manteniendo estas extensiones de tierra dando lugar a una tasa de paro por encima del 40% en lugares como el Valle del Guadalquivir, una de las zonas más fértiles de Europa, donde se podría poner en funcionamiento una agricultura social, sostenible, ecológica y acorde con la cultura y las tradiciones de los pueblos, como parcialmente se ha hecho de manera tradicional criando la alcachofa, la remolacha, el pimiento, la patata, la cebolla, el garbanzo y tanto otros productos. Además de este panorama tan trágico en el campo andaluz, ahora tenemos que añadir esta gran estafa internacional de más de 200.000 millones de dolores, este saqueo internacional a la soberanía de los pueblos que ellos han llamado crisis pero que nosotros llamamos estafa. Que ellos quieren solucionar con sus rescates, pero que nosotros sabemos que su objetivo es condenar la soberanía de los pueblos, aniquilar la soberanía económica, política, social, alimentaría, ambiental de los pueblos de la Tierra. Los bancos españoles están

that dream is the utopia in which we live, it is our path to peace.

The Labour Union (now Andalusian Workers' Union) belongs to, and was a founding member of Via Campesina, which is the international organization of all farmers, workers and small farmers in the world. We are acquainted with MST in Brazil and with all the peasant and indigenous revolutionary movements in the world. Unfortunately, the land structure in Andalusia is very similar to the one in poor countries. Here, 50% of arable land is in the hands of 2% of the big landowners. Nowadays, the concentration of land in Andalusia is 10 percentage points higher than it was in the Second Republic. Hence, it is higher nowadays than it was 100 years ago. In Andalusia and in other poor countries, contrarily to other European countries, a land reform that would place land at the service of the people remains to be done. Due to that concentration in the hands of big landowners, there is now 40% of unemployment rates in Andalusia. Big landowners don't provide jobs, since they live from the subsidies of Common Agricultural Policy, that establishes as its main criteria for aid's amounts the extension of land and not its productivity or number of work posts that it creates, with none social responsibility whatsoever regarding the painful economic situation suffered by the Andalus people.

In Andalusia, there are big landowners who are also members of the Spanish nobility, such as the Duchy of Alba or the Duchy of Infantry. The former own large extensions of land since the Middle Ages, which they gathered thanks to the occupation wars against Al-Andalus, in the Middle ages, and to the liberal amortizations of the XIX century, that handled power to the big landowners and to the new landowner bourgeoisie. These noble families still maintain such extents of land, rousing over 40% rates of unemployment in places such as the valley of Guadalquivir, one of the more fertile areas in Europe, where it could be developed a social and ecologically sustainable agriculture, that was also in accordance with the culture and traditions of the people, as it is partly being done, in a traditional manner, with the cultivation of artichoke, beetroot, bell pepper, potatoes, onions, garbanzo, and so many other products. To such tragic scenery in the rural area of Andalusia, we need to add the major international stroke of over 200.000 million dollars, that international pillage of people's sovereignty they call crisis, but that we call theft. A situation that they manage with rescues, but that we know that its goal is to condemn the sovereignty of peoples, to destroy the economic,

pidiendo préstamos con un 0,75 de interés y ellos se lo prestan al estado a un crédito del 7 % de interés, eso es un robo a mano armada.

Nos han robado el derecho a vivir, nos lo han prohibido, nos han prohibido tener un hogar, una vivienda, la naturaleza, un trabajo, una medicina natural, nos han prohibido el sueño de la palabra, el derecho a la Utopía, el derecho a amarnos, en el mas profundo sentido de la palabra, el derecho al amor propio como pueblo, a la dignidad humana ¡Nos han prohibido vivir en un mundo humano! La Utopía no es que sea posible, es que se trata de la única posibilidad.

La única posibilidad para las personas es amarse y soñar un mundo nuevo, una nueva forma de amar, de comportarse, de pensar, de construir ese nuevo mundo más allá del dinero, del capitalismo y del racismo del imperialismo blanco.

Marinaleda es un pequeño pueblo de 3000 habitantes de la Sierra Sur de Sevilla, uno de los territorios mas castigados por el latifundismo y el atraso de las zonas rurales en Andalucía. En Marinaleda en los años 70, cuando se producía la caída del régimen franquista, la reconversión capitalista y la implantación de un régimen burgués con apoyo de los grandes propietarios de la tierra, y del Ejército y la Iglesia, se podía trabajar solamente un mes al año, ya que el resto del año los terratenientes no ofrecían trabajo para obtener más beneficios. Así la población no podía ni asegurarse una alimentación ni unas condiciones de vida básicas. Con la llegada de las primeras elecciones municipales, se forma el Sindicato de Obreros del Campo que recoge a todos los sectores campesinos y jornaleros que luchaban en torno a cuestiones como la Reforma Agraria y el acceso a la tierra y la lucha contra los grandes propietarios. El Sindicato de Obreros del Campo crea una candidatura vecinal, la Candidatura de Unidad de los Trabajadores y logra mayoría absoluta con el apoyo de todos los vecinos de Marinaleda. Mayoría absoluta que ha logrado mantener hasta el día de hoy. Con el poder en manos de los campesinos, los jornaleros sin tierra de Marinaleda en el Ayuntamiento se puso en marcha la Democracia Directa, con la Asamblea del pueblo como máximo órgano popular decisorio de la política vecinal. Todas las decisiones políticas del pueblo pasan por la asamblea, incluidos todos los presupuestos y la política económica. Se estaba instaurando la Democracia Económica. Consiguieron a través de muchas luchas, las de todo tipo, ocupaciones de tierras y del cortijo del Humoso, pero también del Gobierno Civil, de la Consejería de Agricultura, ocupaciones de bancos, de aeropuertos, ocupaciones de todo tipo, consiguieron la negociación por parte del Duque del Infantado con la Junta de Andalucía y la consiguiente cesión al Ayuntamiento de Marinaleda de 1.200 hectáreas para gestión popular de los vecinos

political, social, food and environmental sovereignty of the peoples of the earth. Spanish Banks are asking loans at 0,75 interest and are lending to the State at 7% interest, which is armed robbery.

They stole from us the right to live, they forbade it, they forbade us of having a house, nature, a job, a natural medicine, they forbade us the dream of Word, the right to utopia, the right to love, in the most profound meaning of the Word, the right to self-love as a people, to human dignity. They forbade us to live in a human world! It is not that utopia isn't possible, it's that utopia is the unique possibility.

The only possibility for people to love, to love one another and to dream with a new world, a new way of loving, of behaving, of thinking, of constructing that new world that is beyond money, capitalism and the racism of White imperialism.

Marinaleda is a small town from the South Mountain Range of Sevilla with 3000 inhabitants, one of the most punished territories by the landowner's system and delay in rural areas of Andalusia. At Marinaleda, during the 1970s, when Franco's regime fell, the capitalist conversion and the implementation of a bourgeois regime with the support of big landowners, the army, and the church, it made only possible to work one month a year, since during the rest of the year landowners didn't provide jobs in order to get more benefits. Hence, neither food, neither basic living conditions were secured for the population. With the first municipal elections, the Union of the Rural Workers was formed. The former included all the branches of farmers and workers that fought for land reform, access to land and struggled against landowners. The Rural Workers' Union created a candidacy of neighbours, the candidacy and unit of workers got absolute majority with the support of the neighbours at Marinaleda. It obtained absolute majority and knew how to keep it until now. With the power in the hands of farmers, workers without lands in Marinaleda launched direct democracy in the Municipal Chamber, with the popular assembly as the highest decision-making popular organism for neighbours' policies. All the City's political decisions are subjected to the assembly, including budgets as well as economic policies. Economic democracy was being established. Through many struggles, struggles of all kinds, occupation of Humoso's Farm, but also of the Civil Government, Ministry of Agriculture, banks and airports' occupation, occupations of all sorts succeeded, during the negotiation between the Duke of Infantry and Andalusia Council, in transferring to Marinaleda council 1.200 hectares for the popular management of Marinaleda's population. With the valorization of this land and by producing olive, sweet red pepper, artichoke, beetroot, a food industry was generated. The former enables to provide more jobs and doesn't

de Marinaleda. Con esta tierra, puesta en valor, y produciendo aceituna, pimienta, alcachofa, remolacha, se crea también una industria de la alimentación, que pueda dar más puestos de trabajo y para no caer en las garras de las grandes exportadoras mundiales de alimentos, como Carrefour, que son los que ejercen la tiranía imponiendo precios y arruinando a pequeños productores. Una vez que tuvimos la tierra en manos de quien la trabaja, la industria en manos de quien la trabaja, compramos todo el suelo que había en Marinaleda, el Ayuntamiento lo compró y compro los materiales para hacer las casas, y a todo personas que necesitaba una casa, le daba el suelo y los materiales para que la hiciera y junto a otros vecinos que necesitaban una casa entre todo hacían grupos de viviendas y una vez estaban todas finalizadas, se repartían. Las viviendas en Marinaleda hoy cuestan 15 euros al mes, que es lo que han acordado los vecinos. Esa vivienda es para esa familia, mientras viva, y cuando sus hijos necesiten otra se le facilitara otra, pero estas viviendas son viviendas sociales de modo que no se pueden vender, ni especular con ellas. Hoy en Marinaleda la tierra es del pueblo, de los que la trabajan y la industria también es de los trabajadores, las casas son de las personas que necesitan una casa. En Marinaleda hoy se a descolonizado un sueño. Se puede, no solo soñar un mundo mejor, sino que se debe soñar y construir, un mundo donde la economía y la política estén al servicio de las personas, que la economía funcione para y por las personas. Se ha demostrado que las personas son las que tienen el poder, que el sistema funciona por que nosotros mismos nos lo creemos, que cuando se comienza sueño nuevo, la vieja pesadilla desaparece. El mundo son las personas. Un puñado de personas convencidas de una idea, y que estén dispuestas a todo, tiene una capacidad de transformación infinita. El mundo nuevo es de los pueblos que pierden el miedo a vivir.

Este es el mensaje que queremos transmitir a los pueblos de Europa y del mundo: ¡Que pierdan el miedo a vivir dignamente!

Hoy un fantasma recorre Europa, es el fantasma de la deuda, de la crisis, del rescate. Europa hoy es un territorio devastado por la desgracia, la infelicidad y la pobreza. Los índices de desempleo se disparan, las condiciones laborales son terribles, los sueldos por los suelos, se recorta en educación, los bancos están robando las escuelas, los hospitales, los servicios públicos, las ayuda a la dependencia y a las personas mayores. Europa es hoy un territorio devastado por si misma. Europa tiene una padecimiento, es el capitalismo, que oprime a sus pueblos, que coloniza la soberanía de sus pueblos y les arranca a hasta la última gota de sangre para dársela a los bancos, a las grande corporaciones financieras. Los países tanto europeos como de otras partes del mundo están endeudados por que las grandes corporaciones multinacionales roban las riquezas del país y evaden sus ganancias a paraísos fiscales, especulan con las necesidades básicas de la población,

allow to let itself fall into the claws of big world food exporting companies, such as Carrefour, that are the ones who exercise tyranny by imposing prices and hence ruining small producers.

As soon as we had the land in the hands of those who work it, the industry in the hands of those who work on it, we were able to buy all the land in Marinaleda. The Council bought it and also bought all the materials required to make houses. To all who were in need of habitation it was handled land, as well as the materials for construction, and together with the neighbours, groups were arranged to build the houses. Once this was done, the houses were distributed. Houses in Marinaleda now cost 15 euros a month, which is the amount agreed by the neighbours. That house is for that family, while it's still alive, and when their children come in need of another one, we will give it to them, because these houses are social houses and cannot be sold, nor used for profit. At Marinaleda, the land now belongs to the people, to those who work it, and also the industry belongs to the workers, and houses belong to people who need a house. Nowadays a dream was decolonized at Marinaleda. We can not only dream of a better world, but also dream and build a world where economics and politics are at the service of the people, a world where economics works for and because of the people. It was showed that people have the power, that the system works because we ourselves believe in it, that when a new dream is started, the old nightmare disappears. The world is the people. A handful of people convinced of an idea and willing to do whatever it takes, have an infinite capacity for transformation. The new world belongs to the people who abandon the fear of living.

This is the message that we wish to convey to the people of Europe and of the world: abandon the fear to live with dignity!

Nowadays, a ghost haunts Europe, the ghost of debt, of crisis, of rescue. Europe of today is a territory devastated by misfortune, unhappiness and poverty. Unemployment has jumped, working conditions are terrible, salaries are cut, there are cuts in education, banks are stealing schools, hospitals, public services, and aid to dependent and elderly people. Europe is now a territory devastated by itself. Europe has a sickness, Capitalism, that oppresses its people, colonizes people's sovereignty and takes the last drop of blood to give it to banks, to the major financial groups. Countries, both Europeans and others, are indebted because big multinational companies steel their wealth and evade their profits to fiscal paradises, speculate with the basic needs of the population, such as habitation, food, work, education, health and when their business

vivienda, alimentación, trabajo, educación, sanidad, y cuando sus negocios les sale mal como el caso de las hipotecas basuras, tienen que ser rescatados por los políticos corruptos que pertenecen a la misma trama empresaria y mafiosa, rescatando a los bancos con grandísimas sumas de dinero producido por el trabajo de las personas, de los trabajadores que producen riqueza. Cada día se tiran miles y miles de toneladas de comida en buen estado a la basura, habiendo personas en las mismas ciudades que sufren necesidades, se desahucia a personas que no pueden pagar sus hipotecas por que se han quedado sin trabajo, mientras se compra con dinero público esos mismos bancos.

Hay momento en la Historia donde la rebeldía es imprescindible, por que la sumisión es complicidad con este gran crimen que esta destruyendo la Vida aquí en Andalucía, en Europa y en el Mundo.

Para nosotros, esta gran estafa que es la crisis, esta mostrando las grandes debilidades de este sistema cruel, violento, injusto y terrorista que es el sistema capitalista. El origen de esta situación no es una crisis por el exceso de gasto, es una estafa por el exceso de robo.

Nosotros creemos que Europa hoy tiene un desafío. Es el desafío de crear las condiciones políticas para crear una alternativa democrática desde los países del sur. Uno de los aspectos más importantes para nosotros en este sentido, es crear las condiciones para establecer un sistema político y económico que esté fuera del capitalismo, fuera del imperialismo, un sistema anti-colonial, un sistema anti-capitalista y desde abajo. Hay que crear las condiciones para una nueva Filosofía, un nuevo modo de pensar la política y la economía al servicio del pueblo. Para nosotros es de vital importancia aprender de las experiencias de nuestra lucha para construir nuestro mundo. Para nosotros es muy importante lo que hemos aprendido en nuestras luchas, en mas de 40 años de lucha desde la no-violencia activa, donde hemos destapado las grandes mentiras de este sistema violento y terrorista que es el Imperialismo económico, político, cultural genocida de los derechos y la memoria de los pueblos.

Pensar desde, y en el Sur, resulta ser hoy la única posibilidad frente a un norte capitalista, racista e imperialista. Hace falta un pensar desde abajo desde la tierra, o desde las luchas por la tierra en Andalucía. El Sur no es tan solo una posición geográfica dentro de un mapa, sino una serie de condiciones devvida que nosotros los andaluces y andaluzas del SAT compartimos con muchos pueblos campesinos e indígenas del mundo, condiciones que estructuralmente nos sitúan por debajo de la elite política y burguesa que se asienta sobre

goes wrong, like in the case of toxic products, they need to be saved by corrupt politicians who belong to the same mobster business group, rescuing banks with high amounts of money that were produced by the work of the people, of the workers who produce wealth. Every day we throw thousands and thousands of good food to the garbage, when there are people in the same cities that suffer from great needs, unsheltered people who couldn't afford their mortgages to the banks for having become out of employment, while that same mortgages are bought with public money from those same banks.

There are times in History in which rebellion is vital because submission connives with this major crime that is destructing Andaluzia, Europe and the World.

For us, this phantom that is the crisis is revealing the weakness of this cruel, violent, unfair and terrorist system which is the capitalist system. The origin of this situation is not a crisis due to excessive expenses, but is instead a crisis due to excessive thefts.

We believe that Europe is now facing a challenge. It is the challenge of creating specific conditions to create a democratic alternative from the countries of the south. In this sense, one of the most important issues for us is creating conditions to establish an economic and political system that is outside capitalism, outside imperialism, an anti-colonial system, an anti-capitalist system from below. It's necessary to create the conditions for a new philosophy, a new way of thinking politics and economics at the service of the people. For us, it is crucial to learn from the experiences of our struggles in order to build such world. For us, it is very important what we've learned in our struggles, in more than 40 years of active non-violent struggle, from which we've unveiled the great lies of this violent and terrorist system that is economic and political Imperialism and cultural genocide of rights ad memory of the people.

To think from and in the South is the only possibility when faced with a capitalist, racist and imperialist North. A thinking that is developed from the land or from the struggles for the land in Andaluzia is needed. The South isn't just a geographical position within a map, but a set of living conditions that we, from Andaluzia and SAT, share with many working, peasant and indigenous people throughout the world. These conditions structurally position us beneath the political and bourgeoisie elite which, in turn sit on the mattress

su colchón de capital, hoy díaglobalizado, y sostenido por numerosos pueblos que no están dormidos, sino que construyen un sueño a cada paso.

El debate que se debe dar para construir y fraguar un verdadero pensamiento andaluz descolonial y emancipador, debe darse en el debate que se da en torno a conceptos como la lucha anti-imperialista, el anti-capitalismo global, el nacionalismo e internacionalismo, el socialismo, el movimiento campesino y movimiento obrero, el izquierdismo y/o el alter-mundismo. Una de las primeras problemáticas que encontramos en todas estas conceptualizaciones, podríamos decir que es el lastre que arrastran tras haber sido protagonistas de diferentes experiencias históricas durante todo el siglo XIX y XX. Por tanto debemos por un lado recomponer toda la tradición histórica de proyectos políticos que asumimos, como la izquierda política radical, el obrerismo, el movimiento campesino, pero renovando las ideas y los conceptos adaptándolos a la realidad actual para así estructurar una ideología capaz de asumir los retos de una nueva coyuntura en el mundo y en Andalucía. Una crítica radical hoy al sistema es tener la capacidad de imaginar nuevas posibilidades que pueden llegar a ser reales si las perseguimos con todas nuestras fuerzas, desde las particularidades de cada pueblo cada cultura, cada territorio.

Vivimos una severa falta de democracia en los países occidentales. Esta crisis ha demostrado que la democracia burguesa es una dictadura de los mercados y los poderes financieros. 9 millones de españoles de 40 millones, no es mayoría absoluta. Es una atrofia y una farsa, un teatro para que el pueblo calle y trague y los poderes económicos puedan continuar con su maquina destructiva.

Para nosotros es muy importante analizar y desentrañar las lógicas del pensamiento moderno eurocéntrico-capitalista y neoliberal que a penetrado y derribado las certezas de un pensamiento autóctono, un pensamiento andaluz y un sentir andaluz que emana de la tierra, del Valle del Guadalquivir, de sierra Morena, de la Alpujarra, de las fértiles tierras de la Bética.

Descolonizar el pensamiento supone para nosotros redefinir los conceptos que articulan nuestro modo de entender, sentir y enfrentarnos a la vida. Quizás el derecho a la propiedad sea el derecho poseer, el derecho a la tierra, a una vivienda digna, el derecho a una alimentación, el derecho al trabajo. La tierra, como dice Diego Cañamero, es un don de la naturaleza y como el viento, el cielo o el agua, nadie tendría que tener

of capital, in globalized times, and are sustained by many people who aren't asleep but that build a dream in each step they take.

The debate that should be held in order to build a true decolonial, emancipatory Andaluz thinking, must take place within the debate on concepts such as anti-imperialist struggle, global anti-capitalism, nationalism and internationalism, socialism, movement of peasants and workers, leftism and/or alter-world. One of the first questions that we find in all these conceptualizations is the remains they convey for having been protagonists of different historical experiences during all XIX and XX centuries. As such, and by the one hand, we should rebuild all the historical tradition of political projects that we've had, such as the radical left, the worker's movement, the peasant's movement, but by refashioning ideas and concepts in order to adjust them to present reality and to structure an ideology that is able to bear the challenges of a new world and to have the capacity to imagine new possibilities that might become real ones if we chase it with all our strengths, from the particularities of each people, each culture, each territory.

We are living a severe lack of democracy in Western countries. This crisis demonstrated that bourgeois' democracy is a dictatorship of the market and financial powers. 9 Million Spanish in 40 million is not absolute majority. It is a farce, a theatre aimed at silencing the people and make them swallow, and at enabling economic powers to endure their destructive machine.

For us, it is very important to analyse and canvass the logic of modern Eurocentric capitalist and neoliberal thinking that penetrated into and threw down the certainties of autochthone thinking, an Andaluz thinking and an Andaluz feeling that emanates from the earth, from the Valley of Guadalquivir, from Serra Morena, from Aljuparra, from the fertile lands of Bética.

For us, to decolonize presupposes redefining the concepts that articulate our way of understanding, felling and facing life. Perhaps property rights is the right to own, the right to land, to dignified habitation, the right to food, the right to work. Land, like Diego Canamero says, is a gift from nature, like the wind, heaven or water, and nobody should have the right to decide on it. Nobody should have the right to deprive anybody

derecho a decidir sobre ellas. Nadie tendría que tener el derecho a privar de agua, ni de tierra a nadie, frente aun derecho feudal que protege a la casta colonial, a la casta militar invasora castellana, los pueblos se erigen en la defensa de sus tierras, y de agua para regar las tierras, un derecho que emana desde abajo, el derecho a decidir sobre sus alimentos, una soberanía alimentaria como base de una soberanía económica y política.

Tendremos que construir alianzas más amplias, alianzas internacionales como hace la burguesía internacional que se une con todas las burguesías del planeta para dominar esta lucha de clases. Nosotros desde los pueblos de Andalucía estamos dispuestos a construir una Europa de los pueblos desde los pueblos, por los pueblos, con las personas, por una economía al servicio de las personas y una democracia económica y desde abajo.

Una Europa de la dignidad frente a una Europa de la vergüenza. Una Europa que construya Democracia y Dignidad Humana, frente a la tiranía de la Europa de los poderosos y de la dictadura del dinero. Construir una Europa descolonial, es construir el pensamiento que nos permita crear un nuevo lenguaje común desde el que apropiarnos del conflicto en curso. La tierra, el agua, el cielo, las casas, los alimentos y las riquezas son del pueblo, esta es la soberanía de nuestro pueblo, es el sueño de una Europa diferente, donde la economía esté al servicio de las personas, donde la solidaridad articule los nuevos principios de una economía política desde y para los pueblos mas allá de la lógica capitalista del mercado único global de las tiranías financieras.

Nosotros ya soñamos y construimos una Europa de personas, de los pueblos. Pero os necesitamos a todos vosotros europeos, recordad que solo los pueblos que sueñan verán un día sus sueños hechos realidad. Soñemos una Europa diferente. Soñar la Utopía es tenerla en nuestras manos.

from water or land. Even against the feudal law that protects the colonial caste, the military invader Spanish caste, people raise in defence of their land and water, to irrigate the land, a right that comes from below, the right to decide on food, a food sovereignty as basis of an economic and political sovereignty.

We must build broader alliances, international alliances as the international bourgeoisie does by making alliances with the worldwide bourgeoisie in order to dominate the class struggle. We, from Andalusia's villages are willing to build a Europe of the people, from the people, for the people and with the people, towards an economics at the service of people and an economic democracy from below.

A Europe of dignity against a Europe of shame. A Europe that builds democracy and human dignity, against the tyranny of the powerful and the dictatorship of money. To build a decolonial Europe is to build a thinking that allows us to create a common language based in what we've learned from this ongoing conflict. Land, water, heaven, houses, food and wealth belong to the people, that is the sovereignty of our people, it's the dream of a different Europe, where economics is at the service of people, where solidarity is articulated with the new principles of political economics from the people and targeted at the people, and that move beyond the capitalist logic of global common market and financial tyrannies.

We already dreamt and created a Europe of the people. But we need all the Europeans. Remember that only people who dream see their dreams come true. Let us dream with a different Europe. To dream utopia is to place it in our hands.



Call to join the colonized communities in solidarity and break coloniality!

A letter to Europe,

addressing you in order to enable the possibility for Europe and Europeans¹ to learn from us, those whom Europe has always declared and perceived as inferior is for us an ambivalent undertaking that first of all presupposes a clear stance towards the nature of what we herewith intend.

This is due to an inherent logic resulting of the colonial relationship that colonial subjects have with Europe – a relationship that is marked by the non-reciprocity and non-perception of our humanity.

How can one be heard when one is not perceived as fully human, how can one address the oppressors when they are unable to even perceive the oppressed?

How can one break this vicious cycle?

Let us begin by briefly explaining why we are convinced that the co-ordinates of perception and recognition have to be turned upside down when applied to the relationship of the colonizer and the colonized and why we want to make clear that this letter is only addressed to Europe and Europeans as a matter of inviting them to join humanity and not as a matter of asking for something or seeking their recognition.

We want to make understood that this call is not directed towards gaining recognition from you, just as our struggles aren't. Contrary to the eurocentric approaches and interpretations that reduce our claims and struggles to exactly that. We are very much aware that the project of struggling for recognition from the colonizer implies its own impossibility and failure.

Chamada para se juntarem em solidariedade com comunidades colonizadas e para romper com a colonialidade!

Uma carta à Europa,

dirigir-nos a vós, por forma a permitir a possibilidade de a Europa e os europeus¹ aprenderem connosco, aqueles que a Europa sempre declarou e entendeu como inferiores, é para nós uma tarefa ambivalente que, antes que tudo, pressupõe uma postura clara em relação ao que pretendemos com isto.

Tal deve-se a uma lógica inerente, resultante da relação colonial que os sujeitos coloniais têm com a Europa – uma relação marcada pela não-reciprocidade e pela não-perceção da nossa humanidade.

Como pode alguém ser ouvido se não for visto como inteiramente humano, como pode alguém dirigir-se ao opressores quando estes são incapazes de se darem conta dos oprimidos?

Como pode alguém quebrar este ciclo vicioso?

Começemos por explicar de forma resumida a razão de estarmos convencidos que as coordenadas da perceção e reconhecimento têm de ser viradas do avesso quando aplicadas ao relacionamento do colonizador e do colonizado, e do porquê queremos deixar claro ser esta carta apenas dirigida à Europa e aos europeus como forma de os convidar a juntarem-se à humanidade e não como forma de lhes pedir algo ou buscar o seu reconhecimento.

Queremos deixar claro que esta chamada não tem o propósito de obter o vosso reconhecimento, tal como não o têm as nossas lutas, contrariamente às abordagens e interpretações eurocêtricas que reduzem as nossas pretensões e lutas exatamente a isso. Estamos bem conscientes que o projeto de luta pelo reconhecimento por parte do colonizador implica a sua própria impossibilidade e falhanço.

Fanon has respectively demonstrated in what way we have to re-think the nature of our relationship – the relationship between the colonized and the colonizer.

By referring to one of the most respected philosophers of Eurocentric thought and at the same time one of the ideological haters that has epistemically denied colonized subjects their humanity by pushing them into the zone of historic non-existence and non-existent history, namely G.W.F. Hegel, Fanon has elaborated that the framework of the struggle for recognition changes its whole framework when applied to the colonial situation.

Hegel and his exegetes universalized the prominent “life-and-death struggle” and declared that the dialectic of recognition lies at the heart of social relations and furthermore lines out the intersubjective pre-condition of the realization of human freedom. Fanon’s emphasis on the Hegelian struggle-to-death, born out of the appearance and essence of colonialism and its manichean structure re-maps or re-creates the Hegelian dialectic by transposing its co-ordinates into the colonial setting and introducing the category of race into the Hegelian framework. He demonstrates that the struggle for recognition is based on a primary struggle as the colonial subject does not function as a genuine other within the dialectic of the master/slave relationship. Fanon points out that a form of basal equality between the two self-consciousnesses which are seeking recognition from one another is already given in the Hegelian scenario. Therefore Fanon sharply intervenes in Hegel’s “life-and-death struggle” and claims that it is based on unmentioned pre-conditions that enable the “absolute reciprocity” of the two self-consciousnesses. The absence of these pre-conditions is what avoids the struggle for recognition of the two protagonists in the colonial scenario. The primary reference to the other through which the other is perceived as the other, i.e. as a potential opponent who resists the self-negation of the first self-consciousness, is missing here. In other words, the Hegelian struggle for recognition is based on a previous struggle in which the opponents primarily constitute themselves as opponents because they perceive themselves as dependent on each other. This means that one has to perceive the other human’s visibility in order to develop the desire for recognition of this other. Furthermore this primary lack of perception hinders the representation of one’s self-consciousness, i.e. the making visible of one’s self-consciousness. This lack of perception is due to the denial, or rather the rejection, of an antecedent visibility based on the colonial system of racist belief and its underlying practices. This is not to say that the dominant group does not see the colonial subjects (in the sense of a physical non-existence). This form of invisibility, respectively

Fanon demonstrou respetivamente de que forma temos de repensar a natureza do nosso relacionamento – do relacionamento ente colonizado e colonizador.

Referindo-se a um dos filósofos mais respeitados do pensamento eurocêntrico, e ao mesmo tempo um dos odientos ideológicos que sistematicamente negou aos sujeitos coloniais a sua humanidade, relegando-os para a zona de não-existência histórica e de história não-existente, nomeadamente G. W. F. Hegel, Fanon defendeu que a matriz da luta pelo reconhecimento se altera em toda a sua estrutura quando aplicada à situação colonial.

Enquanto Hegel e os seus exegetas universalizaram a proeminente “luta de vida ou de morte” e declararam que a dialética do reconhecimento está na base das relações sociais e, para além disso, traça a pré-condição intersubjetiva da realização da liberdade humana; a ênfase de Fanon na luta até à morte hegeliana, nascida da aparência e da essência do colonialismo e da sua estrutura maniqueísta, mapeia de novo, ou recria, a dialética hegeliana através da transposição das suas coordenadas para o quadro colonial, introduzindo a categoria de raça no esquema hegeliano. Ele demonstra que a luta pelo reconhecimento baseia-se numa luta primária, uma vez que o sujeito colonial não funciona como um “outro” genuíno dentro da dialética da relação senhor/escravo.

Fanon assinala que uma forma de igualdade basilar entre as duas consciências de si que buscam o reconhecimento entre si é já um dado do cenário hegeliano. Como tal, Fanon intervém de forma perspicaz na “luta de vida ou de morte” hegeliana e advoga que esta se baseia em pré-condições não mencionadas que possibilitam a “reciprocidade absoluta” das duas consciências de si. A ausência destas pré-condições é o que inibe a luta pelo reconhecimento dos dois protagonistas no cenário colonial. Falta aqui a referência primária ao outro, através da qual o outro é percebido como outro, i.e., como um potencial oponente que resiste à auto-negação da primeira consciência de si. Por outras palavras, a estrutura hegeliana para o reconhecimento baseia-se numa luta prévia na qual os oponentes constituem-se primariamente como oponentes porque se apercebem de si próprios como dependentes um do outro. Isto significa que cada um tem de se aperceber da visibilidade humana do outro por forma a desenvolver o desejo pelo reconhecimento deste outro. Para mais, esta falta de perceção primária impede a representação da autoconsciência de cada um, i.e., o tornar visível de autoconsciência de cada um.

Esta falta de perceção fica a dever-se à negação, ou melhor, à rejeição, de uma visibilidade antecedente

explored by Ralph Ellison for example is rather a social one that is due to a deformation of the human perception from which all forms of recognition result.

Hence it is this form of social invisibility based on coloniality via the centrality of race that divides the human world into two zones, namely the zone-of-being and the zone-of-non-being. It forces the collectives forced into the zone-of-non-being to rely on other varieties of relations towards the group of the colonizers. This means that colonized groups are neither fighting for recognition nor can the politics of recognition break the system of coloniality and white power.

Following this highly important insight on the relationship of the colonizer and the colonized provides an answer to the the often raised question of why we in our struggle for justice, self-determination and full control of our resources first and foremost focus on the radical and political organization of colonized people.

In Europe, this struggle is crucial. Not only do we find ourselves located at the historical and ideological crime scene, moreover Europe still plays a fundamental role in upholding the colonial order locally and at a world scale.

Additionally we see a spontaneous resistance of colonized collectivities throughout Europe, the rebellions in France in 2005 and in London in 2011 are just recent examples. The nationwide protest of refugees and asylum seekers, attacked by colonial immigration laws such as the *Residenzpflicht* (the residential obligation), that is currently taking place in Germany is another example.

But still our movement lacks strong and autonomous organization in certain aspects. Still too many colonized subjects get caught up in what can be called the “epistemic straitjacket of the colonial trope”.

In addition the question of how to deal with white people in our struggle is important, as the political field is structured around the class divide (a reality that is for example obvious when looking at the demands of a white occupy movement in Europe that fails to link their struggle to the decolonial struggle and rather focuses on the withering away of certain privileges white people have due to the current financial, political and social crisis within the European Union) and does not include the colonial reality and situation. If the

baseada no sistema colonial de crença racista, e nas suas práticas subjacentes. Isto não equivale a dizer-se que o grupo dominante não vê os sujeitos coloniais (no sentido de uma não-existência física). Esta forma de invisibilidade, respetivamente explorada por Ralph Ellison, por exemplo, é ao invés social, devida a uma deformação da perceção humana, da qual todas as formas de reconhecimento resultam. Assim, é esta forma de invisibilidade social, baseada na colonialidade, através da centralidade da raça, que divide o mundo humano em duas zonas, nomeadamente a zona-do-ser, e a zona-de-não-ser. Ela força os colectivos empurrados para a zona-do-não-ser a se apoiarem em outras formas de relacionamento face ao grupo de colonizadores. Isto significa que grupos colonizados não estão nem a lutar pelo reconhecimento nem pode a política de reconhecimento romper o sistema de colonialidade e poder branco.

Seguir esta importante visão sobre a relação do colonizador e do colonizado providencia uma resposta à questão frequentemente levantada do porquê nós, na nossa luta pela justiça, autodeterminação e controlo total dos nossos recursos, nos focarmos, primeiro e acima de tudo, na organização radical e política dos povos colonizados.

Na Europa esta luta é crucial. Não apenas damos por nós localizados aí na cena do crime histórica e ideológica, como a própria Europa joga um papel fundamental na manutenção a uma escala local, e mundial, da ordem colonial.

Para além disso, assistimos a uma resistência espontânea de coletividades colonizadas por toda a Europa; as rebeliões em França em 2005 e em Londres em 2011 são apenas exemplos recentes. O protesto à escala nacional de refugiados e gente em busca de asilo, atacados por leis de imigração coloniais tais como a *Residenzpflicht* (obrigação residencial), atualmente em voga na Alemanha, é outro exemplo.

Ainda assim, o nosso movimento carece, em certos aspetos, de uma organização forte e autónoma.. Ainda muitos sujeitos coloniais ficaram apanhados no colete-de-forças que podemos chamar “o colete-de-forças epistémico do tropo colonial”.

Por outro lado, a questão de como se lidar com os brancos na nossa luta é importante, porque o campo político está estruturado à volta da divisão de classe (uma realidade que é particularmente óbvia nas solicitações de um movimento de ocupas branco na Europa que falha em ligar a sua luta com a luta descolonial, preocupando-se apenas com o desvanecer de certos privilégios da população branca devido à corrente crise

struggle is an anti-racist one, it generally remains caught up in a colonial logic by perpetuating paternalism, epistemic racism and white superiority because of the constant colonial desire to set the terms of the struggle whereby undermining the colonized communities. It seems like an impasse, blocked by either white leftists who are ideologically bound to the colonial narrative of the class struggle in which colonialism is just remarked as a footnote or by cultural imperialists who are deeply engaged in exoticization and that think they can “help” the other thereby perpetuating the colonial nostalgia.

Hence, what can white people do? Or rather what can we tell them to do?

How can they engage in the struggle?

Here we aim at addressing Europe and those Europeans who are progressive and recognize their responsibility to join the decolonial struggle because they have understood that standing in loyalty with white power means siding with barbarism against the majority of people of the world. We are aware of the fact that this is not an easy task, but believe that the awareness of the already mentioned crisis within the European Union forms an opportunity for white people to stand in solidarity with colonized peoples and engage in the decolonial struggle.

This requires decolonization on certain ideological and political levels, which we want to briefly outline here.

1. The decolonization of the mind

White people have to resist the ideology of white power, the ideology of the European modern/colonial/capitalist/patriarchal world system (Grosfoguel 2002) and its universalism understood as hegemonic fundamentalism. This includes a pluriversal critical discourse of thought, which focuses on critical thinkers from the global South.

Although this is useful and necessary for a decolonization of thought this alone does not lead to the decolonization of the political struggle.

Courses, workshops and lectures on anti-racism and white awareness might help white people to become aware of their complicity with white power, but they do not forcefully change the conditions of colonized people, no matter where they are located in the (heterogenous) zone of non-being.

financeira, política e social dentro da União Europeia), e não inclui a situação e realidade coloniais. Mesmo se anti-racista, a luta permanece presa a uma lógica colonial através da perpetuação do paternalismo, o racismo epistémico e a superioridade branca, em função do constante desejo colonial de definir os termos da luta e de, com isso, minar as comunidades colonizadas. Parece ser um impasse, bloqueado quer por esquerdistas brancos, ideologicamente ligados à narrativa colonial de lutas de classe, na qual o colonialismo é referenciado como mera nota de rodapé, quer por imperialistas culturais profundamente envolvidos na exoticização que pensam poder “ajudar” o outro e assim perpetuam a nostalgia colonial.

Assim sendo, o que podem os brancos fazer? Ou melhor, o que lhes podemos dizer que façam?

Como poderão participar da luta?

Aqui pretendemos dirigir-nos à Europa e àqueles europeus que são progressistas e que reconhecem a sua responsabilidade de se juntarem à luta pela descolonialidade, porque compreenderam que permanecer leal ao poder branco significa tomar partido com a barbárie contra a maioria das pessoas no mundo. Estamos conscientes do facto de que isto não é tarefa fácil, mas acreditamos que a consciência da já mencionada crise dentro da União Europeia constitui uma oportunidade para que a população branca demonstre solidariedade com os povos colonizados e se envolva na luta descolonial.

Isto requer uma descolonização em certos níveis ideológicos e políticos, que queremos de forma breve aqui delinear.

1. A descolonização da mente

Brancosa população branca tem de resistir à ideologia do poder branco, à ideologia do sistema mundial moderno/colonial/capitalista/patriarcal europeu (Grosfoguel 2002) e ao seu universalismo, compreendido como fundamentalismo hegemónico. Isto inclui um discurso crítico plural do pensamento, que se foque em pensadores críticos do Sul global.

Apesar de isto ser útil e necessário para uma descolonização do pensamento, só por si não conduz à descolonização da luta política.

Cursos, oficinas e palestras sobre o antirracismo e a consciência dos brancos podem ajudá-los a despertarem para a sua cumplicidade com o poder branco, mas não alteram necessariamente as condições dos povos colonizados, independentemente de onde estejam localizados na zona (heterogénea) do não-ser.

The whitening away of racist vocabulary does not imply the withering away of colonial conditions. You becoming aware of your privileges does not represent the pre-condition of writing wrongs per se.

2. The decolonization of the political struggle

Furthermore this is about the process of developing a critical practice of political struggle that not only reflects your position in the matrix of colonial domination but moreover enables political struggle.

This means that white people need to organize themselves in white communities, to intervene in white leftist circles, unions, organizations and parties etc. and take the decolonial struggle into these spaces on local as well as transnational levels, so that we can focus on doing the work in our communities.

This division of labour in decolonial struggles is not only strategic and tactical but furthermore enables us to come together in a deeper and broader sense afterwards.

But don't get us wrong: this does not mean that we are then in the same boat within this struggle. We are not, which is why autonomous spaces for colonized collectivities have to be respected and maintained.

This will remain a difficult task, as the "the question of white solidarity", the question of how white people can join this struggle has always been critical. It will remain a very risky task as processes of Europeans re-centering themselves and re-appropriating decolonial spaces and struggles are more than common.

Here one should understand how the decolonization of the political struggle is linked to the decolonization of the mind – if this is accepted as an ongoing process the complexity of this task becomes obvious as decolonization is a part of changing ways of knowing, thinking, acting, understanding and moreover struggling.

In the light of a growing (academic) trend towards white awareness and discussions on white privilege it is crucial to understand that a decolonial struggle neither begins nor ends with white people in Europe, but the masses of colonized people around the world. White people can take a stance in solidarity and join this struggle by not only recognizing but ending their historical opportunism with white power and colonialism.

A true decolonization of the mind must involve a decolonization of the struggle and vice versa.

Moreover and most importantly these two crucial and interlinked processes of decolonization must be

O desvanecimento do vocabulário racista não implica o desvanecimento das condições coloniais.

Vocês tornarem-se conscientes dos vossos privilégios não constitui pré-condição para corrigir os erros por si mesmos.

2. A descolonização da luta política

Para mais, trata-se aqui de um processo de desenvolvimento de uma prática crítica de luta política que não apenas reflete a posição de cada um na matriz de dominação colonial mas que também potencia a luta política.

Isto significa que a população branca tem de se organizar em comunidades brancas, para intervirem em círculos brancos de esquerda, sindicatos, organizações e partidos, etc., e levar a luta descolonial a esses espaços, a níveis locais e transnacionais, para que nos possamos focar em fazer o trabalho nas nossas comunidades.

Esta divisão do trabalho nas lutas descoloniais não é apenas estratégica e tática mas, para além disso, permite juntarmo-nos num sentido mais profundo e vasto depois.

Mas não nos interpretem mal: isto não significa que estejamos assim no mesmo barco no âmbito desta luta. Não estamos, e por isso espaços autónomos para coletividades colonizadas têm de ser respeitados e mantidos.

Isto permanecerá uma tarefa difícil, uma vez que a "questão da solidariedade branca", a questão de como os brancos se podem juntar a esta luta, sempre foi crítica. Continuará a ser uma tarefa muito arriscada, uma vez que os processos de os europeus se recentrarem e se reapropriarem dos espaços e lutas descoloniais são mais que comuns.

Aqui, deveríamos compreender como a descolonização da luta política está ligada à descolonização da mente – se isto for aceite como um processo em curso a complexidade desta tarefa torna-se óbvia, uma vez que a descolonização faz parte de uma alteração dos modos de saber, pensar, agir, compreender e, mais do que tudo, de lutar. À luz de uma tendência (académica) crescente com vista a uma consciencialização dos brancos e discussões sobre os privilégios dos brancos, é crucial compreender-se que uma luta descolonial não começa nem termina com os brancos na Europa, mas com as massas de povos colonizados pelo mundo inteiro. A população branca pode tomar uma posição de solidariedade e juntar-se a esta luta não só reconhecendo mas pondo também um fim ao seu oportunismo histórico relativamente ao poder branco e ao colonialismo.

Uma verdadeira descolonização da mente tem de envolver a descolonização da luta, e vice-versa. Para além disso, e mais importante ainda, estes dois processos interligados e cruciais de descolonização têm de estar

embedded in a continuous and organized decolonial struggle in order to overthrow colonial domination.

Joanna James and Vanessa Thompson

Notes:

1. When referring to Europeans in this letter, we are addressing white Europeans, that is to say Europeans who are positioned in the Fanonian zone of being.

integrados numa luta descolonial contínua e organizada, por forma a derrubar a dominação colonial.

Joanna James e Vanessa Thompson

Notas:

1. Quando, nesta carta, nos referimos aos Europeus, dirigimo-nos aos Europeus brancos, isto é, os Europeus que se encontram na zona Fanoniana do ser.



Carta a los europeos para mirar hacia delante con coraje y hacia atrás sin nostalgia

Queridos ciudadanos y ciudadanas:

Queridos vecinos que vivís con nosotros y, sin embargo, no os dejamos ser ciudadanos:

No hace mucho tiempo, en las televisiones de España un anuncio en televisión invitaba a cualquier persona a veranear en el Caribe. Curro, un trabajador como cualquier otro, era el que hacía ver que ese sueño, sólo posible en otros momentos de la historia para aristócratas y banqueros, ahora estaba al alcance de los bolsillos de las clases medias y los sectores populares.

La transición española fue un pacto con las élites europeas. El pueblo tuvo fuerza para impedir que la dictadura continuara pero no tuvo la suficiente como para construir una democracia de alta densidad. Se salía de la dictadura y se construía un régimen político que no cuestionaba la propiedad privada acumulada durante la noche franquista ni pedía justicia por el golpe de 1936 y los 40 años sin democracia. Desde Europa llegaron a España grandes capitales en forma de préstamos para inversiones en infraestructuras y vivienda, a cambio de que el país se desindustrializara. Además, durante decenios, los españoles pusieron sus ahorros en vivienda en propiedad como forma de previsión futura (el franquismo fue una dictadura de clase que nunca construyó nada que se pareciera a un mínimo estado social, además de que los alquileres siempre fueron muy altos). Sabemos también que los últimos veinte años han sido dos décadas donde los trabajadores cada vez han ganado menos dinero, mientras que las rentas del capital han ido subiendo y subiendo. ¿Y qué hacían los que se quedaban con toda esa riqueza? No invertían en industrias. ¿Para qué, si

Letter to Europeans to look forward with courage and to look back without nostalgia

Dear citizens:

Dear neighbours who live with us and, nevertheless, we don't allow to be citizens:

Not long ago, tv commercials in Spain invited anybody to spend the summer in the Caribbean. Curro, a common worker, was the one who showed that such dream, which in another times was only accessible to aristocrats and bankers, was now at the reach of the pockets of the middle class and popular sectors.

The Spanish transition was a pact with the European elites. The people had the strength to prevent the dictatorship to continue but did not had enough strength to build a high density democracy. We came out of the dictatorship building a political system that did not question private property accumulated during the 'franquista' night nor asked for justice regarding the 1936 coup and 40 years without democracy. Great quantities of capital came from Europe to Spain in the form of loans for investment in frastructure and housing, in exchange for the country's deindustrialization. Moreover, for decades, the Spanish have put their savings into home ownership as a means of providence (the Franco classist dictatorship never built anything resembling a welfare state, and furthermore house leases werevery high) . We also know that the last twenty years have been two decades durinh which workers increasingly have earned less money, while capital income became higher and higher. What did those who kept all that wealth? They did not invest in industries. What for, if there were no people to buy these goods? These huge amounts of money went to

no había gente para comprar esos bienes? Esas cantidades ingentes de dinero iban al capital financiero y a la especulación. Tiempos de burbujas, de mafias, de billetes de 500 euros circulando en busca de convertirse en más billetes de 500 euros.

Lo que unos pierden, lo ganan otros

El dinero que los sectores más ricos de Europa arrebataban a los trabajadores, regresaba a estos en forma de inversiones especulativas y en préstamos. Con una mano bajaban los sueldos, con la otra te encadenaban endeudándote. El dulce que despertó la codicia era el aumento del precio de la vivienda. Tanto que la gente tampoco se detuvo mucho a mirar las cláusulas de las hipotecas. Todo era sencillo. Los agentes inmobiliarios iban a las casas de las clases medias y populares a ofrecerles préstamos. En verdad, de nada servía que la vivienda donde la gente residía subiera de precio, pues en algún lugar tenías que vivir. Pero esa especulación generó la ilusión de que todo iba viento en popa. El banco te prestaba dinero en virtud del nuevo precio de tu vivienda. Para terminar de completar la restauración de la tasa de ganancia, África, Asia y América Latina estuvieron financiando la posibilidad de sentirnos todos nuevos ricos. Vacaciones varias veces al año, coches nuevos, carreteras, terrazas de copas y, por vez primera, las grandes figuras de la música haciendo escala en España. Es verdad que el medio ambiente estaba igualmente financiando ese consumo desenfrenado, pero, salvo los ecologistas, nadie parecía o quería oír el "grito de la tierra". Por último, tampoco queríamos escuchar el grito de las generaciones futuras, a quienes les estábamos traspasando los problemas a través del déficit público. A fin de cuentas, decían los economistas oficiales, los que no tienen obligaciones tampoco tienen derechos. ¿Y qué obligaciones tienen los que ni siquiera han nacido?

Pero las fases especulativas del sistema necesitan finalmente sincerarse. Como dice el dicho popular, todo lo que sube, baja. Y como un perro que se sacude las pulgas, el capitalismo se estremece y expulsa todo lo que es económicamente innecesario. Y de pronto, España tiene el 27% de paro, seis millones doscientos mil desempleados, más de dos millones de hogares sin ningún ingreso, reducción del acceso a la sanidad pública –que a la privada ya estaba antes el acceso negado-, reducción del acceso a la educación pública –igual que con la sanidad...-, endurecimiento de las condiciones laborales y de jubilación, subida de los impuestos a las clases medias y populares, bajada del sueldo a los trabajadores públicos, endurecimiento de las condiciones de jubilación, uno de cada dos jóvenes en el paro, subida de las tasas universitarias, subida

financial capital and speculation. Those were the times of investment bubbles, of mafias, of 500 euro circulating in search of becoming more 500 euro.

What some lose, others gain

The money that the wealthiest sectors in Europe snatched from workers, returned to the former in the form of speculative investments and loans. With one hand they lowered wages, with the other hand they chained you to indebtedness. The candy that woke up greed was the housing prices. So much that few people spent time looking at the mortgage clauses. Everything was simple and straightforward. The real estate agents went to middle and lower class homes offering loans. In truth, it didn't matter that the price of the house in which we lived might go up, since we would still have to live somewhere. But that speculation generated the illusion that everything was going well and getting better. The bank would loan you money in respect to the new price of your house. To make the restoration of the development of greed complete, Africa, Asia and Latin America were financing the possibility for us all to feel nouveaux riches. Going on holidays several times a year, new cars, roads, pub terraces and, for the first time, the biggest musicians stopping by to perform in Spain. Truth be told, the environment was also financing this shopping spree, but, except for ecologists, no one seemed to be or wanted to be listening to the "scream of the earth". Lastly, we also did not want to hear the cry of future generations, to whom we were transferring problems through public deficit. After all, said the official economists, those without obligations should not have rights. And what obligations have those that are not even born?

However the system's speculative phases need finally to confide. As the popular saying goes, everything that goes up, must come down. And like a dog trying to shake off its fleas, capitalism trembles and expels everything it deems economically unnecessary. And thus, Spain has an unemployment rate of 27%, six million and two hundred thousand people out of a job, more than two million households with no income, reduced access to public health - private health had already denied access - reduced access to public education - same as in the health sector ... - lower working conditions and pensions, higher taxes for lower and middle classes, lower salaries for civil service workeres, one out of two youngsters is unemployed, rising

de las tasas judiciales...

Estos ajustes clásicos, ahora en suelo europeo, han tenido un resultado novedoso: para el capitalismo en crisis, todos los seres humanos son iguales. De manera que, de pronto, todos los que estábamos viviendo y trabajando en España nos vimos maltratados por igual. El juez que firmaba un desahucio no preguntaba si la familia desahuciada era de Ecuador, Rumanía o Madrid. El empresario que despedía no organizaba a los trabajadores por nacionalidades sino por salarios (aunque en algún tiempo esas dos categorías funcionaran). La prostitución, que se había convertido en una actividad extranjera, volvía a hacerse nacional. De pronto, pasamos a poder entender que para el sistema todos somos la misma mercancía para usar y tirar. Así surgió una ventana de oportunidad: tener la posibilidad de saber que estamos todos juntos y juntas en una misma pelea.

La ventana de oportunidad de la crisis: los derechos humanos por encima de los beneficios

El movimiento 15M vino a ayudar a despertar la conciencia dormida de falsos nuevos ricos que trajeron los años noventa. El movimiento indignado no vino a traer respuestas sino preguntas. Le preguntó a la democracia representativa por qué no nos representa. Le preguntó al modelo neoliberal por qué nos considera meras mercancías en manos de políticos subordinados y banqueros codiciosos. Es ahí donde se ha abierto la posibilidad de romper la "línea abisal", ese abismo que siempre ha separado al norte y al sur y que ha hecho que los problemas que unos podían solventar de manera pacífica se convertían por debajo de la línea en formas de violencia.

No podemos olvidar que entre el norte rico y el sur empobrecido siempre ha existido, además de la diferencia económica, una herida profunda, tan enorme que no hay manera de suturar: la de la esclavitud y el racismo. Una herida cometida hace siglos y que aún no ha sido resuelta. Los problemas vinculados al racismo no son iguales en todos los lugares de Europa. Si el racismo es todavía una realidad cotidiana, la herida racial se convierte en un desafío principal que convoca de manera relevante a cualquier persona que quiera considerarse demócrata. En los países, como España, donde la herida racista no es tan lacerante, la ventana de oportunidad es más virtuosa.

tuition fees, rising of judicial fees...

These classic adjustments, now in european soil, had an innovative result: for capitalism in crisis, every human being is equal. In that sense, all of us who were living and working in Spain were rapidly equally mistreated. The judge who performed an eviction did not ask if the evicted family was from Ecuador, Romania or Madrid. The businessman that fired people did not organize workers by nationality but by salaries (even if for some time those two categories were exercised). Prostitution, which had been converted into an activity conducted by foreigners, became once more a national one. Suddenly, we were able to clearly understand that, for the system, we all are the same commodity to be used and thrown away. Thus a window of opportunity emerged: to have the possibility to know we are all together in the same struggle.

The window of opportunity of the crisis: human rights over benefits

The 15M movement helped in awaking the sleeping conscience of the fake nouveaux riches brought by the nineties. The indignant movement did not appear to bring answers but questions. It asked the representative democracy why it does not represent us. It asked the neoliberal model why it diminishes us to mere commodities in the hands of subordinate politicians and greedy bankers. This is where the possibility to break with the abyssal line was fostered, that abyss that forever had separated north and south and that turned problems that might be solved in a peaceful manner into forms of violence under that line.

We cannot forget that besides the economic differences between the rich north and the impoverished south, it has always existed a deep wound, so big it can not be sutured: that of slavery and racism. An injury committed centuries ago and that has not been resolved. The racism-related problems are not equal in all of Europe. If racism is nonetheless a daily reality, the racial injury is converted into a main challenge relevant for anyone that considers him or herself a democrat. In countries such as Spain, where the racist wound is not as excruciating, the window of opportunity is more virtuous.

Lo que no se puede solventar, conviene que no se convierta en la imposibilidad de evitar nuevas heridas. En el caso del estado español, heredero de la conquista de América y de comportamientos coloniales hace siglos ¿podemos pretender hacer pagar a las nuevas generaciones las heridas causadas por sus antepasados? Pregunta bien difícil, pues la imputación de culpa se disuelve con las generaciones. Parece sensato, al menos, no seguir repitiendo esos comportamientos, al tiempo que los Estados, como representantes del colectivo, deben hacer esfuerzos por asumir esa responsabilidad –que está detrás del mayor bienestar que ha tenido el norte respecto del sur-. No es verdad que solventándose los problemas económicos se solventen todos los problemas de poder que hay en nuestras sociedades, pero es cierto que la crisis golpea de manera muy similar a todos los sectores populares. ¿Ayuda en algo enfrentar a desahuciados ecuatorianos con desahuciados españoles, o sería la ocasión de entender, desde la ampliación de las clases subalternas actual, que hay que superar cualquier situación de poder? ¿No es acaso eso lo que ha hecho la Plataforma de Afectados por la Hipoteca cuando ha puesto sus esfuerzos al servicio de impedir un desahucio de un ciudadano americano o africano?

La crisis económica puede ser una escuela de ciudadanía porque lo económico es la base de la posibilidad de la reproducción social. No en términos de jerarquías propias de algunos paradigmas, sino porque alimentarse, tener techo y sanidad, educación y ocio, es la condición necesaria para el resto de asuntos (de la misma manera que no es una solución tener alimento pero ver cercenada la identidad o el libre pensamiento). Es la necesidad de reorganizar la economía la que permite reorganizar la relación entre sexos, razas, interpretaciones del mundo, religiones, etc. La “división entre los afortunados y los condenados de la tierra” es difícilmente comprensible cuando uno vive en una burbuja de prosperidad indolente que no sabe de dónde procede. La crisis ha convertido el espejo de la madrastra en un fiel reflejo de nuestras miserias.

Por eso, el principal riesgo es pretender volver atrás, regresar a ese momento “feliz” del pasado, donde, como nuevos ricos, no nos preguntábamos por los pueblos que financiaban nuestro bienestar, no nos preguntábamos por ese medio planeta tierra devastado por nuestro hiperconsumismo, no nos interrogábamos por la suerte de las generaciones futuras y ni siquiera nos preguntábamos por el Sur que había en nuestro norte geográfico. Tampoco en cómo nosotros mismos íbamos convirtiéndonos en nuestros propios verdugos. El principal riesgo es escuchar los cantos de sirena de los que van a buscar a los culpables entre los inmigrantes, entre las fuerzas de izquierda, en los sindicatos o en los que defienden lo público. Escuchar los cantos de sirena

It is convenient that what can not be solved, is not converted into an impossibility of avoiding new injuries. In the case of the Spanish State, that is heir of the conquest of America and centuries of colonial behavior, can we request that new generations to pay for the the wounds caused by their ancestors? This is a very difficult question, because the allocation of guilt dissolves over generations. It seems wise, at least, not to keep repeating those behaviors, while States, as representatives of the collective, should take on that responsibility - which is behind the greater welfare that north has had over the south -. It is not true that if all economic problems were to be solved all the problems related to power in our societies would be solved as well, although it is clear that the crisis has affected equally all popular sectors. Help in facing evicted ecuatorians with evicted spanish, or would it be the moment to understand, from broadening of present subaltern classes, that we must overcome any power situation? Is this not the case of the “Plataforma de Afectados por la Hipoteca” (Mortgage Affected Platform) when turning their efforts to stop the eviction of american and african citizens?

The economic crisis can be a school of citizenship because economics are the stepping-stone of the possibility for social reproduction. Not in terms of hierarchies typical of some paradigms, but because to eat, to have a roof and health, education and leisure, are necessary conditions for the rest of our affairs (in the same way that it is not a solution to have food but lose one’s identity of free thought). It is the need to reorganize the economy that allows to reorganize the relation between genders, races, worldviews, religions, etc. The “division between the most fortunate and the wretched of the earth” is hardly understandable when one lives in a bubble of indolent prosperity that does not know whence it came from. The crisis has converted the stepmother’s mirror into an accurate reflection of our miseries.

Therefore, the main risk is to intend to go back, to return to that “happy” moment of the past, where, as nouveaux riches, we did not ask ourselves about the people who were financing our well being, we did not ask ourselves about half of the planet earth devastated for our hyperconsumerism, we did not ask ourselves for the future of future generations nor did we ask ourselves for the South that existed within the geographical north. Neither did we ask ourselves how we were becoming our own executioners. The main risk is to listen to the mermaid’s call of those who find the guilt among the immigrants, among the left-wing forces, among the unions or in those defending the public. To listen to the mermaid songs of those who say it is possible

de los que dicen que es posible regresar al pasado si nos convertimos en una máquina autoritaria de odiar.

Europa ya escuchó esa canto antes de que las sirenas fueran las que avisaban de los ataques aéreos. Cuando la crisis del capitalismo se zanjó con una lucha entre hermanos. Es tiempo de recordar lo que aprendimos de esa lección. Para no repetirla. Para que cada quién entienda cuál es la parte que le corresponde en la solución de nuestros problemas comunes. Una solución donde la horizontalidad de la deliberación y de la decisión populares complementen (hasta que sustituyan) al verticalismo propio de los partidos, del Estado y de la sociedad patriarcal, donde la democracia se haga participativa, con una petición de creciente autogestión que nos corresponsabilice en todos los ámbitos de la vida social, incluido el laboral, camino de la creación de un mundo que aleje la conversión de personas, naturaleza y pensamientos en mercancías sometidas a la explotación y la tiranía de los precios. Una solución camino de una sociedad que brinde la igualdad de capacidades a todos los integrantes de la misma -lo que nos devuelve a la exigencia urgente de una renta mínima-, haciéndonos responsables de nuestras decisiones; y recordando que la solución de los problemas propios no puede hacerse sobre las espaldas de los demás pueblos del mundo ni de las generaciones futuras. Si la lógica del mundo que nos ha traído hasta aquí ha sido disparatada, conviene frenarla, no acelerarla. No es verdad que “cuanto peor, mejor”. La capacidad del capitalismo para convertir sus crisis en soluciones fascistas y autoritarias es una evidencia.

Otra vez, por tanto, tiempo de activar los “frenos de emergencia” -de los que habló Walter Benjamin en los años treinta, un tiempo que tanto se parece al nuestro- antes de llegar al precipicio. Luego, después de la frenada, no regresar al camino andado. Quien quiere volver hacia atrás se convierte en una estatua de sal. Investigar puentes, aprender a bajar la pendiente en sitios inexplorados. Incluso, aprender a volar. Con la certeza de que los que creen en la justicia no están solos, de que existen millones peleando por lograr parcelas decentes de vida solidaria. No sabemos -seguramente no podemos saberlo- qué queremos. Son cuatro siglos de capitalismo y dos siglos de democracia liberal. Pero sabemos lo que no queremos. Cada lucha que pelea un derecho que sea universalizable es una tesela del mosaico de la emancipación. Nadie tiene el dibujo completo. El dibujo se va completando entre todas y todos. Un diálogo. Una enorme red donde cada nódulo es importante y donde la red como un camino común compartido no lo es menos. El diálogo que estuvo en el comienzo de la polis griega, que frenó a los poderosos y vio cómo los “pobres libres” se levantaban para cambiar el rumbo que antes de ellos justificaban los dioses. Esa Grecia que inauguró el

to return to the past if we convert ourselves into an authoritarian machinery of hate.

Europe already listened to that song before the mermaids who warned about the air strikes. When the crisis of capitalism was settled with a fight between brothers. It's time to remember what we learned from that lesson. So we won't repeat it. In order that every single one of us understands his and her part in the solution of our shared problems. A solution where the horizontality of popular deliberation and decision-making might complement (until they substitute) the inherent verticalism of political parties, of the State and of the patriarchal society, where democracy becomes participatory, with demands for the increasing of of a self-management that makes us co-responsible in all areas of social life, including the workplace, as a path for the creation of a world that moves away from the conversion of people, nature and ideas into commodities subjected to the exploitation and tyranny of prices. A solution that gives way to a society that provides equal capabilities to all its members - which takes us back to the urgent requirement of a minimum income-, taking responsibility for our decisions; and remembering that the solution of our own problems can not be done on the back of other people in the rest of the world nor on future generations. If the logic of the world which has brought us here as been flawed, we should slow it down, not speed it up. It is not true that “the worse, the better”. The ability of capitalism to turn their crisis into fascist and authoritarian solutions is evident.

Therefore, it is again time to activate the “emergency brakes” - of which Walter Benjamin spoke in the thirties, a time that resembles so much with our own - before reaching the cliff. Then, after braking, not going back to the path already taken. Those who want to go back become a statue of salt. To inquire for bridges, to learn to lower the slope/plumb-bob in unexplored sites. Even learn to fly. With the certainty that those who believe in justice are not alone, that there are millions fighting to achieve decent parcels of a life with solidarity. We do not know - surely we can not know - what we want. It's four centuries of capitalism and two centuries of liberal democracy. However, we know what we do not want. Each struggle that strives for a universal right is a tile in the mosaic of emancipation. No one has the complete picture. The drawing is being completed among everyone of us. A dialogue. A huge network where each node is important and where the network as a shared common way is no less important. The dialogue that was held in the beginning of the Greek polis, which slowed down the mighty and witnessed how the “free poor” rose to turn the tide that before them justified the gods. That Greece which paved the way for democracy in the European continent (however

camino de la democracia en el continente europeo (todavía sin los esclavos, las mujeres, los extranjeros, los jóvenes). Esa que, como símbolo terrible, pelea entre el esfuerzo neoliberal representado por la troika de hacer del Partenón un MacDonalds o recordar ese momento en donde apenas 300 ciudadanos cargados de conciencia pararon los pies a uno de los primeros imperios del mundo.

without the slaves, the women, the foreigners, the youth). That Greece which, as a terrible symbol, struggles between the neoliberal effort represented by the troika to turn the Parténon into a MacDonalds and the remembrance of the moment where merely 300 citizens with conscience stopped the feet of one of the first world empires.



Let Citizenship Blossom

In this letter I want to raise a number of points that should be brought to the surface and made part of the discussion. These are issues that rotate around notions of claims, citizenship and 'race'.

In this letter I want to raise a number of points that should be brought to the surface and made part of the discussion. These are issues that rotate around notions of claims, citizenship and 'race'.

1. The world has changed!
2. The world is changing!
3. And the World will continue to change.

What followed was how the changes in question came about. Please don't expect me to answer this question here. But I can pose another question that can create space for some imagination, namely, in which direction is the wind of change blowing? I pose this question because not all changes are favourable to all individuals and groups of people. There are groups and individuals who are comfortable with the status quo and wish no change; there are others who yearn for change because they are not content with the current situation. If the world has changed, it has changed in favour of some people. If the world is changing, it is changing in favour of some people. If the world will continue to change, it will change in favour of some people, be it age, class, citizenship, disability, ethnicity, gender, nationality, 'race' etc.

Deixem a cidadania florescer

Nesta carta eu quero levantar uma série de pontos que devem ser trazidos à superfície e fazer parte da discussão. Tratam-se de questões que giram em torno das noções de reivindicação de direitos,, cidadania e "raça".

Para começar, quando recebi o convite para escrever uma carta aberta aos europeus como uma contribuição para este projeto imaginativo chamado ALICE, houve três coisas que vieram à minha cabeça.

1. O mundo mudou!
2. O mundo está a mudar!
3. E o mundo continuará a mudar.

O que se seguiu foi a forma como as mudanças em questão surgiram. Por favor, não esperem que eu responda a esta pergunta aqui. Mas eu posso colocar uma outra questão que pode criar espaço para um pouco de imaginação, especificamente, em que direção sopra o vento da mudança? Eu coloco esta questão porque nem todas as mudanças são favoráveis a todos os indivíduos e grupos de pessoas. Há grupos e indivíduos que se sentem confortáveis com o status quo e não desejam nenhuma mudança, há outros que anseiam por mudanças, uma vez que não estão contentes com a situação atual. Se o mundo está a mudar, ele está a mudar a favor de algumas pessoas. Se o mundo está a mudar, ele está a mudar em favor de algumas pessoas. Se o mundo vai continuar a mudar, ele vai continuar a mudar em favor de algumas pessoas, seja em função da idade, classe, nacionalidade, deficiência, etnia, género, nacionalidade, "raça", etc

The current economic and political changes that are taking place in Europe and the United States. Political Europe has framed the changes in the context of financial crisis. By framing it as financial crisis, and flowing from this economic crisis, it is being implied that the economics would need to change, but not the politics. But in the material real world, economic change go hand in hand with political changes; and several political parties and governments have already lost their power as a result of what is classified as a financial crisis.

Whichever perspective we take, crisis informs us that the current path has reached a dead end. The question is which path is the least painful to turn. I say the least painful because there are no economic crises without human crisis and suffering. I think this is partly one of the motives behind the ALICE project.

But let me start from the least beginning: the issue of focus. *If we were to write a letter to Europeans, to whom are we speaking? Geographical Europe? Religious Europe? Political Europe at the level of the European Union? Or racialized Europe?*

Let me explain what I mean by these questions.

Consider the issue of the geography of Europe. On appearance it is simple: if you like you can consider Europe as an Asian peninsular. But historically it is complex proposition.

The changes I have mentioned above also affect the geography of Europe because there are territories located outside the geography of Europe that are claimed by given European countries, which in turn informs racialized Europe. The history of how this came about is well known but let me restate it here briefly. When past European leaders established the parameters of their sovereignties and the beginnings of the formation of what we now refer to as nation-states under the Peace of Westphalia in 1648, they did so by recognizing each other. The flags that European nations placed on other peoples' lands in the name of their monarchs were signs of the non-recognition of other peoples; the formal expression of this in history textbooks is colonialism.

But in the process they also refused to recognize the sovereignties and humanities of other peoples. By so doing Europeans extended their sovereignty beyond the geographic location that we refer to as Europe. And

As atuais mudanças políticas e económicas que estão a ocorrer na Europa e nos Estados Unidos. A Europa política enquadró as mudanças no contexto de uma crise financeira. Ao enquadrá-las numa crise financeira, e fluindo a partir desta crise económica, está a sugerir-se que a economia precisa de mudar, mas a política não. Mas no mundo material real, a mudança económica caminha lado a lado com as mudanças políticas, e vários partidos políticos e governos já perderam o seu poder como resultado do que é classificada como uma crise financeira.

Qualquer que seja a perspectiva que tomamos, crise informa-nos que o caminho actual chegou a um beco sem saída. A questão é qual será o caminho menos doloroso para se adoptar em seguida. Eu digo 'o menos doloroso', porque não há crises económicas sem crise e sofrimento humanos. Acho que esse é, em parte, um dos motivos por trás do projeto ALICE.

Mas deixem-me começar pelo início: a questão de foco. *Se fôssemos escrever uma carta para os europeus, para quem estaríamos a falar? Europa geográfica? Europa Religiosa? Europa Política ao nível da União Europeia? Ou a Europa racializada?*

Deixem-me explicar o que quero dizer com estas perguntas.

Considerem a questão da geografia da Europa. Na sua aparência é simples: se quiserem, podem considerar a Europa como uma península da Ásia. Mas, historicamente, é uma proposição complexa.

As mudanças que mencionei acima também afetam a geografia da Europa porque há territórios situados fora da geografia da Europa, que são reivindicados por determinados países europeus e, que, por sua vez, informam a Europa racializada. A história de como isso aconteceu é bem conhecida, mas deixem-me reafirmá-la brevemente. Quando os antigos líderes europeus estabeleceram os parâmetros das suas soberanias e os primórdios da formação do que hoje chamamos de Estados-nação sob a Paz de Vestefália em 1648, eles fizeram isso reconhecendo-se uns aos outros. As bandeiras que os países europeus colocaram nas terras de outros povos, em nome dos seus monarcas, eram sinais do não reconhecimento de outros povos; a expressão formal disto nos livros de história é colonialismo.

Mas, no processo, eles também se recusaram a reconhecer as soberanias e as humanidades de outros povos. Ao fazê-lo, os europeus ampliaram a sua soberania para além da localização geográfica à qual nos referimos

prominent philosophers and policymakers of the time affirmed these. To refresh your memory, recall that writing in the nineteenth century, a well known prominent European philosopher, whose name I will not mention to avoid distraction, informed those who were willing to listen to him that his European contemporaries who wanted 'to study the most terrible manifestation of human nature will find them in Africa.' He claimed that the earliest reports concerning the African continent told him and others that Africa 'has no history in the true sense of the word' and therefore he would 'leave Africa at [that] point, 'and it need not be mentioned again'.

There you have it. For those who do not know where I am driving at, here is epistemic justification of non-recognition; which in turn was to influence knowledge production in secular Europe, of which I will say more below. In other words past European leaders and those deemed rational and reasonable at the time decided to recognize each other in order not to recognize 'others'. In the material real world Africa is alive and kicking, and it is mentioned daily.

To the point: the end result of this is that we now have European citizens whose genealogy is located outside the geographic location we call Europe. They carry the burden of the history of non-recognition. Some refer to them now as migrants even if they hold European citizenship. I call them Black Europeans, of which more below. For the moment suffice it to say that this vast and lengthy history of recognition and non-recognition has given rise to parallel lives and intertwined belongings.

By parallel lives and intertwined belongings I mean a people who share the same space but have different experiences and memories. A clear example of this relationship can be found in regard to the transatlantic 'slave' trade where we see that the captives shared the same ship as their captors (i.e. intertwined belonging) but the histories of how they boarded the ship and conditions on the ship were fundamentally different (i.e. parallel lives); in a similar vein the enslaved shared the same space on a plantation or in a dwelling with the enslaver (i.e. intertwined belonging) but the histories of how the enslaved and the enslaver ended up on the same space and the imposed division of labour by the later on the former also differed fundamentally (i.e.

como a Europa. Filósofos e políticos proeminentes da época afirmaram isso mesmo. Para refrescar a vossa memória, lembrem-se daquele filósofo europeu proeminente e bem conhecido que escreveu no século XIX, e cujo nome não vou mencionar para evitar distrações, que informou aqueles que estavam dispostos a ouvi-lo que seus europeus contemporâneos que queriam "estudar a mais terrível manifestação da natureza humana a encontrarão em África". Ele alegou que os primeiros relatos sobre o continente Africano lhe diziam e a outros que África "não tem história no verdadeiro sentido da palavra" e que, portanto, ele iria "deixar a África [naquele] momento de lado", e que "tal não precisa de ser novamente mencionado".

Aqui está. Para quem não sabe para onde me estou a dirigir, aqui fica a justificação epistémica de não-reconhecimento, o que por sua vez influenciaria a produção do conhecimento na Europa secular, da qual vou falar mais adiante. Em outras palavras, líderes europeus passados e aqueles considerados racionais e razoáveis na altura, decidiram reconhecer-se uns aos outros, a fim de não reconhecer "outros". No mundo real e material, África está viva e de boa saúde e é mencionada diariamente.

Indo ao ponto: o resultado final disto é que agora temos os cidadãos europeus cuja genealogia está localizada fora da localização geográfica a que chamamos Europa. Eles carregam o fardo da história do não-reconhecimento. Alguns referem-se a eles agora como migrantes, mesmo tendo cidadania europeia. Eu chamo-os de Europeus Negros, dos quais falarei mais em baixo. Neste momento, basta dizer que essa história vasta e longa de reconhecimento e não reconhecimento tem dado origem a vidas paralelas e sentimentos de pertença interligados.

Por vidas paralelas e sentimentos de pertença interligados refiro-me à ideia de um povo que partilha o mesmo espaço, mas tem diferentes experiências e memórias. Um exemplo claro dessa relação pode ser encontrada no que diz respeito ao comércio transatlântico "escravo", onde vemos que os cativos compartilhavam o mesmo navio que os seus captores (ou seja, sentimentos de pertença interligados), mas as histórias de como eles embarcaram no navio e as condições a bordo do navio eram fundamentalmente diferentes (ou seja, vidas paralelas); de uma forma semelhante os escravos compartilhavam o mesmo espaço da fazenda ou da habitação com o escravizador (ou seja, sentimentos de pertença interligados), mas as histórias de como o escravo e o escravizador chegaram àquele mesmo espaço e a divisão do trabalho imposta pelo último ao primeiro também difere fundamentalmente (ou seja, vidas paralelas). A abolição formal da escravatura fez da

parallel lives). The formal abolition of slavery made citizenship (as opposed to common space) an intertwined belonging and parallel memories (as opposed to different experiences) parallel histories. These parallel histories and intertwined belongings in turn gave rise to different understanding and notions of freedom and emancipation; this in turn has consequences knowledge production, choice of concepts and priorities.

So when I write to Europeans do I also write to those who live on European territories outside geographic Europe, who only obey whatever decision is made about them?

Do I also write to Black Europeans, those born in Europe but not considered as Europeans because of the imaginary idea of how a European should look like who are referred to as migrants and aliens in several European countries despite holding the citizenship of those countries?

But let me say that I also thought of religious Europe. Who should be persuaded by reason, morality or ethics? Recall that the Peace of Westphalia of 1648 came about in the context of 30 years of religious wars among different factions of the Christian religious faith in Europe. This gave rise to Catholic-led nations and monarchs and Protestant-led nations and monarchs. My understanding is that after the religious wars and the recognition of sovereignties the movement toward secularization also accelerated. This in turn affected the organization of knowledge in the arena of secular science and on secular philosophy, and both in turn challenged and undermined the authority of Christian theology. But the moral basis which Christian theology established lingered and should not be overlooked. Though this tends to be denied publicly by those who consider themselves as rational and reasonable. In fact some of them call themselves atheist.

Now let's turn to political Europe. Some of us are aware that after the Second World War nationalism became a dirty word in official Europe. The formal narrative that has emerged is that European nationalism in the twentieth-century led to war twice, namely, the First World War in 1914 and the Second World War in 1939. The way forward therefore is the intensive cooperation among the previous warring nations; this has now culminated in the European Union. At the background of this Pan-European project is an American military shield and a German economic shield.

cidadania (em oposição ao espaço comum) um sentimento de pertença interligada, e de memórias paralelas (em oposição a diferentes experiências), histórias paralelas. Estas histórias paralelas e sentimento de pertença interligada deram origem, por sua vez, a diferentes noções e entendimentos de liberdade e emancipação, o que tem consequências na produção do conhecimento, na escolha de conceitos e prioridades.

Assim, quando eu escrevo para os Europeus também escrevo para aqueles que vivem em territórios europeus que se situam além da Europa geográfica, que apenas obedecem a qualquer decisão que seja tomada sobre eles? Será que também escrevo para os Europeus Negros, aqueles que nasceram na Europa mas que não são considerados Europeus devido ao imaginário que dita a aparência de um Europeu e que são referidos como migrantes e aliens em diferentes países da Europa, apesar de serem cidadãos desses países europeus?

Mas deixem-me dizer-vos que também pensei na Europa religiosa. Quem deve ser persuadido pela razão, pela moralidade ou pela ética? Lembrem-se que a Paz de Vestefália de 1648 deu-se no contexto de 30 anos de guerras religiosas travadas entre diferentes fações do Cristianismo na Europa. Tal levou ao aparecimento de nações e monarcas que se definiam por ser Católicas ou Protestantes. O meu entendimento é que após as Guerras Religiosas e o reconhecimento das soberanias, o movimento rumo à secularização também se acelerou. Isso afectou a organização do conhecimento na esfera da ciência secular e na filosofia secular que, por sua vez, desafiaram e minaram a autoridade da teologia Cristã. Mas a base moral que a teologia Cristã estabeleceu permaneceu e não deve ser descurada. Embora isso tenda a ser negado publicamente por aqueles que se consideram a si próprios racionais e razoáveis. Na verdade, alguns deles designam-se a si mesmos de ateus.

Agora viremo-nos para a Europa política. Alguns de nós sabem que após a Segunda Guerra Mundial, o nacionalismo tornou-se uma palavra suja na Europa oficial. A narrativa formal que emergiu afirma que o nacionalismo Europeu no século XX levou a Europa à guerra por duas vezes, especificamente, na Primeira Guerra Mundial, em 1914, e na Segunda Guerra Mundial, em 1939. O caminho em frente é o da intensa cooperação entre as nações que foram nessas guerras beligerantes; este processo culminou hoje no que é a União Europeia. Na retaguarda deste projecto Pan-europeu está um escudo militar Americano e um escudo económico alemão.

As we noted above, the current economic and political changes that are taking place in Europe and the United States have been framed in the context of economic crisis.

The economic crisis has to be tackled at the nation-state and European Union level, or what is called multi-level governance. The question is whether you can have multi-level governance at equal footing on various branches of governance. My understanding is that at the financial and monetary level the European Commission has more authority but at the social level national governments (don't say nationalism because it is a dirty word) have more leverage.

But the crisis is not wholly internal; it also has clear external dimensions. On a global scale however, we hear of the emergence of China, India and Brazil as major players in the world economy. This implies that crisis in one part of the world does not necessarily mean crisis for the whole world. If these countries care about the current economic crisis in Europe they care because it is slowing their ascendancy. The implications are that European economic recovery will accelerate the ascendancy of China, India and Brazil; economic crisis in Europe will slow, but will not, reverse the ascendancy of China, India and Brazil. Thus the world is changing and will continue to change.

Also the crisis affects different European countries differently. The European Union is already divided between fast track countries and slow track countries. The economic crisis has hit the slow track countries hard. This is also the case for different sectors of the economy. Let me give you a concrete example.

It is said that the crisis in the banking sector should be solved first because it is systemic.

In other words the claims of banks for bailout has been a priority. The rationale being that some banks are systemic; their collapse will affect the whole country and the Union. But we also know that when the banks make money and the leadership of the banks receive bonuses on top of their privileged salaries they do not share it with their 'systemic citizens'. No. We are then told that they deserve those incomes because they have unique skills and talents.

We have heard of this and criticized it; thousands of people, if not millions, have gone on the streets to demonstrate against it. Several movements, including Occupy Movement, have demonstrated their displeasure

Tal como referimos em cima, as atuais mudanças económicas e políticas que estão a ter lugar na Europa e nos EUA têm sido enquadradas no contexto da crise económica. A crise económica tem de ser gerida ao nível do Estado-nação e da UE, o que é chamado de governação em múltiplos níveis. A questão que se coloca é se se pode ter uma governação em múltiplos níveis em pé de igualdade nos diferentes núcleos da governação. O meu entendimento é que ao nível financeiro e monetário a Comissão Europeia tem mais autoridade, mas ao nível social são os governos nacionais (não usar a palavra nacionalismo porque é uma palavra suja) que detêm o maior poder e influência.

Mas a crise não é totalmente interna; tem também dimensões externas claras. À escala global, ouvimos, no entanto, relatos da emergência da China, Índia e Brasil como atores de peso na economia mundial. Isto pressupõe que crise numa parte do mundo não significa necessariamente crise no mundo inteiro. Se estes países se preocupam com a atual crise na Europa é porque esta está a prejudicar ou a tornar mais lenta a sua ascensão. As implicações são que a recuperação económica da Europa vai acelerar a ascensão da China, Índia e Brasil; a crise económica na Europa vai desacelerar, mas não vai inverter o crescimento e ascensão da China, Índia ou Brasil. Portanto, o mundo está em mudança e continuará a mudar.

Do mesmo modo, a crise afeta os diferentes países europeus de forma distinta. A União Europeia está já dividida em dois grupos de países que crescem a velocidades diferentes. A crise económica atingiu mais rapidamente os países que têm crescido mais lentamente. O mesmo se passa com diferentes sectores da economia. Deixem-me dar-vos um exemplo concreto.

Diz-se que a crise no setor bancário, por ser sistémica, deve ser resolvida em primeiro lugar. Noutras palavras, as reivindicações dos bancos para o resgate tem sido uma prioridade. O argumento é que alguns bancos são sistémicos; o seu colapso afetará todo o país e União Europeia. Mas também sabemos que quando os bancos ganham dinheiro e os dirigentes dos bancos recebem bónus para além dos seus salários privilegiados, não os compartilham com os seus "cidadãos sistémicos". Não. Dizem-nos, então, que eles merecem esses rendimentos, porque eles têm habilidades e talentos únicos.

Ouvimos isso e criticámos essa posição, milhares de pessoas, se não milhões, foram às ruas para protestar contra isso. Vários movimentos, incluindo o Occupy Movement, demonstraram o seu descontentamento

about these political priorities. I will not repeat it here so let me turn to something that concerns and affects ordinary people directly. Jobs!

In the end the crisis finds its expression on the job market. Unemployment has been on the rise and has hit the slow-track countries hard. The crisis will also intensify claims of citizens on the state as well as claims among citizens. Claims also make the distinction between the economic and social issues a false dichotomy because the economic affects the social.

Why claims? Because claims are central to social and political change; claims also test the limits of race and citizenship. The claims of citizens tend to be different from non-citizens. There is also the issue of a hierarchy of claims. Whose claim has urgency and priority? We have noted that the state has made the claims of the banking sector a priority. But what about the claims citizens make on each other?

Unemployment is on the rise; at times we hear that it has passed 30 percent among certain age groups in some countries. For this and other reasons people have taken to the streets, and legitimately so, to claim jobs. But this is not the reason why I am using this example. I am using this example because in Europe, like the crisis, unemployment also affects different groups differently, especially when it comes to gender and racial categories. In plain language, generally in much of Europe, unemployment among black people is generally higher than unemployment among white people. Let me support this assertion with figures from an authoritative source, namely, the Central Bureau of Statistics (2006) of the Netherlands.

In the Netherlands the unemployment rate for natives (i.e. whites) was 6.7 percent in 1995, it dropped to 3.0 percent in 2000, increased to 4.2 percent in 2003, and to 5.2 percent in 2004. In the same period the unemployment rate for non-western nonnatives (i.e. non-white') stood at 26.3 percent in 1995, dropped to 11.0 percent in 2000, increased to 14.4 percent in 2003, and then to 16.0 percent in 2004. Please note that the categories of 'natives' and 'non-western natives' were Dutch official classification used by the statistical bureau.

com estas prioridades políticas. Eu não vou repeti-lo aqui, então deixem-me voltar para algo que preocupa e afeta diretamente as pessoas comuns. Emprego!

No final, a crise encontra sua expressão no mercado de trabalho. O desemprego tem vindo a aumentar e atingiu com maior impacto os países que crescem mais lentamente. A crise também vai intensificar as reivindicações dos cidadãos sobre o Estado, bem como as reivindicações entre os cidadãos. Essas reivindicações fazem da distinção entre as questões económicas e sociais uma falsa dicotomia, porque a economia afeta o social.

Porquê reivindicações? Porque reivindicações são fundamentais para a mudança social e política; também testam os limites da raça e cidadania. As reivindicações dos cidadãos tendem a ser diferentes dos não-cidadãos. Há também a questão da hierarquia das reivindicações. De quem são as reivindicações urgentes e prioritárias? Temos notado que o Estado tem feito as reivindicações do setor bancário uma prioridade. Mas o que acontece com as reivindicações que os cidadãos fazem uns aos outros?

O desemprego está a aumentar, às vezes ouvimos dizer que ele ultrapassou 30 por cento entre determinados grupos de idade em alguns países. Foi por esta e outras razões que as pessoas tomaram as ruas e, legitimamente reivindicaram empregos. Mas esta não é a razão pela qual eu estou a usar este exemplo. Eu estou a usar este exemplo porque, na Europa, tal como a crise, o desemprego também afeta diferentes grupos de forma distinta, especialmente quando se trata de categorias de género e raciais. Em linguagem simples, geralmente, em grande parte da Europa, o desemprego entre os negros é geralmente maior do que o desemprego entre as pessoas brancas. Deixem-me apoiar esta afirmação com números de uma fonte de autoridade, ou seja, o Gabinete/Departamento/Direcção Central de Estatísticas (2006) da Holanda.

Na Holanda, a taxa de desemprego para os "nativos" (ou seja, os brancos) foi de 6,7 por cento em 1995 e caiu para 3,0 por cento em 2000, aumentou para 4,2 por cento em 2003 e para 5,2 por cento em 2004. No mesmo período, a taxa de desemprego para não-nativos não-ocidentais (ou seja, não-brancos') situou-se em 26,3 por cento em 1995, caiu para 11,0 por cento em 2000, aumentou para 14,4 por cento em 2003, e depois para 16,0 por cento em 2004. Por favor, notem que as categorias "nacionais" e "nacionais não-ocidentais" foram utilizadas pelo departamento de estatística como classificações oficiais Holandesas

What is the meaning of these unemployment figures and their ethnic classification? Let me explain. Long before the current economic crisis became a household topic, there were sections of the citizenry who were living in perpetual crisis. Governments knew it; trade unions knew it; 'civil society' knew it; but those affected did not take to the streets to demand jobs; neither did people take to the street on their behalf. In fact some of those affected by unemployment have even resigned to their fate and have stopped looking for jobs. Again, governments knew it and still knows it; but it did not call it a crisis; instead the order of the day is the criminalization the Black communities for depending of state safety, also called social welfare. That said, even those Blacks who are able to find jobs tend to be blamed by others for picking jobs from 'natives'. This is what I have called nativism elsewhere. And so we are back to the issue of hierarchy of claims. Whose claims have urgency and priority? When popular image equates citizenship with race, we get nativism. What is nativism?

Nativism serves as a powerful force in policing and the regulating of race and ethnic relations. Whereas citizenship "guarantees" equal legal rights in relation to nationality within the state, nativism becomes a conscious or unconscious attempt by groups and individuals considered to be native Europeans to replace overt rights derived from citizenship by covert rights derived from history and skin colour. Thus nativism becomes the structural and ideological attempt by individuals and/or groups to enforce subordination by emphasizing difference and ethnic hierarch or etharchy where biology-informed racism, culture-informed ethnicism, and legal-informed citizenship for the same have failed.

Let me clarify this by stating what nativism is not. Unlike racism, nativism is not based on notions of superiority and inferiority; thus nativism cannot be legislated for or against. What then is it? Nativism is based on notions of inherent historical rights, national identity and national interest. While under certain conditions class can neutralize racism, class cannot neutralize nativism because nativism appeals to history, belonging, national identity, and national interest. However, like racism, from the point of view of nativism, equality poses more problems than inequality. In other words, both racism and nativism thrive on inequality. But the world has changed. Thus unlike racism, which cannot be defended formally anymore, nativism can be defended formally, in the name of "national identity" and "national interest" in response to a changing world.

Qual é o significado desses números de desemprego e a sua classificação étnica? Deixem-me explicar. Muito antes da atual crise económica se ter tornado um tema familiar, havia grupos de cidadãos que viviam em crise perpétua. Governos sabiam; sindicatos sabiam, a "sociedade civil" sabia, mas os afetados não foram para as ruas para reivindicar emprego, nem as restantes pessoas foram para as ruas defender a esta causa em nome deles. Na verdade, algumas das pessoas afectadas pelo desemprego ficaram resignados à sua sorte e pararam de procurar emprego. Mais uma vez, os governos sabiam e ainda sabem disso, mas não lhe chamaram crise, ao invés a ordem do dia passou a ser a criminalização das comunidades negras por dependerem da segurança Estado – também chamada de Estado Social. Dito isto, mesmo os negros que são capazes de encontrar empregos tendem a ser responsabilizado por outros por ocupar postos de trabalho dos 'nativos' Isto é o que eu tenho chamado nativismo em outro lugar. E assim voltamos à questão da hierarquia das reivindicações. De quem são as reivindicações que têm urgência e prioridade? Quando a imagem popular faz equivaler a cidadania com a raça, temos nativismo. O que é o nativismo?

Nativismo é uma força poderosa no policiamento e na regulação de relações raciais e étnicas. Enquanto a cidadania "garante" direitos iguais em relação à nacionalidade no interior do Estado, o nativismo torna-se numa tentativa consciente ou inconsciente por grupos e indivíduos considerados europeus nativos para substituir os direitos evidentes de cidadania por direitos não evidentes decorrentes da história e da cor da pele. Assim, o nativismo tona-se a tentativa estrutural e ideológica por parte de indivíduos e / ou grupos para impor a subordinação, ao enfatizar a diferença e hierarquia étnica - ou etarquia - onde o racismo informado pela biologia, o etnicismo informado pelacultura e a cidadania informada pela lei, terem falhado na imposição dessa (mesma) subordinação.

Deixem-me clarificar isto dizendo o que o nativismo não é. Contrariamente ao racismo, o nativismo não é baseado em noções de superioridade ou inferioridade; por isso, não se pode legislar contra o nativismo. O que é então? O nativismo é baseado em noções de direitos históricos inerentes, identidade nacional e interesse nacional. Enquanto em certas circunstâncias, a classe pode neutralizar o racismo, a classe não pode neutralizar o nativismo porque o nativismo apela à História, à pertença, à identidade nacional e ao interesse nacional. Porém, tal como no caso do racismo, do ponto de vista do nativismo, a igualdade coloca mais problemas do que a desigualdade. Por outras palavras, tanto o racismo como o nativismo desenvolvem-se e prosperam na desigualdade. Mas o mundo mudou. Assim, contrariamente ao racismo, que já não pode ser

These changes will affect our notions of citizenship, race and our claims as citizens to each other and to our institutions. Take a look at the demography of some, if not many, of the ethnic composition of prison population in Europe and you will notice that any talk of colour blindness is a delusion at best and a lie at worst.

There appears to be a discrepancy between the popular imagery of Europe based on geography, religion and race and status of European citizenship. This should be brought to the surface and made part of the discussion and resolution of the crisis.

For the sake of equality of treatment, opportunity, justice and level playing field: Let Citizenship Blossom for All.

Kwame Nimako

defendido formalmente, o nativismo pode ser defendido formalmente, em nome da “identidade nacional”, do “interesse nacional” como resposta a um mundo em mudança. Estas mudanças mudam a nossa noção de cidadania, raça, bem como as nossas reivindicações enquanto cidadãos para com as nossas instituições e entre nós, cidadãos. Prestem atenção na demografia de algumas, se não de muitas, das populações carcerárias na Europa, e repararão qualquer argumento de cegueira da cor é uma ilusão na melhor das hipóteses e uma mentira na pior delas.

Parece haver uma discrepância entre o imaginário popular da Europa baseado na geografia, religião e raça e o o estatuto de cidadania Europeia. Isto devia ser trazido à superfície e fazer parte da discussão e resolução da crise.

Por uma questão de igualdade de tratamento, oportunidade, justiça e igualdade: Deixem a Cidadania florescer para Todos.

Kwame Nimako



alice
STRANGE MIRRORS
UNSUSPECTED LESSONS

ALICE Project

E-mail: alice@ces.uc.pt

Website: www.alice.ces.uc.pt



Popular University of Social Movements

E-mail: upms.mail@gmail.com

Website: <http://www.universidadepopular.org/>

